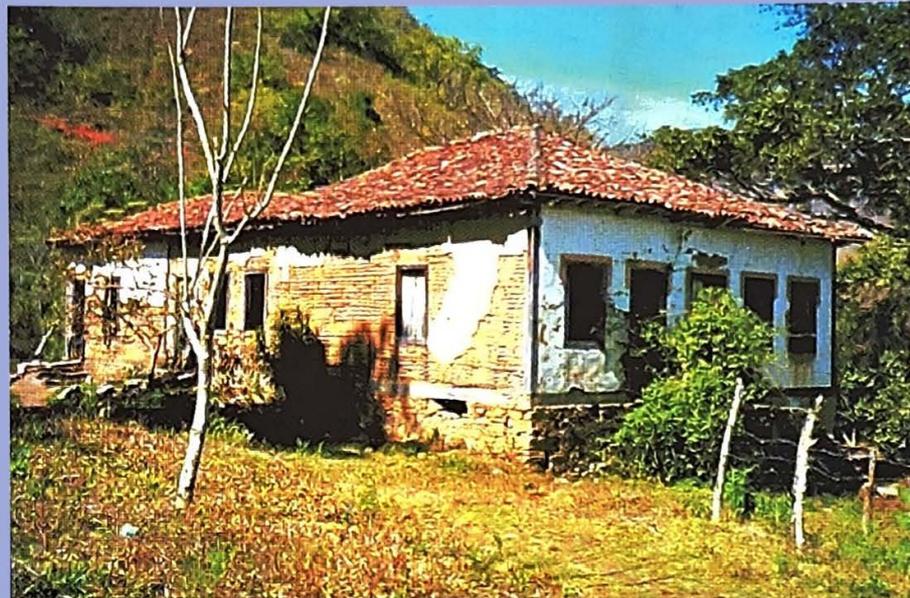
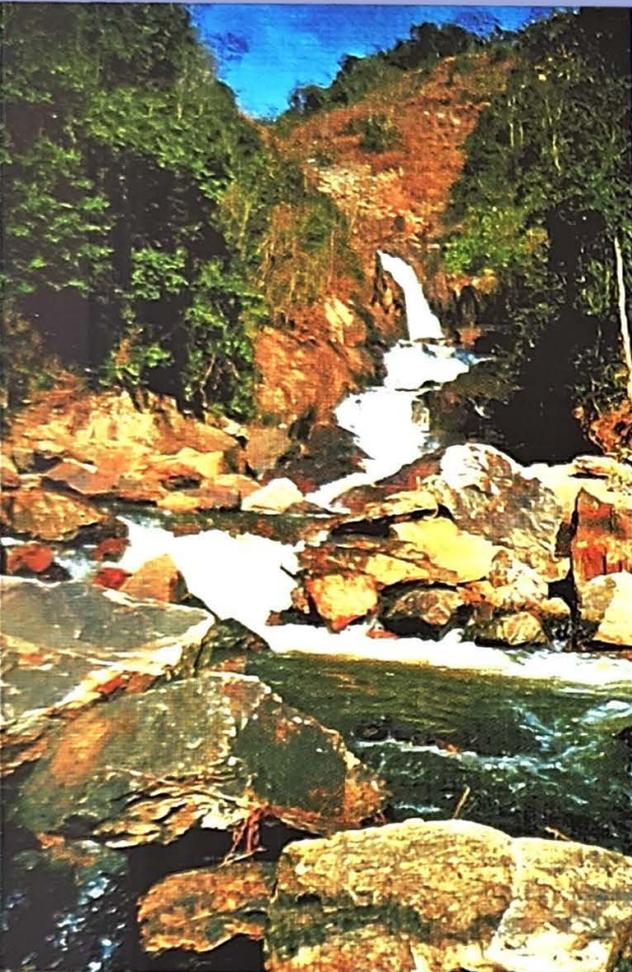


Resumo Didático
da
HISTÓRIA DE ITAJUBÁ



Armelim Guimarães



Armelim Guimarães

**Resumo didático
da
HISTÓRIA DE ITAJUBÁ**

2000

FIXA TÉCNICA

1ª Edição - Ano 2000
Autor: Armelim Guimarães
Direitos autorais reservados

CAPA

Capa de Anchieta N. Bernardo Guimarães.

1 - A cascata **Itagybá** (forma primitiva desse nome), existente na área urbana da cidade de Delfim Moreira (a primitiva Itajubá, fundada em 1703 pelo bandeirante taubateano Miguel Garcia Velho), que deu origem ao topônimo **Itajubá** (**Itagybá**, por corruptela se tornou **Itajubá**, que significa “água que, do alto cai sobre a pedra”, ou seja, cachoeira, cascata).

2 - O ubertoso vale do rio Lourenço Velho foi, no século XVIII, o trampolim para o povoamento do município de Itajubá. Antes, pois, da chegada do Padre Lourenço para a fundação do povoado junto ao outeiro do Ibitira, que se tornou a atual cidade de Itajubá, já existiam fazendas por estas nossas terras. A casa que aqui figura, fotografada de dois ângulos, existente nas margens do rio Lourenço Velho, no distrito do Rio Manso, é uma relíquia de mais de 200 anos, sede de uma das fazendas pioneiras do município de Itajubá, hoje pertencente a José Bráulio dos Santos.

3 - Era a época em que ainda não se pensava em pontes, e o histórico rio Lourenço Velho era atravessado por passarelas (pinguelas), exatamente como a que mostra a fotografia junto à casa bissecular.

IMPRESSÃO

PAPERCROM

Impressão Digital a Laser

Telefax: (0**12) 331-9804/331-9511

A RAZÃO DESTA SÚMULA HISTÓRICA

Desde alguns anos, alunos de diversas escolas me têm procurado para ouvir-me falar sobre a História de nossa cidade, e nas inteligentes perguntas que me fazem mostram-se interessados em conhecer a fauna, a flora, os índios da região, a fundação da Cidade, a etimologia de nosso topônimo, a agropecuária, o folclore itajubense, os primeiros colégios de nossa terra, as formas de governo que já tivemos, a imprensa dos velhos idos, e até algumas indagações sobre probabilidades e conjunturas históricas relacionadas com fatos ou coisas anteriores à existência de Itajubá, e outros assuntos mais sobre os quais sempre desejam pormenores e mais amplas elucidaciones. Orientado pelo questionário que comumente me apresentam esses espertos entrevistadores, elaborei este pequeno livro admitindo a possibilidade de lhes ser de alguma utilidade.

Livros do mesmo autor sobre Itajubá e itajubenses:

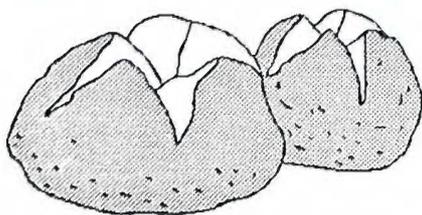
- 1 - **HISTÓRIA DE ITAJUBÁ**. 1987. Volume de 613 páginas. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- 2 - **FEMÉRIDES ITAJUBENSES**. 1988. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- 3 - **WENCESLAU BRAZ, O Mineiro que Dobrou o Caudilho**. 1967. Oficina Gráfica de “O Sul de Minas”, Itajubá.
- 4 - **THEODOMIRO CARNEIRO SANTIAGO**. 1999. Biografia editada pela Fundação Theodomiro Santiago. Impressa pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte.
- 5 - **ITAJUBÁ E SUA HISTÓRIA**. 1988 e 1999. Opúsculos fartamente ilustrados, impressos em São José dos Campos, SP.
- 6 - **VULTOS INESQUECÍVEIS DO ITAJUBÁ DE ONTEM**. 1999 e 2000. Opúsculos com sumas biográficas, com retratos Impressos em São José dos Campos, SP.

1 - Até o fim do século XVII, isto é, até 1700, esta nossa região, que hoje denominamos sul de Minas, ainda eram plagas inteiramente desconhecidas do mundo civilizado. As ricas jazidas de diamantes do Tijuco (hoje cidade e município chamados Diamantina), as esmeraldas e outras pedras preciosas, e sobretudo o ouro encontrado na região do centro e do Norte de nosso Estado, como ocorria nas ribeiras dos rios da Velha, Doce, Paraopeba, Jequitinhonha, Araçuaí, Santo Antônio e outros, atraíam os exploradores do solo de Minas Gerais para lá, deixando eles estes nossos sopés da Mantiqueira, que abrangiam o sul das Alterosas (Minas Gerais) e toda a Zona da Mata, como que ignorados nas suas atividades de mineradores.

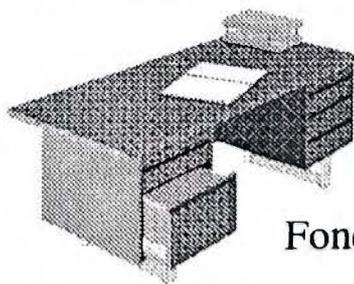
2 - Deste modo, no decorrer de todo o século XVII, o vale do Sapucaí, onde nós estamos e todos os seus arredores, ainda eram um sertão bravio, habitado apenas por animais selvagens, que a natureza prodigalizava, constituindo uma fauna abundante e rica que nem todas as regiões do Brasil possuíam igual. Do relato de antigos cronistas e de cultos viajantes que percorreram estas terras, citem-se pacas, antas, capivaras, cutias, tatus, ariranhas, quatis, iraras, jacarés, veados (das espécies suaçutinga, guatapará e quaçutinga, também conhecida por catingueiro), lontras, ouriços, preás, caxinguelês (serelepe ou esquilo), tamanduás, macacos (das espécies mico, sauá, guariba e sagüi), porco do mato (queixadas ou caititus, que os sul-mineiros preferem chamar de catetos), não faltando as temíveis feras, como a canguçu, a jaguatirica (a onça pintada) e a suçuarana (onça parda ou vermelha). Em nossos dias, muitos desses animais já desapareceram desta região, e outros muito raramente ainda se encontram. Além desses bichos de pêlo, e das indejáveis serpentes, nossa fauna é também rica em aves, desde as de maior tamanho, como as seriemas, os abutres, as garças e a até o uiraçu (harpia de garras perigosas, que em séculos idos já se viu por aqui), às menores, entre as quais a araponga, o anu branco e o preto, o socó-boi, o uru, o macuco, o jaó, a juriti, o gavião. inhambu, o jacu, a saracura, a codorna, a perdiz, o paturi, o tucano (que ainda aparece nas proximidades de Itajubá), o juru (que deu o nome a um bairro rural de nosso município, também, também conhecido por maritaca e jandaia, e que são pequenos papagaios), a anhumá (que também deu origem ao nome de nossos bairros rurais), as corujas de diversas espécies (caburês, suindaras, mochos-negros, jacurutus), que são aves noturnas, e que, por isso, as pessoas supersticiosas as amaldiçoam, tendo-as como agourentas, que pressagiam desgraças e morte... E não nos esqueçamos das aves pequeninas, dos pás-

saros, que existiam e ainda existem em abundância em nosso município. Seria longa uma relação completa desses cantores das florestas e das gaiolas. Lembremo-nos apenas dos mais comuns: azulão, andorinha, beija-flor (ou colibri, ao qual os roceiros também dão o nome de cuitelo. Há várias espécies no sul de Minas), bem-te-vi, canário, sanhaço, corruíra (também conhecida por por garriça), coleirinha, curió, melro, João-de-barro, pássaro preto, patativa, pintassilgo, periquito, pica-pau, rolinha, sabiá (há três ou quatro espécies no sul de Minas), tico-tico, tangará, tiziu, saci e outros. Um fato curioso ocorre com o pardal. É um pássaro que não existia no Brasil antes do século XX. Foi um prefeito do Rio de Janeiro, o engenheiro Pereira Passos, quem, em 1903, introduziu o pardal em nosso país. Mandou ele buscar do Oriente alguns casais desse pássaro, que soltou em parques cariocas, e com tão extraordinária fecundidade se multiplicaram essas avezinhas que hoje existem aos milhares em quase todas as localidades brasileiras de clima moderado. E os pardais não gostam das roças nem das matas distantes. Preferem as cidades e povoados, e se abrigam em árvores de jardins ou da ornamentação das ruas... E parte de nossa fauna está principalmente no rio Sapucaí e no Lourenço Velho, e nos ribeirões Santo Antônio, Anhumas, José Pereira, Piranguçu e Antunes, e em algumas lagoas. São os peixes, que existem em todas essas águas. Os mais comuns, e também os mais apreciados em nossa alimentação, são o dourado (o maior de nossos rios. Consta que, nos velhos tempos, nesta região também se pescava o surubim, que é maior do que o dourado. Hoje, porém, já não se encontra esse peixe em águas sul-mineiras), o bagre, o curimatá, o lambari (este é encontrado até nos pequenos córregos), o mandí, a piaba, a tubarana e a traíra (esta mais encontrada em lagoas, isto é, em águas paradas).

MIN S PÃO



Rua Pde. Marçal Ribeiro, 362
Fone: 622-2018 - Itajubá MG



Fone- 623 7363

**LOJA DE MÓVEIS
N.S DE FÁTIMA**

Tudo para seu Lar
Av. Padre Lourenço, 2919

3 - Outra riqueza de nossa terra está na flora, que é o conjunto das espécies vegetais nativas de uma região. Graças à extraordinária fertilidade do solo itajubense e de nossos municípios limítrofes, e a ajuda do excelente clima, é muito rico o vale do Sapucaí, e toda esta fralda da Mantiqueira em gêneros de vegetação espontânea, desde as plantas rasteiras, os capins, os musgos, as gramíneas viçosas que atapetam nossos morros e chapadas, entre as quais a capetinga de coloração alourada, encontrada nas sombras das matas cerradas, e que deu o nome a um de nossos bairros rurais, até os exuberantes arbustos e as grandes árvores, muitas das quais muito valiosas pela sua madeira, como a peroba, o guatambu, o cedro, o angico, o barbatimão, o bico-de-pato, a cabiúna, a canjerana, o genipapo, a imbuia, o ipê (o amarelo, o roxo e o rosa), o jequitibá, a maçaranduba, o pinheiro, a sucupira, o óleo-vermelho, o vinhático e tantas outras madeiras, que nesta região existiam em grande quantidade nos velhos tempos, algumas das quais já se vão tornando raras.

4 - Mas que solo tão pródigo de espécies vegetais é este do município de Itajubá? Os geólogos informam que vivemos sobre um complexo cristalino, do período arqueano, isto é, da fase mais antiga do período pré-cambriano, ou seja, do período da formação do mundo (do globo terráqueo) em que surgiram os primeiros sinais de vida rudimentar. Contudo, tamanha antiguidade não impede de ser o solo itajubense classificado como um dos mais “jovens rebentos”, ou seja, como um “brotinho” geológico com “apenas” 60 milhões de anos de existência antes do aparecimento do homem sobre a face da terra...É esta a opinião de James Hulton, famoso cientista escocês do século XVIII, que, na sua “Teoria da Terra”, classifica o vale do Sapucaí, no sul de Minas Gerais, como produto do período eoceno, enquanto que os veios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, do período carbonífero, têm de 230 a 300 milhões de anos, e os itacolomitas de Minas Gerais, da era siluriana, possuem 500 milhões de anos, sendo que a mais antiga rocha conhecida é de mais de um bilhão e 500 milhões de anos antes do homem. O solo itajubense é, pois muito “jovem”, em comparação com o resto do mundo...

5 - Acabamos de ver a “certidão de idade” do torrão sul-mineiro. E também já verificamos o que a fauna nos apresenta de seu Zôo nativo, e o que a flora nos reservou de seu espontâneo jardim botânico. Mas, e os seres humanos, quais foram os primeiros moradores do sul de Minas? Não encontramos uma resposta inteiramente satisfatória e convincente para

essa pergunta. Desconhecemos quais foram os pioneiros, isto é, os primeiríssimos que aqui residiram antes dos aborígenes. Apenas encontramos alguns vestígios de civilizações remotas, que nos levam a hipóteses, como a toca do Salão descoberta no município de Brasópolis. Teria sido obra dos fenícios? É uma possibilidade que não deve ser desprezada, sobretudo porque foi encontrada em nossa cidade, nas escavações do Morro Chique, na década de 1920, uma moeda que, examinada no Museu Histórico do Rio de Janeiro, ficou esclarecido tratar-se de moeda fenícia, que “traz no anverso o busto com coroa mural da deusa Fortuna ou Tiché, à direita, cabelos suspensos, e no reverso a Vitória, em pé, à esquerda, com uma palma. No campo à esquerda a data ZOP (ano 177)”. O ano 177 do sistema fenício equivale a 56 anos antes de Cristo. Mede 24 milímetros de diâmetro e é de bronze. Representa o calco, unidade monetária também usada pelos gregos, e que equivale aproximadamente a 4 centavos. Informou ainda Edgard de Araújo Romero, Chefe da Seção de Identificação de Peças Numismáticas do Museu Histórico, ser do “tipo de moedas de prata tetradracmas, descrita por Rabelon em seu catálogo sobre LES PERSES A CHÉMENIDES, CYPRES & PHENICIES”. Essa valiosa peça está em poder da família de João Barcelos de Toledo.

Em 1890, num dos cortes de barranco nas obras da construção da estrada de ferro na serra do São João, no município de Maria da Fé, foi encontrado um simulacro de bronze, que o empreiteiro das escavações entregou ao engenheiro da Estrada hospedado em Itajubá. Era um manípulo de carantonha horrível, que não se sabia exatamente se figura de animal ou homem, de mais de meio metro de altura. O engenheiro, admitindo tratar-se de um ídolo de algum povo da antiguidade, decidiu levá-lo para o Rio de Janeiro, e submetê-lo a estudo por pessoa capacitada para tanto, imaginando entregá-lo a um museu.

Consta existir em rochas nas proximidades dos Marins inscrições em caracteres desconhecidos para as pessoas que lá estiveram. Várias peças de pedra escura já foram encontradas em nossa região, em escavações, e que são finos labores de toreutas, que, pela rigorosa simetria de suas partes, pelas formas que revelam uma cultura e civilização bem mais adiantada, e pelo perfeito polimento, descartam a possibilidade de serem obras de índios. Umas com a figura de flor-de-lis, de aproximadamente 28 centímetros de ponta a ponta de suas pétalas arqueadas, com furo longitudinal no pedúnculo, como se feito por uma perfeita broca de aço, pelo qual deve ter sido encaixada uma haste ou cabo. Outras, com formato de meia-lua, assemelhando-se à lâmina de uma alabarda dos tempos de Carlos V.

Uma delas, encontrada em São José do Alegre, é a figura de um rampante, de garras leoninas, lembrando uma simbolização heráldica. Todos esses vestígios e pertences são encontrados ao acaso e nos fazem acreditar em povos de civilização primitiva, anteriores aos aborígenes, de talvez alguns milhares de anos antes de Pedro Álvares Cabral, que tenham passado pela nossa região sul-mineira, ou que aqui permaneceram por algum tempo.

Retornando às hipóteses voltadas para os fenícios, não é para duvidar que esses grandes colonizadores e comerciantes tenham, antes de Cristo, aportado ao Brasil. Com suas numerosas naus, e destemidos navegadores que eram, os fenícios percorreram todos os mares, em arriscadas travessias oceânicas, e fundaram colônias em inúmeras e longínquas terras. Exploraram riquezas minerais, extraíram cobre e madeiras do Chipre, ilha por eles povoada, e tão grande era a quantidade de prata que encontravam na Espanha, que com esse metal fabricavam âncoras para os seus numerosos navios. Das ilhas Britânicas levavam estanho. Audaciosos e dinâmicos, esses fundadores de Cartago lançaram às águas suas muitas esquadras e iam pesquisar todos os escaninhos da Terra, como Sídon, Sicília, Rodes, Cíclades, Citera, Tiro, as colônias da Ásia Menor e do Mar Egeu e outros lugares em que pudessem introduzir a civilização e estabelecer a indústria e o comércio. Fundaram cidades desde o Líbano até à Península Ibérica, e edificaram povoações desde o sul da África até ao norte da Europa. Não é, pois, para admirar que eles, os arrojados fenícios, tenham passado por Itajubá, e aqui tenham deixado objetos soterrados por algum fenômeno geológico.

O que temos certeza, contudo, é de que os primeiros seres humanos que habitaram o sul de Minas, isto é, que aqui estabeleceram suas residências, foram os índios. E sabemos também que, sem sombra de dúvida, nas terras que hoje constituem o município de Itajubá, a última tribo que aqui vivia, era a dos puris-coroados. O grupo étnico puri-coroados era, como a própria designação indica, oriundo do caldeamento das duas grandes tribos autóctones, a nação dos puris e a dos coroados, estes últimos assim chamados por usarem rapar a cabeça no alto, deixando em torno o cabelo em forma de coroa. Os puris-coroados não eram belicosos, isto é, não gostavam de guerras, e, ao invés, eram mansos. Não faziam uso de suas armas senão quando encantoados pelo inimigo, ou nas caças de animais e aves de que se alimentavam. Viviam em completa nudez. Eram atrasadíssimos e, ao contrário de seus ancestrais puris, esse povo miscigenado das plagas itajubenses não conhecia a cerâmica, nem o fabrico de redes, e tinha por leito a própria terra. Francisco de Paula Ferreira de Resende, magistrado

campanhense, em seu livro “Minhas Recordações” (Editora José Olympio, 1944), que conheceu esses bugres, assim nos conta, a respeito de como dormiam os puris-coroados: “Dava-se mesmo com eles uma circunstância que não deixa, quanto a mim, de ser um tanto curiosa. E essa circunstância, que não consta tenha sido jamais observada entre os índios, vem a ser o seguinte: - em vez de altearem as suas camas, como é costume de quase toda a humanidade, estes índios, ao contrário, as tratavam, quanto podiam, de rebaixá-las, exatamente como fazem os porcos e alguns outros animais, as cavavam no chão, onde, com o tempo e com o uso mais ou menos prolongado, essas mesmas camas acabavam por ficar tão lisas, que se poderia dizer, envernizadas”. Suas tabas eram ranchos muito toscos, formados de galhos encostados em uma cumeeira sustida por duas forquilhas, sem nenhuma amarração. Sobre esses galhos colocavam folhas de palmito ou de guaricanga. E fincavam eles no chão, conforme descreve o citado memorialista Ferreira de Resende, “algumas cabeças de palmito, cujas folhas, ficando bem juntas e todas mais ou menos inclinadas para um único lado acabavam por lhes fornecer uma tal ou qual guarida, que, embora pouco sólida e nada tivesse de muito impermeável, nem por isso deixava de lhes servir para ali passarem algumas noites ou para ali se abrigarem durante o dia contra o rigor das intempéries”. Eram essas as primeiras casas de Itajubá...



CENTROCÓPIA LTDA
FONE (035)622-1646
Itajubá - MG

Dimibel e Produtos Antártica
Integrados com a história e cultura Itajubense
Av. Pres. Tancredo A. Neves, 1088
Fone: 623-1166 Fax (035)623-2316
Onde tem festa tem Antártica

Se não sabiam fazer redes para dormir, os puris-coroados, entretanto, conheciam o preparo de redes para pesca, feitas de fios de tucum ou embira, tirada da umbaúba branca. Faziam seus arcos de guaricanga ou catiguá, enquanto que as flechas eram fabricadas de taboca ou ubá. Na pesca, além da rede, usavam timbó, a planta que, posta na água, deixava os peixes narcotizados, assim facilmente apanhados, e também pescavam com armadilhas de balaio e covos de taquara. As únicas ferramentas que possuíam eram as facas e machados de pedra. Tudo entre os puris-coroados era de um primitivismo igual ao dos tempos de Adão e Eva. Não sabiam fazer canoas, como outras tribos fabricavam, mas eram exímios nadadores, e navegavam pelo Sapucaí, muito volumoso naquele tempo, montados em troncos de árvores.

“Assavam os alimentos em fornos subterrâneos ou cozinhavam em internódios de taquaruçu ou, ainda, em espetos de pau”. (Egon Schaden, em “O Estado de S. Paulo”, de 25-01-1954). Os puris-coroados não conheciam agricultura. Só colhiam o que a natureza lhes prodigalizava, como a caratinga (de raiz comestível, uma espécie de cará), palmito e frutos silvestres, encontrados com abundância no município de Itajubá daquele tempo, como os da tarumã e do jatobá, que são árvores altas, e araticum, araçá, pitanga, gariroba, ingá, juá-manso, amora, banana-do-brejo, coquinho-catarro e o de jerivazeiro. Também muito gostavam de mel, produzido por vespas (maribondos) silvestres, como os caçunungas e os tapicuás, e sobretudo os enxuís, que são maribondos ferozes, que fazem caixas esféricas como uma bola, onde fabricam o mel realmente saboroso. E também esses nossos primitivos conterrâneos escavavam o chão à procura do mel das mumbucas e das irás, que constroem seus ninhos subterrâneos. E uma boa qualidade era notada nos puris-coroados:- Não eram antropófagos, isto é, não comiam carne humana, como algumas outras tribos faziam. Mansos e conformados, à vista dos civilizados que iam chegando para se apropriarem das glebas da região, os puris-coroados iam deixando pacificamente estas terras, sem oferecerem a mínima resistência, e emigravam para o centro e o norte do País.

Jovem FM 98,1

Sempre a primeira ao vivo

Alcance mundial via Internet

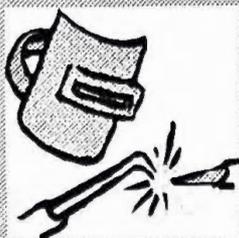
www.jovemfm.com.br

Fone: 0xx35 622-4649

Rua Com. Schumann, 127 Itajubá Sul de Minas

Não se tem notícia segura sobre quais foram as tribos indígenas que habitaram Itajubá antes dos puris-coroados. Comprovantes desses antepassados são as igaçabas ou camotins, que são urnas funerárias de barro cozido, que pessoas que não conhecem os hábitos dos índios classificam como **panelões**, vasos fúnebres que já foram encontrados no alto do Morro Grande e em outros lugares de nosso município, como na barra do Lourenço Velho e na Serra do Pouso Frio, e alguns pedaços surgiram nas escavações para a retificação do rio Sapucaí. Os puris-coroados atiravam seus mortos ao rio, e não conheciam a cerâmica. Conclui-se, pois, que tais potes mortuários foram obras de tribos anteriores. Mas, quais foram esses antepassados? Teriam sido os tupinambás? Os botocudos? Os xavantes?

Há comprovantes de que até o final do século XIX ainda existiam alguns índios nesta região. Numa notícia sobre a construção da capela do bairro da Rosetinha, a cerca de cinco léguas de nossa cidade, assim informa o jornal "O Itajubá", nº 23, ano XVI, de 8 de setembro de 1889: "A capela da Rosetinha acha-se a 1.400 metros acima do nível do mar; as terras são férteis e produzem todos os cereais e fumo, ou tabaco, principal lavoura do bairro. O povo é simples, eminentemente católico, sóbrio, dócil, notando-se famílias de aborígenes civilizados". O topônimo de nossa cidade e de alguns bairros rurais nos lembram a fala dos índios: Itajubá, Jerivá, Juru, Anhumas, Sapucaí, Piranguçu (ex-distrito de Itajubá), Capetinga, Ibitira (nome dado antigamente ao outeiro sobre o qual foi construída a igreja matriz de Nossa Senhora da Soledade), Mantiqueira... E também muitos nomes de bichos e de plantas de nossa fauna e flora. Mantiqueira é nome da grande serra, imensa muralha que fica nas divisas dos estados de Minas Gerais e São Paulo. O município de Itajubá fica nos sopés dessa majestosa Mantiqueira, assim chamada pelos índios, topônimo oriundo de "amã-tykir", locução que pode ser traduzida por chuva que cai e desce vertente abaixo. Couto de Magalhães, em "O Selvagem", pág. 154, traduz, procurando abreviar, por "serra das vertentes". Mas nos primórdios de nossa História, no início das Bandeiras, essa colossal serra tinha o nome de Jaquamimbaba, assim registra Rocha Pombo ("História do Brasil", vol. III, pág. 10).



Serralheria Pe. Lourenço

Todos os Serviços do Ramo

Portão Basculante, Estrutura Met.

Av. Pe. Lourenço da Costa, 1881

Tel/Fax (035)623-7349 Cel. 9986-3349

E Sapucaí? Por que esse nome? Os antigos cronistas e pesquisadores de nossa História muito bem explicam a origem desse nome. “Sapucaia”, no tupi-guarani, significa “bicho ou gente que grita, que faz alarme”. Os índios, espantados com as galinhas que vieram nos navios de Pedro Álvares Cabral, aves essas que até então não conheciam, deram-lhes o nome de “sapucaias”, porque cacarejavam e gritavam alto... (Basílio de Magalhães, no seu livro “História do Comércio, Indústria e Agricultura”, na 3ª edição, pág. 308, conta essa história). E “sapucaia” foi o nome que os índios deram a uma árvore da família das lecitidáceas que, quando fustigada pelo vento, produz um silvo semelhante a um grito ou gemido. Há mais de dois séculos essas árvores existiam nas margens do rio em quase todo o seu curso. Por isso, os índios deram o nome de Sapucaí a esse rio, que quer dizer “rio das sapucaias”. A sapucaia é hoje árvore rara, mas o rio continua com o nome que os bugres lhe deram...

E o homem civilizado, quem foi o primeiro a percorrer esta nossa região? O historiador Rocha Pombo, na sua já citada “História do Brasil” (Vol. III, pág. 10), informa que Afonso Sardinha, partindo de São Paulo em 1597, “saiu corajosamente para os sertões. Passou por Jaguamimbaba (ou seja, pela Mantiqueira) e dali desceu para o rio Sapucaí, acompanhado do naturalista alemão Glimmer (Wilhelm Jost ten Glimmer, mais certamente holandês). que foi o primeiro homem de ciência que penetrou no território da futura Minas Gerais”. Outros historiadores acreditam que o primeiro civilizado que divisou o Sapucaí foi o sertanista João Pereira Botafogo, em 1596. O famoso bandeirante e fidalgo espanhol Dom Rodrigo Castel Blanco em 1681 passou pelo sul de Minas. Um ano depois seria tragicamente assassinado por Manuel Borba Gato. Ignoramos, contudo, se ele esteve nestas terras, hoje município de Itajubá. O que não se pode aceitar é a informação que Cipriano José da Rocha, Ouvidor da comarca do Rio das Mortes, com sede em São João del-Rei, enviou em ofício, ao Governador interino Martinho de Mendonça, afirmando ter sido ele, Cipriano, o descobridor do rio Sapucaí, nas diligências que iniciara em 23 de setembro de 1737. “O rio Sapucaí - diz ele- só conhecido pela tradição dos antigos paulistas, fiz descobrir pelos sertões destas minas por diligências e despesas minhas, até que pessoalmente fui às suas margens, e o passei em canoa que mandei fazer. É o rio abundante de águas, maior em muitas partes, que o rio Grande, porém de vagarosa corrente”. Os historiadores Xavier da Veiga, Alfredo Valadão e Júlio Bueno transcreveram essa informação de Cipriano José da Rocha nas obras que escreveram, aceitando que tais descobertas aconteceram na quarta década do século XVIII, quan-

do, na realidade, já do século anterior se têm notícias de fazendas estabelecidas no vale do Sapucaí, empreendimentos de mineradores frustrados, que, com seus escravos, abandonaram as minas para se dedicarem à agropecuária, atividades estas já com prometedoras perspectivas de bom comércio na Colônia.

6 - Os agricultores e pecuaristas mencionados no capítulo anterior, foram os posseiros que ocupavam irregularmente arrotéias, isto é, terras até então incultas na Boa Vista do Sapucaí (nome primitivo desta nossa região). Nos meados do século XVIII, porém, o rei D. José I exigiu que essas terras, e de outras regiões do País (então colônia de Portugal), fossem oficialmente distribuídas, porém mediante critério eqüitativo, de modo a favorecer o povoamento. Era o problema agrário que já principiava no Brasil. Para dar cumprimento a essa ordem régia, o Capitão-General Luiz Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, Governador de Minas Gerais, no final do século XVIII, encarregou, para o trabalho de medidas desta região, o topógrafo (“piloto”, como assim se denominava o medidor de terras) Antônio de Oliveira Lopes, de nacionalidade portuguesa, residente em Soledade de Itajubá (primitivo lugar com o nome de Itajubá, fundado em 1703 pelo taubateano Miguel Garcia Velho, hoje cidade de Delfim Moreira) de elaborar um mapa da região, com as divisões em sesmarias (sesmaria era a porção de terra que deveria ser doada a um sesmeiro, isto é, a um lavrador disposto a enriquecer a Colônia com suas lavouras). Antônio de Oliveira Lopes, quase que imitando os puris-coroados na sua completa nudez, andava pelos matos compondo-se apenas com um calção curto, semelhante a uma sunga, recebendo, por isso, o apelido de Pouca-Roupa, ou Fraca-Roupa, segundo cronistas. Até Tiradentes, nos “Autos da Devassa”, menciona-o com essa alcunha. Terminados os trabalhos, o próprio Fraca-Roupa partiu em direção à capital da então Província mineira, levando o mapa da região da Boa Vista do Sapucaí, que deveria ser entregue ao Visconde de Barbacena. E foi nessa viagem que, em meio do caminho, numa estalagem, encontrou-se com Tiradentes, que o convenceu a aderir à causa da Liberdade e da emancipação política do Brasil. Denunciado como inconfidente, o infeliz “piloto” foi preso numa enxovia de Ouro Preto. Na “Sentença da Alçada” lê-se que Antônio de Oliveira Lopes, medidor das sesmarias da Freguesia da Soledade de Itajubá (ora Delfim Moreira), foi condenado ao exílio em Caconda (Angola, com a ameaça de forca caso voltasse ao Brasil. Depois as penas foram aliviadas para todos os conjurados, menos para Tiradentes. Ao Fraca-Roupa foi

amenizada a sentença para o degredo em Macua, por 10 anos (“Autos da Devassa”, vol. 7, pág. 7). E, no dia 22 de maio de 1792, no navio “Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal”, no qual também seguiu o poeta Tomás Antônio Gonzaga (Varnhagen, “História do Brasil”, vol. 4, pág. 417), partiu ele para a África, de onde nunca mais voltou, pois, nascido em 1725 (Xavier da Veiga, “Efemérides Mineiras”, vol. 2, pág. 122), já tinha na ocasião do desterro, 67 anos de idade. Também houve um inconfiante de nome Francisco Antônio de Oliveira Lopes, Coronel que não deve ser confundido com o Fraca-Roupa.

As sesmarias foram realmente distribuídas aos primeiros povoadores civilizados da Boa Vista do Sapucaí, que, conforme já vimos, era o nome dado primitivamente a toda esta região em que está o município de Itajubá.

7 - E por que o nome Itajubá dado à nossa cidade e ao município?

O festejado romancista e cronista Machado de Assis, no jornal “A Semana”, do Rio de Janeiro, na edição de 17-07-1892, discorrendo sobre a falsa aparência dos homens, dizia: “Há desses corações, nevados por cima, como estão agora as serras de Itatiaia e de Itajubá, e contendo em si as lavas que o Etna está cuspiendo desde alguns dias”. (“Obras Completas”, vol. 24, edição Jackson, pág. 82). Para essa comparação literária, o clássico autor de “Dom Casmurro” e de “Iaiá Garcia” lembrou-se das cumeadas serranas do antigo Itajubá, a 1400 metros de altitude, hoje a aprazível cidade e município de Delfim Moreira. Nos dias atuais, para os que não conhecem a história de nossa cidade, poderá parecer que Machado de Assis andou claudicando em conhecimentos orográficos, ao emparelhar, sob o ponto de vista climático, os cimos do maciço de Itatiaia com as fraldas da Mantiqueira, cá embaixo, onde está o novo Itajubá. E a verdade é que a existência de um Itajubá Velho, que não é mais Itajubá, e um Itajubá novo, fundado 116 anos depois, ainda vem levando cronistas e historiadores a lamentáveis confusões, atribuindo fatos como ocorridos no Itajubá moderno, os quais, na realidade, aconteceram no Itajubá serrano, ou vice-versa, ou fazendo referências a esses lugares, laborando em erros e idênticos quiproquós.



FITA SS UL

MATERIAIS DE SEGURANÇA
DISTRIBUIDOR **LOCTITE**

Av. Dr. Vicente Sanches, 277 - B. Varginha
CEP 37.500-000 Itajubá-MG Fone: (035)622-3060

Pois esse Itajubá Velho, que durante mais de um século, teve o nome de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, e que agora se chama Delfim Moreira, tem relevante importância na história do atual Itajubá. A hospitaleira cidade de Delfim Moreira foi o trampolim para a fundação de nossa terra, razão por que devemos manter especial consideração para com essa urbe amiga, olhando-a sempre com muita simpatia e gratidão. Nossos fundadores vieram de lá. Recebemos o seu topônimo, isto é, tomamos o seu nome, e com ele “batizamos” nossa cidade, deixando o povoado serrano como Soledade de Itajubá, mas que na denominação popular ficou sendo o Itajubá Velho, mas foi povoado que cresceu, prosperou, e se tornou cidade, até que pelo decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, recebeu o nome atual de Delfim Moreira, numa homenagem ao estadista Delfim Moreira da Costa Ribeiro. Os nobres delfinenses não procuraram a Justiça para reclamar o retorno do topônimo que, pelo direito de uma tradição secular, era legitimamente seu. Porém, pacificamente aceitaram honrar a memória do ex-Presidente e cristinense da velha fibra.

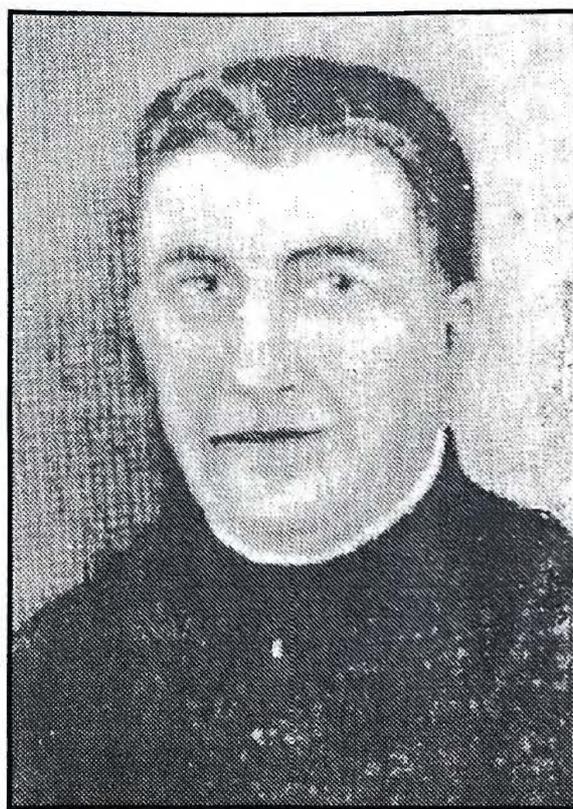
ITAGYBÁ era o nome que os índios deram à cachoeira existente na área urbana de Delfim Moreira. Por isso, o povoado fundado por Miguel Garcia Velho em 1703, passou a chamar-se Nossa Senhora de Itagybá, assim grafado com “GY”. Segundo competentes tupinólogos, entre os quais Geraldino Campista, “o substantivo **ITA**, pedra, no princípio das palavras compostas, e junto com outro substantivo, traduz-se como se estivesse em genitivo: o vocábulo “Y” (em **GY**, ou **JU** por corruptela) significa água, rio, e “**BA**” (**ABAE**) é a forma do particípio presente do verbo “A”, cair de cima, com síncope do A na formação do vocábulo: assim, **ITAJUBÁ** (**ITAY-ABAE**) significa lugar onde o rio das pedras cai de cima, ou, em outros termos, cachoeira do rio das pedras”. Resumindo o longo estudo de Geraldino Campista (“Itajubá-1703-1832”, publicação em separata da revista do Instituto Histórico de Minas Gerais”, págs. 437/485); de Correia de Faria (“Compêndio de Língua Indígena Brasileira”, publicado no vol. II dos “Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará”), e de outros autores, a palavra **ITAGYBÁ** significa o rio que, do alto cai sobre as pedras, ou seja, cachoeira, cascata.

Os mais antigos documentos referentes ao então povoado de Nossa Senhora da Soledade do Itajubá (então Itagybá), tais como alvarás, portarias, provisões, cartas, etc., consta a forma primitiva do nome: **ITAGYBÁ**, com **GY**. Alguns desses documentos estão conservados no Arquivo Público de São Paulo. Por corruptela, isto é, por alteração de pronúncia na fala popular, bastante compreensível, sobretudo na pronúncia dos portugueses então numerosos na região, o nome passou a ser **ITAJUBÁ** (com **JU** em vez de **GY**). Lembra o Prof. Daltro Santos, no seu livro “Fundamentação da Grafia Simplificada”(págs. 27 e 28), que a transformação de **Y** em **U** é corruptela verificada em muitas palavras. Entre outros exemplos, aponta “Butantã” (de “Ybytantan), “carnaúba” (de carnayba), “maçaranduba” (de maçarandyba), “Übatuba” (de Ybatyba), “cabreúva” ou cabreúba” (de cabreyba), “Catanduva” (de Caatãdyba), “Anhangabaú” (de Anhangabay), etc.

O nome de nossa cidade, conforme já vimos, origina-se de Itagybá, que era como se designava a cachoeira existente na área urbana de Delfim Moreira, que era a antiga Itajubá, ou mais primitivamente, a antiga Itagybá. Nada tem o nosso topônimo com pedra amarela, conforme pessoas menos cultas supõem, fazendo confusão com **ITAJUBÁ** (Itajúba), palavra paroxítona, com a tônica no “**U**”, que significa pedra amarela. **ITAJUBÁ**, cachoeira, cascata, é palavra oxítona, isto é, a sílaba tônica é a última, em **BÁ**. Na língua tupi-guarani amarelo é **JUBA** (júba), e não **JUBÁ**. Há mais de 300 palavras formadas com **JUBA**, amarelo, e são todas paroxítonas: Jurujuba, Piracanjuba, Irajuba, marajuba, etc., Se Itajubá significasse pedra amarela, por que seria o nome de nossa cidade a única oxítona? Em nossa cidade não existe nenhuma pedra amarela para sugerir o topônimo. E se houvesse mesmo tão fantástica pedra amarela, ela deveria estar não aqui, mas em Delfim Moreira, a primitiva Itajubá. Quem inventou essa lenda, de que os paulistas, aqui chegando, viram uma pedra amarela, que lhes sugeriu o nome Itajubá, foi Xavier da Veiga, no seu “Almanaque Sul-Mineiro” de 1874, fantasia tola e ridícula, comprovante do completo desconhecimento de nossa História. Nem Itajubá foi fundada por “paulistas de Taubaté e Guaratinguetá” conforme pretendeu ensinar o publicista campanhense. E o nome de nossa cidade não foi dado pelo fundador, mas veio do povoado serrano para cá por mero arbítrio popular.

8 - Já vimos que a cidade de Delfim Moreira foi trampolim para a fundação de Itajubá. E assim foi verdadeiramente. O então povoado da Soledade de Itajubá (hoje Delfim Moreira) era a sede da paróquia que

mais ou menos abrangia toda a encosta da Mantiqueira, que partia do “divisor de águas”, e descia por entre os Marins e as cabeceiras do Sapucaí, e ia até às ribeiras do Lourenço Velho. Com a morte do Padre Joaquim Ferreira, vigário da então extensa paróquia de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), foi nomeado seu novo pároco o Padre Lourenço da Costa Moreira, cuja posse ocorreu em 19 de setembro de 1818. Esse novo vigário nasceu em 15 de maio de 1778 em São Tiago de Mouquim, Portugal. Morreria na nova Itajubá em 14 de junho de 1855. Mas, o Padre Lourenço não gostou do lugar. Achou-o frio demais, e de difícil acesso, de topografia nada favorável ao desenvolvimento do povoado, o qual já fazia 116 anos que fora fundado e sem nenhum progresso. Com três ou quatro pequenas ruas apenas, tortuosas e esburacadas, com uma tapera aqui, outra acolá, e alguns pardieiros centenários ainda do tempo do fundador, o Sargento-Mor Miguel Garcia Velho. E o que mais desagradou o sacerdote foi a falta de comércio. Ele declarou que nem víveres havia para se comprar em Soledade. E poucos eram os moradores do arraial. Chegou o novo pároco a classificar a velha sede paroquial como uma “sepultura dos vivos”, conforme consta em longo documento que existe transcrito na íntegra em Livros de Tombo de algumas paróquias, e no livro “**HISTÓRIA DE ITAJUBÁ**”, do autor deste opúsculo, edição de 1987, vol. de 613 páginas, pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.



Retrato falado de Padre Lourenço da Costa Moreira

Por essa razão o Padre Lourenço, do púlpito, convidou seus paroquianos a acompanhá-lo serra abaixo, à procura de um lugar no vale do Sapucaí, sobre o qual tinha ótimas informações quanto à salubridade do clima e à fertilidade das terras, onde pudesse fundar um povoado para a sede definitiva da Paróquia. Cerca de oitenta pessoas, incluindo-se homens, poucas mulheres e algumas crianças, anuíram à convocação do senhor vigário. Partiram da “Capela Velha” na manhã de 18 de março de 1819. Na confluência dos rios Santo Antônio e Sapucaí fizeram uma parada, para descanso e uma refeição com os alimentos que cada um levava, e para o preparo de balsas ou jangadas, para prosseguirem a viagem pelo rio, pois não encontraram nenhum caminho ou picada aberta. Tudo era mato cerrado. Quatro homens dessa caravana histórica tiveram longa existência (o último faleceu em 1903), e muita coisa do que contavam sobre a fundação de Itajubá ficou registrada em jornais do século XIX e em crônicas de intelectuais que os ouviam.

Ao amanhecer de 19 de março de 1819 a memorável expedição chegou ao local que o Padre Lourenço julgou ideal para ali edificar o templo da nova sede, “plantando” naquele local o povoado que tinha em mente. O jornal “Gazeta Comercial”, de 27-10-1880, trazia a notícia do falecimento de José Custódio da Silva, de 110 anos, residente na casa de Antônio Cândido Rennó, informando a folha que esse acompanhante do Pároco fundador ajudara “a derrubar a mata” “justamente no lugar onde está a Matriz”, no lugar exato onde o padre celebrou a primeira missa. O jornal “O Itajubá”, de 07-05-1876, registra o falecimento de Lourenço Luiz Gomes Nogueira, informando que esse cidadão participou dessa missa de 19 de março de 1819, celebração eucarística esta que se tornara a pedra fundamental espiritual da nova sede da Paróquia. (Os jornais aqui citados estão conservados na hemeroteca histórica organizada pelo jornalista João Aldano da Silva).

Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas



CENTRO REGIONAL DE CULTURA

Av. Pres. Tancredo de Almeida Neves, 45 - CP 499

37500-000 - ITAJUBÁ - MG

Tel. (035) 623-2233 - Fax (035) 623-2577

**ECONOMIA-CIÊNCIAS CONTÁBEIS-ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS GERENCIAIS**

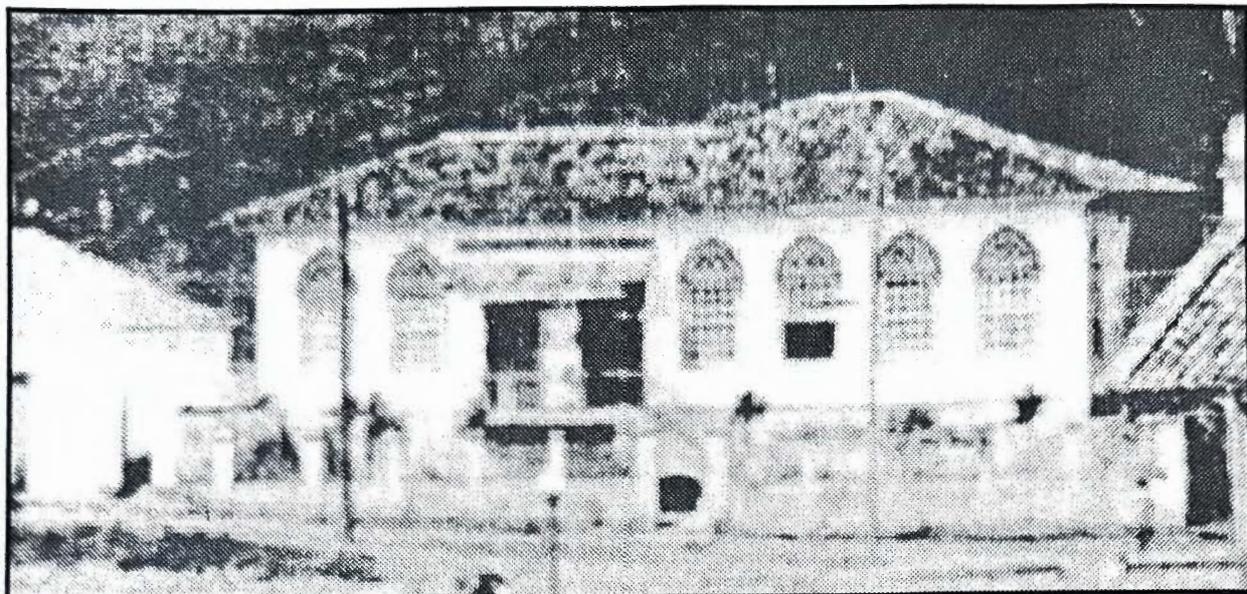
“AQUI O SABER TEM VEZ !”

9 - O Padre Lourenço da Costa Moreira assim chegou, pois, ao lugar ideal para a construção de um povoado com possibilidade de o tornar “em breve uma vila de nome”, conforme ele mesmo disse. E encontrou o apoio favorável e a ajuda valiosa e espontânea dos fazendeiros já estabelecidos nas redondezas das ribeiras do Sapucaí e do Lourenço Velho. Muito se alegraram esses sesmeiros com a disposição encontrada no sacerdote de aqui lançar as bases de um futuro arraial. Se povoado ainda não existia, os pioneiros da lavoura e da pecuária, no entanto, já laboravam, com seus escravos, no amanho das terras do Rio Manso, do vale do Lourenço Velho, do Morro Grande, do Juru, da Capetinga, Ano Bom, das Anhumas, da Berta, da Água Preta.



Casa de fazenda construída antes da fundação de Itajubá

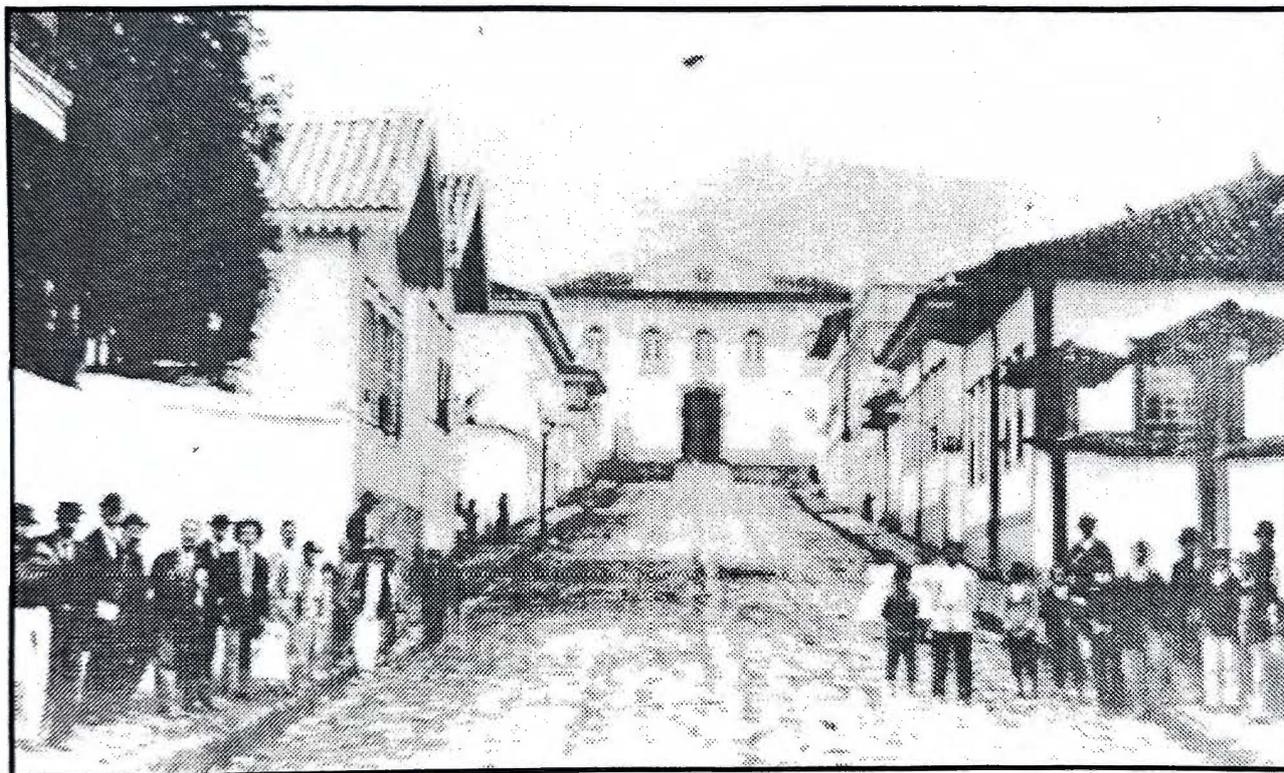
Esses desbravadores, com muita satisfação, acolheram os acompanhantes do padre em suas residências, dando-lhes abrigo provisório, e para o pároco foi cedida uma dependência na casa-grande da fazenda da Água Preta, casa esta que existiu até as primeiras décadas do século XX. Ficava colada ao morro, no início da viela que ia dar no bairro da Boa Vista (hoje Rua Miguel Braga), com a frente para o mangueirão da fazenda (hoje Praça Pereira dos Santos). O padre, anos depois, comprou essa casa, e nela morreria em 1855, tendo sido sepultado no antigo cemitério do Rosário. Ao ser arrasada essa velha e pequena necrópole no início do século XX, os ossos dela exumados foram levados para o atual campo-santo paroquial, construído por iniciativa do Padre Bartolomeu Taddei, inaugurado em 1889.



Casa, na atual Praça Pereira dos Santos, em que residiu e morreu o Padre Lourenço.

O primeiro benfeitor do novo Itajubá foi o fazendeiro Francisco Alves, estancieiro do centro da área ora urbanizada. A casa de sua herdade ficava exatamente onde hoje se encontra a sede da Prefeitura Municipal (o antigo Fórum). Francisco Alves doou o outeiro do Ibitira (era o nome dado a essa colina), onde foi celebrada a primeira missa num tosco altar improvisado em menos de uma hora, com paus roliços, preparados a foice. É doação documentada no Livro de Tombo da Paróquia. A igreja Matriz de Nossa Senhora da Soledade está construída exatamente no lugar onde foi improvisado o altar ao alvorecer de 19 de março de 1819, no alto do Ibitira. Doou ainda Francisco Alves a faixa de terra do outeiro ao quadrado de pasto onde, por desejo do padre ou dos doadores (Francisco Alves e a esposa, ambos muito devotos), seria erguida a capela do Senhor dos Passos, construção que não foi realizada. Essa quadra de pasto ficou por isso, denominada Largo dos Passos, que em 1891 passou a ser a Praça Cesário Alvim, hoje Praça Theodomiro Santiago. Com seus homens, e ajuda de escravos de semeiros, o padre construiu uma capela de sapé, em torno da qual foi, aos poucos, levantando paredes de taipa, e assim, conseguiu construir a primeira igreja do lugar. A rua que descia da igreja e chegava ao Largo dos Passos ficou sendo a Rua Direita. É hoje trecho da Rua Cel. Rennó. Os fazendeiros desejaram ter residências também no povoado, perto da igreja, e casas de pau-a-pique foram construídas, e outras ruas foram abertas, e o povoado rapidamente cresceu, abrangendo logo toda a área da fazenda da Ibitira, que desapareceu com a urbanização de progresso surpreendente.

De início houve várias designações populares para o povoado do Padre Lourenço, conforme se lê em documentos lavrados entre 1819 e 1830. Mais comumente era conhecido como Capela Nova da Boa Vista (Boa Vista era então o nome de toda a região do vale do Sapucaí), ou Capela Nova de Itajubá, ou ainda Itajubá Novo, permanecendo finalmente e simplesmente Itajubá, e o Itajubá primitivo, fundado em 1703 pelo Sargento-Mor Miguel Garcia Velho ficou sendo oficialmente Soledade de Itajubá, e popularmente Itajubá Velho.



Trecho da Rua Cel. Rennó, então chamado Rua Direita.

WM com Tecnologia de Ponta - Itajubá de Futuro, WM fazendo o Futuro

WM Funcionários de confiança



WM INFORMÁTICA
O Itajubense em Primeiro Lugar
VENDAS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Itajubá um Povo Confiante

UMA EMPRESA COM A CULTURA DE SUA CIDADE

Rua Desembargador Francisco Rosa, 239 - Boa Vista

Fones: (035) 623 4523 - 623 5952 - 9986 3007

Itajubá com Personalidades de Ontem, WM com Personalidades de Hoje

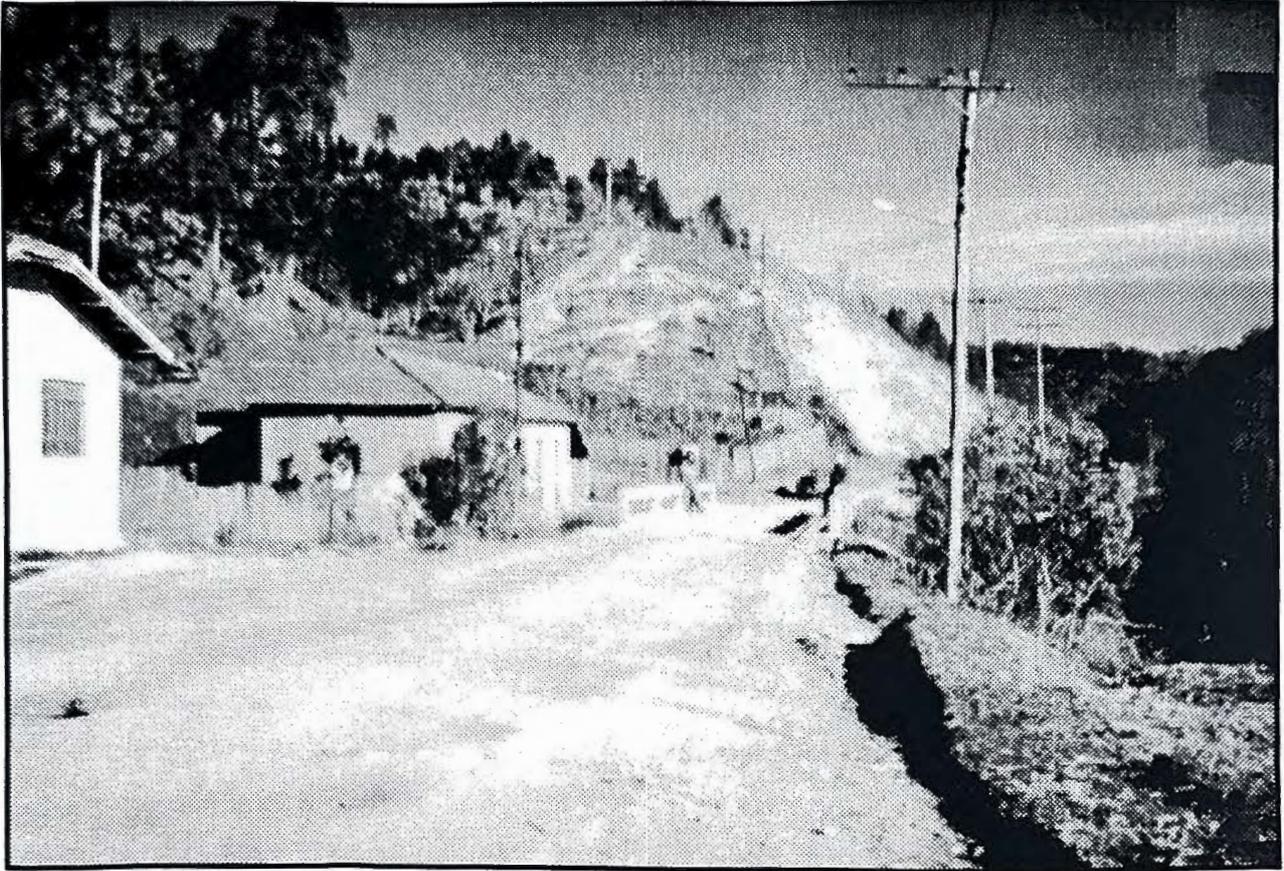
10 – Em 1831 já estava pronta a igreja Matriz, de paredes de taipa. Com o Decreto episcopal de 08 de novembro de 1831, e a aprovação do Conselho Geral da Província de Minas Gerais, de 07 de março de 1832, ficou oficialmente suprimida a capela serrana da Soledade como sede paroquial, e determinada foi a transferência da velha sede para o Itajubá Novo da Boa Vista do Sapucaí. Foi quando o Padre Lourenço, exultante com a realização de seus planos, e com a aquiescência e o apoio dos poderes eclesiásticos e governamental, convidou os seus paroquianos para, solenemente, em procissão em uma estrada de seis léguas na ida, e outras seis na volta, irem à antiga Itajubá, e de lá trazerem para a nova sede os livros de assentamentos, os vasos litúrgicos, e os paramentos, castiçais, candelabros, sinos, estandartes, andores, pálios, os ostensórios, opas, tochas e outros objetos que oficialmente agora pertenciam à nova sede. Avisados os delfinenses da programada romaria de cavaleiros, indignados com o padre que havia abandonado a capela serrana, e andava a depreciar e achincalhar o já então centenário povoado do alto da Mantiqueira, resolveram eles reunir os homens valentes dos bairros mais próximos, não faltando os afoitos moradores dos Marins, conhecidos como famosos turunas daqueles tempos, para receberem o pároco e seus novos paroquianos de maneira hostil e belicosa. Entrincheiraram-se na estrada do povoado. Quando o séquito do Padre Lourenço se aproximou, com todos os seus acompanhantes já apeados e entoando cânticos, ao atravessarem a ponte foram surpreendidos pela horda revoltada, que caiu sobre eles armada de foices, porretes e espingardas, com alguns tiros para o ar para amedrontar os adversários, além dos vigorosos safanões e pontapés, dos tapas, murros, pedradas, rasteiras e outros gestos de selvajaria e indignação. Tornou-se impossível ao sacerdote e seus homens entrarem no arraial, e toda a caravana da Capela Nova do Itajubá recuou apavorada com as agressões e as ameaças de facadas e tiros dos bravos bairristas do velho povoado serrano. E os devotos da Capela Nova, frustrados e amedrontados, retornaram, de mãos vazias, para os seus animais, para a disparada serra abaixo. O local da refrega ficou com o nome de “Encontro”, e a via que dá acesso a esse local é, até hoje denominada “Avenida do Encontro”, tradição conservada pelos nobres delfinenses.



Diagnóstico e Terapêutica Ltda

R. Lucinda Carneiro, 92-Morro Chic

Telefax: (0xx)35 623-6644



Local onde houve o encontro dos moradores do Itajubá Velho com os do Itajubá Novo, travando-se aqui a batalha...

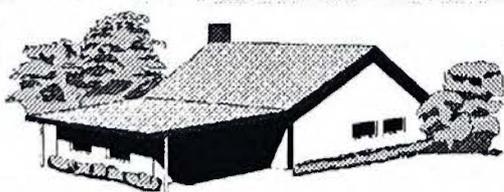


Inauguração da herma do Padre Lourenço



O autor deste opúsculo e seu saudoso amigo Sebastião Inocêncio na histórica Av. do Encontro, em Delfim Moreira.

Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo, a cuja Diocese então Itajubá pertencia (e assim seria até 1900, quando foi então criada a Diocese de Pouso Alegre), visitando nossa Paróquia (toda a pequena Itajubá era, naquele tempo, uma só Paróquia; hoje são quatro: a de Nossa Senhora da Soledade, a mais antiga; a de São José Operário, na Boa Vista; a da Sagrada Família, na Piedade e a de São Benedito) em 1889, no mês de agosto, assim deixou escrito no Livro de Tombo: “Em 19 de março de 1819, festa de São José, teve lugar a celebração da primeira missa na ermida dedicada a essa invocação, cumprindo notar que, para isso, havia o finado cidadão Francisco Alves feito doação no lugar, do terreno necessário para o patrimônio da igreja, que deveria mais tarde ser paroquial”. Prossegue o ilustre antístete o seu Termo de Visita, estranhando não existir escritura de toda a faixa de terreno doada por Francisco Alves, que ia até ao Largo dos Passos (a atual Praça Theodomiro Santiago), a qual, em parte, deve ter sido doada à então futura Municipalidade e não à Igreja. E lembra o senhor bispo o fato de que a invocação de São José como orago deixou de existir para dar lugar a Nossa Senhora da Soledade.



Compra-Venda-Administração

Galvão Imóveis

CRECI 9503

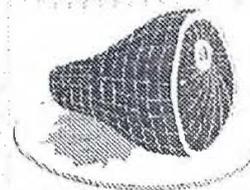
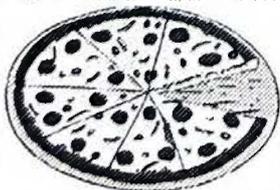
Rua Chiquinha Pereira, 33

Fone: (035)622-2750

Cel. 9986-2415

Conforme elucida o Pastor Diocesano, a primeira missa ocorreu em 19 de março, dia da festa de São José (e poderíamos aqui acrescentar que a data também é a do nascimento de outro santo, memorabilíssimo para os brasileiros, que foi José de Anchieta, este outro José que foi o pioneiro da evangelização do índio), e que por isso a capela então edificada para o nova sede e matriz de Paróquia, teve como padroeiro o esposo da Virgem Maria. Assim era realmente o desejo do Padre Lourenço, que chegou a entronizar a São José, como tal, no Altar-Mor do novo templo. Não pretendia o Padre fundador extinguir a devoção a Nossa Senhora da Soledade do culto já secular dos delfinenses. Queria ele que permanecesse a velha capela serrana, com sua padroeira Nossa Senhora da Soledade, enquanto que o orago da nova matriz seria São José. Desejava o sacerdote que apenas a antiga capela do alto da Mantiqueira deixasse de ser a sede da Paróquia, ficando como uma filial da matriz da Capela Nova da Boa Vista do Sapucaí (nome dado à nova Itajubá). Ter-se-ia São José aqui, e Nossa Senhora da Soledade lá... Por essa razão, indo ao antigo Itajubá para trazer os objetos pertencentes à sede paroquial, não desejava o Padre Lourenço trazer a imagem de Nossa Senhora da Soledade, que lá ficaria. Mas, em vista da reação agressiva dos seus antigos paroquianos da alta Mantiqueira, e das ofensas que continuava recebendo dos delfinenses (que o apelidaram de “Aleijado”, por que tinha um defeito numa perna, e era manquitola), o senhor pároco, que também tinha o “rastilho curto”, enraivecido mudou de intento, e tomou a decisão de extinguir a capela serrana, e de atrair a devoção a Nossa Senhora da Soledade para a capela de Itajubá Novo. Mandou esculpir uma imagem da Padroeira igual à existente na Capela Velha, e destronou a São José do orago da nova matriz, que substituiu pela Virgem da Soledade.

Luzzia Meazzini Salgados e Massas



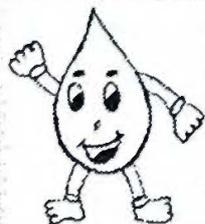
MASSAS - SALGADOS E CARNES

Rua Miguel Braga, 402 - ITAJUBÁ-MG

ENCOMENDAS: 0** (35) 623-4562

Como se sabe, foram baldados os esforços de vingança do Padre Lourenço. Não conseguiu ele extinguir a capela serrana de Nossa Senhora da Soledade, conforme planejou. O povo de lá, isto é, do povoado da sede velha (hoje Delfim Moreira), cercou de cuidados e de devoção o templo dos dias de Miguel Garcia Velho – e talvez assim procedesse mais por pirraça ao Padre Lourenço do que mesmo por sentimento religioso – embora tenha perdido as prerrogativas de matriz. A capela velha não desapareceu, e os delfinenses conseguiram da “Vara Eclesiástica” de Guaratinguetá um coadjutor que lá permaneceu. E assim temos até hoje duas paróquias vizinhas com a mesma padroeira: Nossa Senhora da Soledade, a de Itajubá e a de Delfim Moreira...

Mas os perseverantes delfinenses chegaram, em 1831, a levar a Tribunal o procedimento do pároco Lourenço da Costa Moreira, o “Aleijado” da Capela Nova, alegando que o vigário deixara sem assistência espiritual todo aquele alto da Mantiqueira. A denúncia, em nome de toda a população do velho arraial, foi formulada pelo Capitão Custódio Manuel Rodrigues. O Padre Lourenço não recusou a comparecer perante a Justiça, e no “Termo de Reconciliação” que lavrou (acha-se esse documento transcrito em Livros de Tombo paroquiais) explica ele as razões que o levaram a transferir a sede da Paróquia para a Boa Vista do Sapucaí, pois o lugar onde estava a sede antiga não oferecia as condições mínimas para permanecer como matriz, dada a completa exigüidade de recursos, que ele classificou de “sepultura de vivos”, enquanto que o povoado que ele, Padre Lourenço, fundara nas margens do Sapucaí “em breve tempo será uma das vilas de nome”- assim profetizou o sacerdote fundador. Na realidade, Itajubá em curto espaço de tempo se tornou mesmo “uma vila de nome” conforme suas previsões.



Escola Infantil Pingo de Gente

PRÉ - ESCOLAR - JARDIM - MATERNAL E 1º GRAU

(1ª, 2ª, 3ª e 4ª)

Rua Dr. Pereira Cabral, 50 - Itajubá

Fone: 623 - 5282

 **BANCO DO BRASIL**

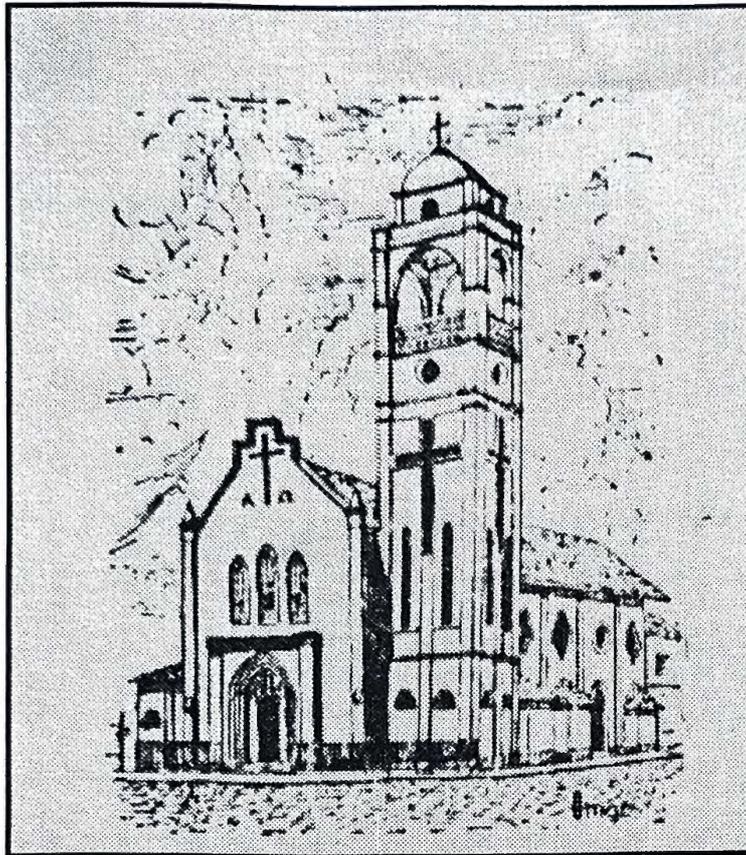
Fone: 621-1499

Pç. Adolfo Olinto, 51

E por causa desse episódio da história religiosa de Itajubá, da troca de padroeiros, primeiramente São José e depois a Virgem da Soledade, e porque Boa Vista era o nome de toda a região do vale do Sapucaí, e que hoje é apenas o topônimo de um de nossos prósperos bairros urbanos, que tem São José Operário como Orago de sua igreja matriz, já houve pessoas que, desconhecendo a nossa História, erradamente pensaram que a fundação de Itajubá tenha acontecido no bairro da Boa Vista... Na realidade, a devoção a São José, no bairro urbano da Boa Vista principiou mais de um século depois das ocorrências com o Padre Lourenço. O movimento foi levantado por um grupo de devotos do esposo da Virgem Maria, de cristãos piedosos que conseguiram a concessão de uma sala de um prédio da Rua D. Maria Carneiro, em frente à Fábrica de Tecidos Codorna, na qual improvisaram uma capela, benta que foi por Dom Otávio Chagas de Miranda, nosso bispo de então, na qual houve uma primeira celebração eucarística em 31-01-1937. Foi esta a igreja provisória de São José no bairro urbano da Boa Vista. A igreja definitiva e atual de São José Operário, hoje matriz da nova Paróquia, foi benta em 15-03-1942. Ainda com respeito a São José, conhece-se uma outra informação: a imagem que o Padre Lourenço, num gesto de indignação, destronou como orago para dar lugar a Nossa Senhora da Soledade, encontrava-se, no início do século XX, já então secular, com a pintura inteiramente esmaecida. Foi então solicitada, ao pintor Luiz Teixeira, uma nova encarnação. Pronta a renovação artística, foi essa escultura, em 18-09-1911, levada solenemente, em andor, em procissão, da residência do hábil pintor, na rua da Biquinha (Rua Oliveira Marques) para a igreja matriz. Foi solenidade noticiada pela “Gazeta de Itajubá”, edição de 24-09-1911.

	RIÊRA TURISMO		RIÊRA TURISMO 20 ANOS... CADA VEZ MELHOR!!! PASSAGENS AÉREAS, EXCURSÕES,
---	--------------------------	---	---

HONDA Motogeral MOTOGERAL COMÉRCIO DE MOTOS E ACESSÓRIOS LTDA Av. Pres. Tancredo de Almeida Neves, 800 Tel. (035) 623-1313 - Fax. (035)623-2566 ITAJUBÁ - MG	
---	---



11 – Ainda vivia o Padre Lourenço da Costa Moreira, e aqui residia (e nunca deixou a cidade que ele fundou), quando Itajubá já havia atingido a prosperidade idealizada por ele, com ruas alinhadas, jardins arborizados e floridos, boas casas residenciais e comércio desenvolvido e farto, com armazéns de secos e molhados, e até lojas de panos e chapéus, louças, calçados e armarinho, e uma população já superior a de muitos outros povoados de fundação muito mais antiga, e já com um apreciável escol e até com uma escolinha de primeiras letras. E antes dos trinta anos de fundação do arraial itajubense, foi nomeado seu Juiz Municipal e de Órfãos (cargo então existente), e que foi o futuro Conselheiro do Império Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, distinto cristinense, que acabava de diplomar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Esse jovem advogado seria, pouco depois, no Rio de Janeiro, Ministro da Justiça, da Fazenda, da Marinha e da Guerra, apesar de civil. Também seria Governador de Minas Gerais (Presidente da Província, como se dizia), e, no Paço de D. Pedro II, o respeitado Conselheiro do Império. Aqui chegando, o ilustre Joaquim Delfino entusiasmou-se com a prosperidade de Itajubá, o que para ele foi uma surpresa, conforme declarou a amigos. Itajubá era então uma aldeia elevada à categoria de “Freguesia” criada pelo Decreto Imperial de 14 de julho de 1832. “Freguesia” era a classificação oficial dada a um povoado com



Joaquim Delfino Ribeiro da Luz

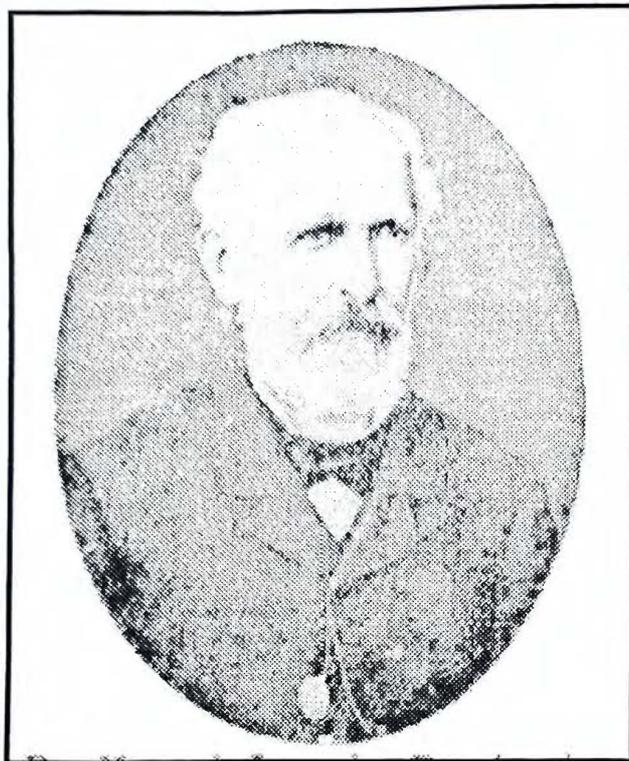
algum desenvolvimento apreciável. Era uma denominação sob aspecto eclesiástico, pois, durante a Monarquia, o catolicismo era considerado a religião oficial do Estado. O futuro Conselheiro do Império julgou injusta essa simples classificação de “Freguesia” para próspera aldeia que encontrou, achando que Itajubá merecia muito mais. Não se conformou com o fato de Itajubá estar ainda pertencendo ao município de Campanha, pois via em nossa terra as condições para ter vida própria. Elaborou então o projeto de emancipação política de Itajubá, ao qual ajuntou convincentes justificativas para a independência de nosso município. Como não era ele parlamentar, o jovem e recém – formado causídico confiou o projeto ao Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães, deputado provincial (estadual, hoje se diz), que vivamente aplaudiu a iniciativa do culto cristinense,

COLÉGIO
Millennium

EDUCAR E INSTRUIR
DO MATERNAL À 4ª SÉRIE

Fone: 622 -5161

Rua José Joaquim, 197-B. Varginha - Itajubá - MG



Dr. Manoel Joaquim Pereira de Magalhães

prontificando-se, com satisfação, a levar o projeto para Ouro Preto, que era a antiga capital de Minas Gerais. O Dr. Manuel Joaquim era médico de renome em todo sul de Minas. Residia em Baependi e, bom cavaleiro que era, percorria toda a região atendendo a chamados de pacientes em estado grave. Naqueles meados de século XIX eram, por estas bandas, raríssimos os clínicos formados. Algumas vezes esteve em Itajubá, e a primeira cirurgia realizada em nossa cidade foi feita por ele. Era parente próximo do Dr. Gaspar Lisboa. E o projeto de nossa emancipação política foi levado, pelo deputado Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães, para a Assembléia Legislativa Provincial (hoje dizemos Estadual), que o aprovou sem dificuldade. Sancionando em 27 de setembro de 1848 pelo Governador



RECAUCHUTAGEM, BALANCEAMENTO,
ALINHAMENTO, AMORTECEDORES, ESCAPAMENTO
SUSPENSÃO E ACESSÓRIOS DIVERSOS
TROCA DE ÓLEO, LIMPEZA DE BICO INJETORES

MATRIZ

SÃO LOURENÇO - MG Fone: 0xx(35) 695-8300

FILIAL

ITAJUBÁ - MG Fone: 0xx(35) 622-0437

(naqueles tempos do Império do Brasil, em vez de Governador, dizia-se Presidente da Província e não Estado. Na República é que passou a ser Estado) Bernardino José Queiroga, tornou-se em Lei nº 355, que teve a seguinte reação, que a seguir está textualmente reproduzida:

“Bernardino José de Queiroga, Presidente da Província de Minas Gerais:

“Faço saber a todos os habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decreta, e ou sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica elevada à Vila a Freguesia da Boa Vista de Itajubá, do Município da Campanha, com a denominação de Vila da Boa Vista de Itajubá, compreendendo a Freguesia do mesmo nome, as do Espirito Santo dos Cumquibus, e de São Sebastião da Capituba, o distrito de São Caetano da Vargem Grande e Freguesia de Soledade de Itajubá.

Art. 2º - Os Habitantes do novo Município são obrigados a construir à sua custa as Casas para sessão da Câmara Municipal, e do Conselho de Jurados, e uma cadeia segura, conforme o plano que for dado pelo Governo, contanto que as façam no espaço de três anos.

Art. 3º - Enquanto os Habitantes do novo Município não puderem construir as Casas de que trata o Artigo 2º servirão para o exercício das funções municipais e judiciárias, e para a cadeia, quaisquer edifícios próprios ou arrendados pelos mesmos Habitantes para este fim, contanto que tenham as comodidades indispensáveis, e proceder-se-á a instalação da vila logo que os seus Habitantes mostrem ter as ditas Casas.

Art. 4º - Esta Vila pertencerá à Comarca do Sapucaí.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

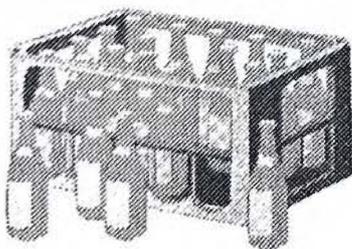
“Mando portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo na Imperial Cidade de Ouro Preto aos vinte e sete dias do mês de setembro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e oito, vigésimo sétimo da Independência e do Império. - Bernadino José de Queiroga”.

O projeto desta Lei teve, na Assembléia Legislativa, as assinaturas dos seguintes parlamentares: Antônio José Ribeiro Bhering (Presidente), Carlos de Assis Figueiredo (1º Secretário) e de João Januário Fernandes Leão (2º Secretário)

Assim, pois, ficou emancipado, e desanexado do município da Campanha, o município de Itajubá. Esclareça-se que, naquele tempo, e assim seria até 1938, um município, ao emancipar-se politicamente, tinha a sua sede elevada primeiramente à categoria de vila. Assim aconteceu com todos os municípios dos velhos tempos. Mais tarde, com as melhoras de arruamento, e aumento da casas (“de fogões”, conforme se dizia), o crescimento da população, maior desenvolvimento de vida própria e comercial, e maiores empreendimentos industriais, e execução de obras de saneamento que se tornavam inadiáveis, e aberturas de estradas e de melhoras nas já existentes, e com a existência de escolas e meios assistenciais, e satisfeitas outras exigências legais de carácter urbanístico, sanitário e cultural, então a vila era elevada à categoria de cidade. As leis atuais, desde 1938, são diferentes. Agora, um distrito, ao emancipar-se, tem sua sede elevada diretamente à cidade, como ocorreu com Piranguçu, Wenceslau Braz e Marmelópolis. E vila, modernamente, é agora a sede de um distrito dependente, como ocorre com o Rio Manso.

Essa mudança de leis vem ocasionando lamentáveis erros e confusões aos que desconhecem a antiga disposição oficial referente à emancipação política dos municípios. É lastimável que até em publicações de nossa Municipalidade insistem nossas autoridades em informar que a emancipação de Itajubá tenha ocorrido em 04 de outubro de 1862! É dislate imperdoável, um quiproquó chapadamente crasso! A emancipação política de Itajubá ocorreu com a Lei nº 355 de 27 de setembro de 1848, e não em 04 de outubro! Necessário nos torna que a Lei nº 355, que aqui está transcrita na íntegra, seja lida e relida com indispensável, atenção para não incidirmos no descaso por nossa História, e para que não sejamos incluídos entre os maus itajubenses, relapsos em nossas tradições. Vamos à Lei de 27 de 1848:

Cicero Bebidas Dist. de Bebidas Cicero Ltda



Cerveja

Coca Cola

Refrigerantes JF

Bebidas Quentes

Fone: (0xx35)622-2608 / 622-2779

R. JOSÉ JOAQUIM, 910 B. VARGINHA - CEP. 37 500 000 -
ITAJUBÁ MG

Observemos que o Artigo 2º determinava a construção da Casa para a Câmara Municipal, subtendendo-se, pois, que acabava de ser criada a Câmara Municipal de Itajubá. E nossa Câmara foi então realmente instalada, conforme adiante se verá. É sabidíssimo e primaríssimo que só os territórios emancipados politicamente têm sua Câmara Municipal. Logo, foi a Lei de 27 de setembro de 1848 que emancipou Itajubá, e não a de 04 de outubro, promulgada quase três lustros depois, quando já fazia 13 anos que nossa Câmara já estava instalada e em atividade. Observe-se ainda que os Artigos 2º e 3º já classificavam Itajubá (ainda com o topônimo “Boa Vista de Itajubá”) como “Novo Município”. E já se viu município não emancipado?!

Até que se conseguissem os imóveis exigidos no Artigo 2º da Lei 355, adquiridos com a verba obtida por uma cotização popular, e se fizessem as modificações, algumas melhorias e acréscimos necessários (tais como as grades para a cadeia), e até que se realizassem as eleições dos primeiros vereadores, houve a demora de alguns meses, e só em 21 de junho de 1849 é que solenemente a Vila foi instalada e empossada a primeira Câmara Municipal de Itajubá, então integrada por sete camaristas, e que foram os seguintes pioneiros de nosso Legislativo:

Comendador João Carneiro Santiago (Presidente), Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (advogado, Juiz Municipal e de Órfãos), José Manuel dos Santos Pereira (avô do grande cientista Dr. Vital Brasil), Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva (um dos fundadores de Brasópolis e bisavô materno de Wenceslau Bras Pereira Gomes), Cândido Ribeiro da Costa, José Caetano Grillo e Antônio Dias Pereira (estes três últimos, grandes empreendedores agropecuaristas no então extenso município de Itajubá).

Como vimos, o primeiro Agente Executivo Municipal, função hoje desempenhada pelo Prefeito, foi o Comendador João Carneiro Santiago, pai do Cel. João Carneiro Santiago Júnior e avô de Theodomiro Carneiro Santiago. Não havia ainda Prefeitura, e as atribuições executivas eram exercidas pelo Presidente da Câmara. Assim foi até 1930. No período de 1930 a 1947, durante o Governo de Getúlio Vargas, foram provisoriamente extintas as Câmaras Municipais, e os municípios passaram então a ser governados por Prefeitos não eleitos, mas nomeados pelo Interventor Estadual. Esse Interventor era, por sua vez nomeado pelo Presidente da República, pois também, ficou provisoriamente extinto o cargo de Governador do Estado, que passou a ser atribuição do Interventor. O primeiro Prefeito assim nomeado, para a administração de Itajubá, foi José de Oliveira Marques, genro de Wenceslau Bras; o último foi Jayme Wood.

Foi em 1947, com a volta da democracia, que os dois poderes se separaram, o Legislativo (Câmara Municipal) e Executivo (Prefeitura), perdendo o Presidente da Câmara as atribuições executivas que teve até 1930, e ficando criada a Prefeitura gerida por um prefeito eleito pelo povo. O primeiro prefeito assim eleito democraticamente pelo povo foi o médico Dr. Sebastião Pereira Rennó.

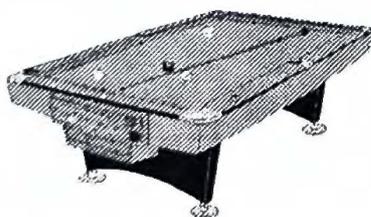
A lei de nº 1.149, de 04 de outubro de 1862, tão erradamente interpretada até por autoridades que têm o dever de conhecer os atos oficiais que vêm definindo a História de nossa cidade, teve a seguinte redação:

“O coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta, Cavaleiro da Ordem da Rosa e vice-presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica elevada à categoria de Cidade a Vila de Itajubá.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.”

Já se viu que, nos velhos tempos, e assim foi até o início do século XX, a elevação de uma vila à categoria de cidade era uma promoção meramente urbanística, que nada tinha com a emancipação política, pois assim se dava com o município já emancipado. Em 04 de outubro de 1862, data da Lei acima transcrita, nossa Câmara Municipal já estava instalada e em atividade normal desde 21 de julho de 1849, havia então já 13 anos, fato bastante para afastar o equívoco de alguns conterrâneos, que interpretam ocorrências de ontem com base nas leis de hoje...



BILHARES REAL
Alugamos Bilhares e Pebolim
Rua Nova nº 116 - Centro - ITAJUBÁ
Fone: (0xx35) 622-3115

concre▲rt

PRÉ - MOLDADOS

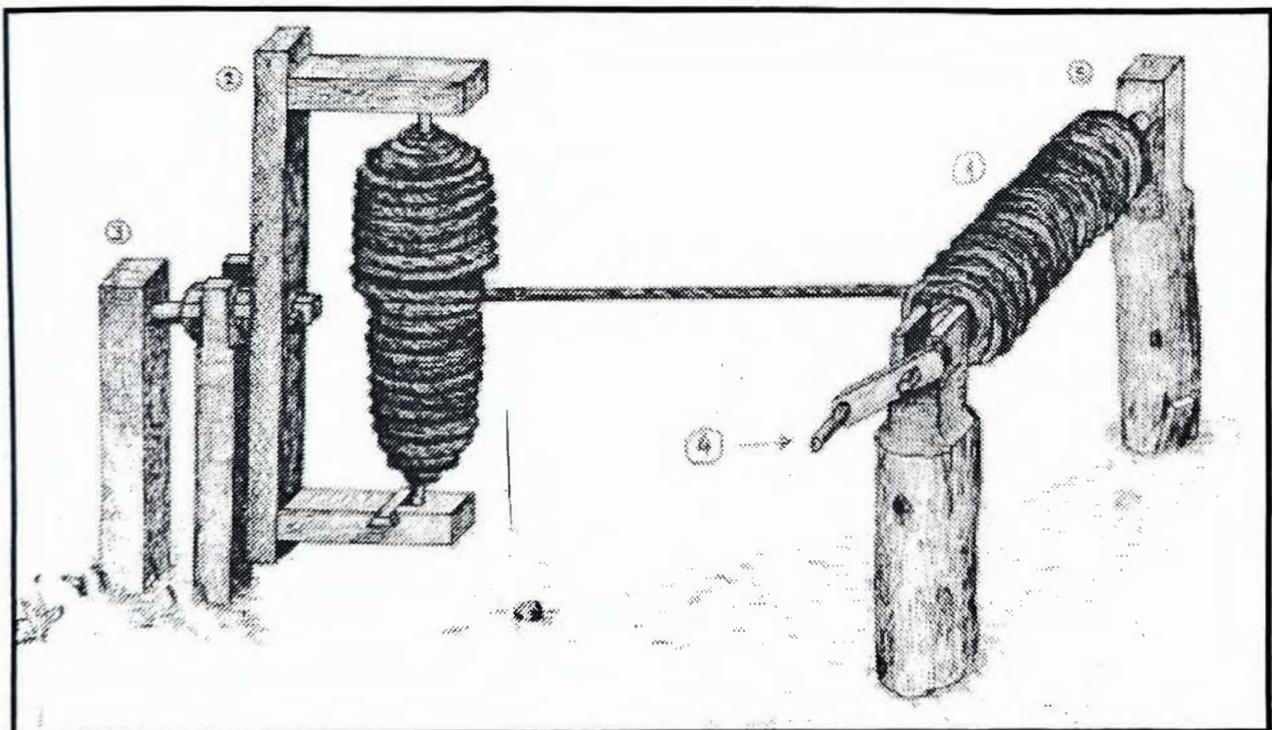
Tel. 0xx35 623-7319

A emancipação política de Itajubá aconteceu em 27 de setembro de 1848.

O município de Itajubá, ao emancipar-se, teve, conforme rezava o Art. 1º da Lei nº 355, de 27-09-1848, a abrangência dos seguintes territórios: a “Freguesia de mesmo nome” (que abrangia o atual município e Piranguçu), Cristina (Espírito Santo do Cumquibus), Pedralva (São Sebastião da Capituba), Brasópolis (São Caetano da Vargem Grande) e Delfim Moreira (Soledade de Itajubá). Pouco tempo depois esses territórios foram-se emancipando, e, conseqüentemente, desanexando-se de Itajubá. O último a desmembrar-se de Itajubá foi Piranguçu, em 30 de dezembro de 1962, quando se tornou município criado pela Lei nº 2.764. E hoje o território itajubense é pequeno, com a área total de apenas 281 quilômetros quadrados, pertencendo 61,25 quilômetros quadrados à área urbana, e 219,75 à área rural.

12 – As laborações econômicas de Itajubá, no século XIX, e que propiciaram o grande avanço para o progresso de nossa terra, estavam nas atividades agropecuárias. A mola pecuniária para a vida da comunidade emergia das fazendas e dos sítios. As indústrias reduziam-se a pequenas produções caseiras e outras, como as de laticínios, rapadura, aguardente, doces,, derivados do milho, etc., de consumo restrito ao município. Das atividades agrícolas, tiveram grande importância, além dos cereais e tubérculos, os cultivos do café e do tabaco, ambos com memorável desenvolvimento na segunda metade do século XIX, e acentuado declínio nas primeiras décadas do século XX. Foram culturas que chegaram a enriquecer muitos investidores. O café foi introduzido no sul de Minas pelo médico Dr. Domiciano da Costa Moreira, segundo registra Xavier da Veiga nas “Efemérides Mineiras” , 4ª vol., pág. 194 da edição de 1897. Com a monocultura posta em prática na Zona da Mata, em Minas e sobretudo em São Paulo, e a conseqüente desvalorização do café, que culminou, em 1929, com o desastre do “krach” na Bolsa de Valores de Nova Iorque, de repercussão no mundo todo, os cafeicultores itajubenses muito reduziram os seus cafezais, e outros abandonaram completamente a “preciosa rubiácea”... A lavoura do tabaco foi outra fonte de riqueza a que se entregaram nossos agricultores e industriais dos velhos tempos. Não havia fazenda, e até mesmo sítios maiores, no final do século XIX e início do XX, que não cuidasse da produção de fumo em corda. Antes da Estrada de Ferro, eram numerosas as tropas de dezenas de bestas que partiam para o Rio de Janeiro ou Santos levando esse produto para os grandes exportadores. Depois, esse trabalho passou para os ferroviários. O jornal

“A Verdade”, de 17-01-1889, registra que, em Itajubá, pés de tabaco chegavam a 3,60 metros de altura!... A forte concorrência no plantio do tabaco, e a preferência do mercado exterior para o fumo de Cuba, dos Estados Unidos, da China e da Índia, enfraqueceram a produção brasileira. No sul de Minas, como comumente se via em nossas fazendas e nas dos municípios vizinhos, usavam os produtores de fumo em corda um dispositivo engenhoso, de madeira, a que davam o nome de “cambota”, utilizado para passar corda de um “rolo” para o outro, fazendo com que, ao mesmo tempo, a corda era torcida (“cochada”, como diziam os hábeis operadores). Para isso, enquanto um operador, acionando a manivela (indicada pelo nº 4 na gravura), ia enrolando a corda na bobina (“rolo”) horizontal (nº 1), o outro fazia girar, em movimento de hélice, o conjunto (nº 2) do dispositivo, que era propriamente a “cambota”. Era a “engenharia” de nossos roceiros de então... E era operação que se repetia periodicamente, durante alguns dias, até que a corda tomasse a consistência desejada.



Além das atividades agrícolas com as quais ainda hoje os lavradores itajubenses nos propiciam todos os produtos da terra, têm-se notícias de que no último quartel do século XIX, e ainda em poucos anos antes desse tempo, alguns imigrantes europeus tentaram, em Itajubá, o cultivo de outros vegetais, plantações hoje inteiramente abandonadas, algumas pela inadequação do clima ou do nosso solo, ou ainda pelo desinteresse comercial. Entre outras dessas tentativas, cita-se o que ocorreu com algodão e trigo. A pomicultura também está bem cuidada em nosso município, sobretudo a partir do século XX. O plantio de videiras já tem sido

experimentado em terras itajubenses, com pequenos parrerais. Nossos vinicultores já nos têm apresentado produtos com alguns bom êxito, mas essas laborações não tem continuadores.

No tocante à pecuária, praticada em Itajubá “ab urbe condita”(isto é: “desde a fundação da cidade” , como diziam os latinos ao se referirem à antigüidade de Roma), nada se tem a acrescentar nesta sùmula da História de Itajubá. Todos os animais utilizados no trabalho, no abate (para alimentação) e nas indústrias tiveram seus criadores desde as primeiras horas da Capela Nova da Boa Vista do Sapucaí, e ainda os têm. São sempre os mesmos bichos, os bovinos, os eqüinos, os muares, os caprinos, os suínos, as aves domésticas (que o “Moderno Dicionário da Língua Portuguesa” de Michaelis, pág. 1005, classifica como “Gado de bico”). Porém, há, sim, uma particularidade a anotar com respeito somente ao gado ovelhum, isto é, aos carneiros. Até mais ou menos 1880 (todavia, os grandes rebanhos são mencionados apenas até a década de 1850), houve sitiantes e fazendeiros que se dedicaram à criação do gado lanígero. A lã era um produto muito procurado em toda região sul-mineira, pois, naqueles idos, praticava-se a tecelagem doméstica em quase todos os lares de pessoas de melhores situações de ordem financeira, e, tanto nas casas-grandes das fazendas e sítios como nas residências dos povoados e cidades, não faltavam fusos, rocas, rodas de fiar (movidas a pedal) e teares, tudo de madeira, com os quais as hábeis escravas teciam colchas, cobertores, edredons, coxinilhos, baixeiros e outras peças. Não raro, até as sinhás e sinhá-moças, às vezes, como divertimento, se entregavam a essas tarefas. Desaparecida a indústria têxtil caseira, desaparecidos também ficaram os criadores de carneiros...



CASA ZÉ CORRÊA

PABX: (0**35)623-6666

Materiais em Geral para Construções
Compensados - Madeiras para todos os fins

Tels. (0**35)623-2083 - (0**35)623-5893

Rua Dona Maria Carneiro, 146 - Itajubá - MG

Yara - Colaboração do Cartório Sarmiento

2º Ofício de Notas

Testamentos-Escrituras-Procurações
Autenticações-Reconhecimento de Firma
e-mail: cartoriosarmiento@savenet.com.br

Pça. Adolfo Olinto nº 93 Centro - Fone (0**35) 622-3378

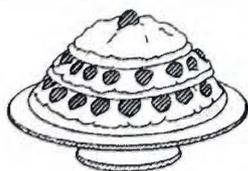


13 – E a política em Itajubá, nos velhos tempos, como andavam? Desde quando este torrão era a Freguesia da Boa Vista, que é hoje esta nossa bela e progressiva urbe de arranha-céus, já Itajubá vivia às voltas com a política partidária. Era ainda nos dias da Monarquia, quando predominavam as duas facções principais: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Aos adeptos do Partido Liberal davam os adversários o



Frederico Fernandes Schumann

apelido de “ximangos”; por sua vez os conservadores, isto é, os filiados ao Partido Conservador, eram alcunhados de “cascudos” pelos liberais. O clima de vivência era de apreensões, de medo, de traições, de tocaias criminosas, de banguê-banguê instigado pelos chefões, que eram todos os homens da alta sociedade, varões ilustres e poderosos. Assim seria durante todo o Império, ou seja, até 1889.



DISTRIBUIDORA DE DOCES
BOSQUINHO LTDA



Fone: (0**35) 622-2821

Doces, biscoitos, balas, chocolates, chicletes, embalagens
e produtos para sorveteria.

Rua Antonio Salomon, 143 - Itajubá MG



Dr. Américo da Silva e Oliveira

Em Itajubá, durante esse tempo, houve muitas e memoráveis brigas, muitos atos de violência travados entre conservadores e liberais, isto é, entre “cascudos” e “ximangos”. Houve mortes e feridos. De lado a lado estavam os capangas e pistoleiros fiéis aos seus senhores e chefes. As eleições, por determinação legal, eram realizadas nas igrejas. Chegou a haver um assalto na matriz de Nossa Senhora da Soledade, que era onde estavam as urnas, com profanador tiroteio dentro da igreja. Os últimos e principais chefes do Partido Liberal em nossa terra foram Aureliano Moreira Magalhães (advogado), Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior (fazendeiro) e Frederico Schumann (farmacêutico); do Partido Conservador foram o Cel. Antônio José Rennó (agropecuário), Dr. Américo da Silva e Oliveira (médico) e José Manuel Pereira Cabral (advogado). Em 1842 os liberais levantaram-se em guerra no País contra D. Pedro II, em protesto contra a dissolução da Assembléia Geral. Foi revolução que tumultuou o Brasil inteiro, que só terminou com a atuação militar do bravo Duque de Caxias. O Cel. Caetano



Cel. Antônio José Rennó

Ferreira da Costa e Silva, chefe dos conservadores de São Caetano da Vargem Grande (hoje Brasópolis), armou, a suas expensas, um pelotão de valentes “cascudos” brasopolenses e de itajubenses, que engrossou a tropa organizada, em Pouso Alegre, por Julião Florêncio Meyer, que passou por Itajubá, e foram combater os liberais entrincheirados em Baependi, onde até hoje se encontram vestígios dessas trincheiras.

LF TRANSPORTADORA E TURISMO LTDA

Rua Dr. Luiz Rennó, 228
Bairro Avenida-Itajubá-MG
Fone: (0xx35)621-2141
Cel.: 9986-1759



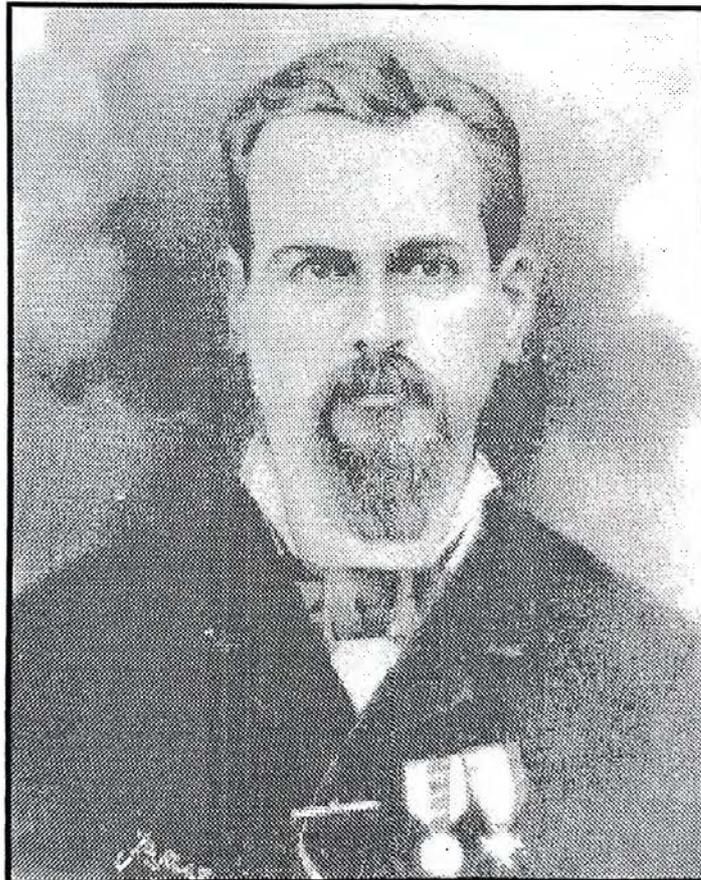
VIAGENS - EXCURSÕES
EVENTOS - ESCOLARES

ITC

Esse é o nosso Clube apoiando a cultura Itajubá

CGC - 21.041.900/0001-57
Av. Paulo Chiaradia, 371 Itajubá - MG
Fone: 622-1150 / 622-1427 - Fax 622-5121

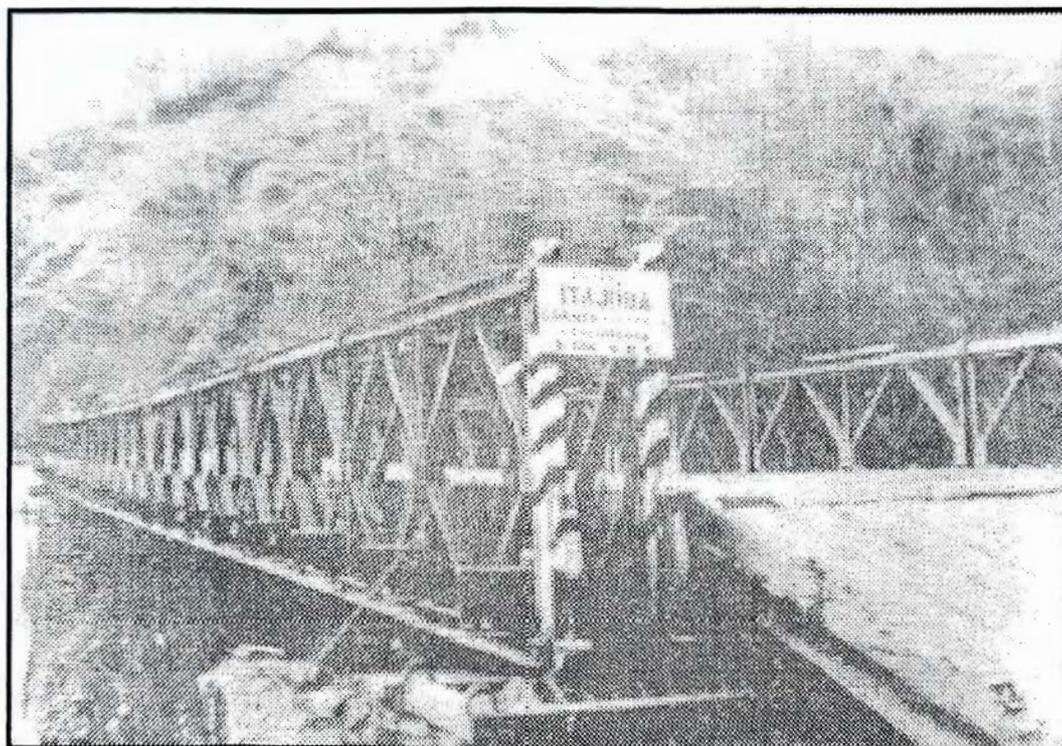
14 – Autênticos heróis, porém, que empenharam seu sangue e sua vida em defesa da Pátria, e que honraram e dignificaram denodadamente a farda brasileira que vestiam no cenário da guerra, em época nenhuma faltaram na concretização das tradições itajubenses de civismo e de hombridade patriótica. O Paraguai se armou e penetrou em terras brasileiras supondo tomá-las para aumentar o seu território. Foi quando cerca de trinta itajubenses se incorporaram ao Exército e partiram para o Sul, e lá estiveram durante todo o tempo de peleja, desde a ocupação de Uruguaiana, em 1865, até o fim trágico de Solano Lopez, em Cerro Corá, em 1870. Quem visitar o nosso cemitério, passando pela Rua 11, encontrará o túmulo de Joaquim Lopes Guimarães. Foi um dos heróicos combatentes da guerra



Joaquim Lopes Guimarães

com o Paraguai, partidos de Itajubá. É um jazigo bem conservado, em cuja lápide há inscrição condigna à sua memória. Reverenciemos esse sepulcro histórico pela sua alta significação cívica, que exalta as mais nobres tradições de Itajubá, pois lembra essa campa de frio mármore o hipogeu no qual jazem todos os demais veteranos que de nossa cidade partiram para cumprir a honrosa missão no Sul, já que ignoramos onde estes outros foram sepultados.

Quase 70 anos depois teve início a 2ª Grande Guerra. Os alemães passaram a insultar nossa Pátria afundando covardemente navios mercantes brasileiros. O Brasil não se acovardou. Em Nápoles, Itália, então sob o domínio das tropas de Adolfo Hitler, desembarcaram mais de vinte e cinco mil soldados do Exército de Caxias, que em Camaiole, Montese, Collecchio, Monte Castello, Castelnuovo, Zocca, Porreta Terme, Formigene, Fornovo, desafrontaram, com altruísmo, brio e destemor o repto e a ousadia das



hostes nazistas. Entre esses combatentes estavam mais de cinquenta integrantes da FEB (Força Expedicionária Brasileira), partidos de nosso 4º Batalhão de Engenharia e Combate (então 1º Batalhão de Pontoneiros), e tão valorosos e eficientes foram na guerra na Itália que, em sua homenagem, e em reconhecimento ao mérito desses moços de nossa terra, foi dado o nome “ITAJUBÁ” a uma ponte Bailey construída em Valpromaro no cenário da guerra. E outro tanto de expedicionários, também partidos de nosso 4ºBECmb., foram para Fernando de Noronha, preparando-se ali para a defesa do arquipélago contra a possível aproximação do inimigo.

HOTEL BRASIL

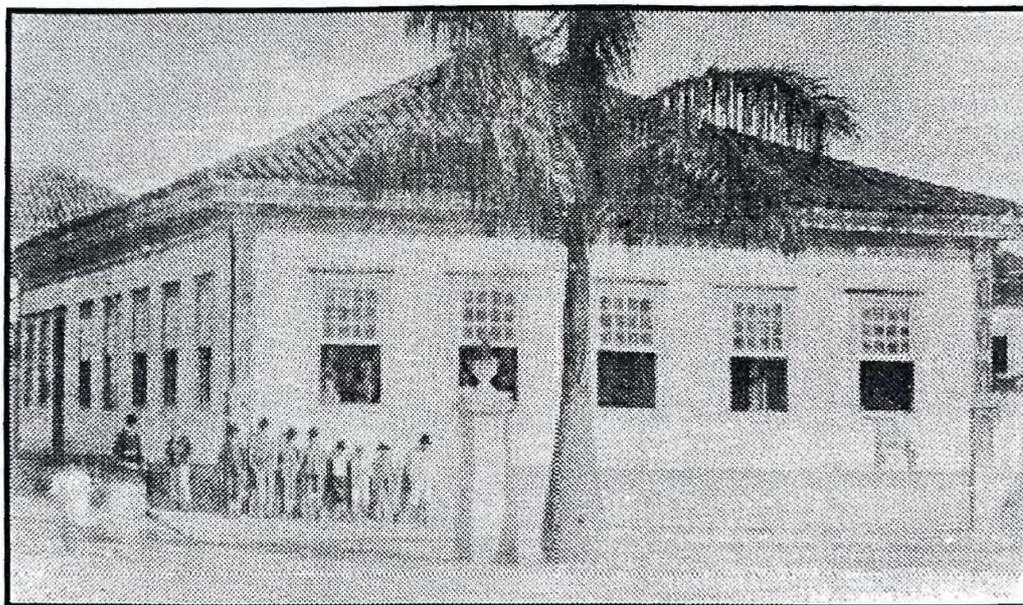
Apto. com TV 20” Parabólica, ventilador de teto, frigobar,
telefone discagem direta, enxoval branco.

Café da manhã self service. Estacionamento próprio.

Rua D. Maria Carneiro, 219-Itajubá - MG

Fone: (035)623-5430 / 623-7800 / 623-5988

15 – Mas, voltemos aos acontecimentos de maior importância histórica do século XIX. Que honra maior para Itajubá, nessa centúria, poderia ter sido senão a de hospedar a herdeira do trono do Brasil? Pois foi o que aconteceu em 02 de dezembro de 1868. A Princesa Isabel e seu marido o Conde d’Eu aqui chegaram nessa data, e em nossa cidade permaneceram por dois dias. Tão ilustre casal foi acomodado numa casa que existia na esquina da atual Rua Cel. Rennó (que naquele tempo tinha o nome de Rua Direita) com a Praça Theodomiro Santiago (então Largo dos Passos) no local onde hoje existe o Hotel Centenário. A pequena Itajubá daqueles dias nunca esteve antes tão enfeitada, tão festiva, tão limpa. Toda a



sociedade se apresentou em trajes de gala e perfumada. O céu era riscado por foguetes, os sinos das igrejas badalavam alegremente e a banda de música do maestro Honório José de Oliveira tinha bem ensaiada “A Marselhesa”, pois o Sr. Conde d’Eu era francês... Presente estava Wenceslau Bras Pereira Gomes, com apenas nove meses de idade. O Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, prestigiado chefe político de todo o município, e a sua consorte D. Isabel Pereira dos Santos, não deixariam de fugir, durante dois dias, da comodidade de sua São Caetano da Vargem Grande, então distrito de Itajubá, para participarem das honrarias devidas a Sua Alteza. O que ninguém poderia imaginar era aquele pimpolho, que esteve, muito mimado, nos braços das açaфatas da Princesa, seria o Chefe de toda a Nação brasileira, enquanto ela, a Princesa Isabel, nunca o seria, apesar de herdeira do Trono do Brasil... A foto acima é a da casa em que esteve hospedada a Princesa Isabel.

FARMÁCIA POPULAR

39 anos participando da história de Itajubá, na saúde e na educação

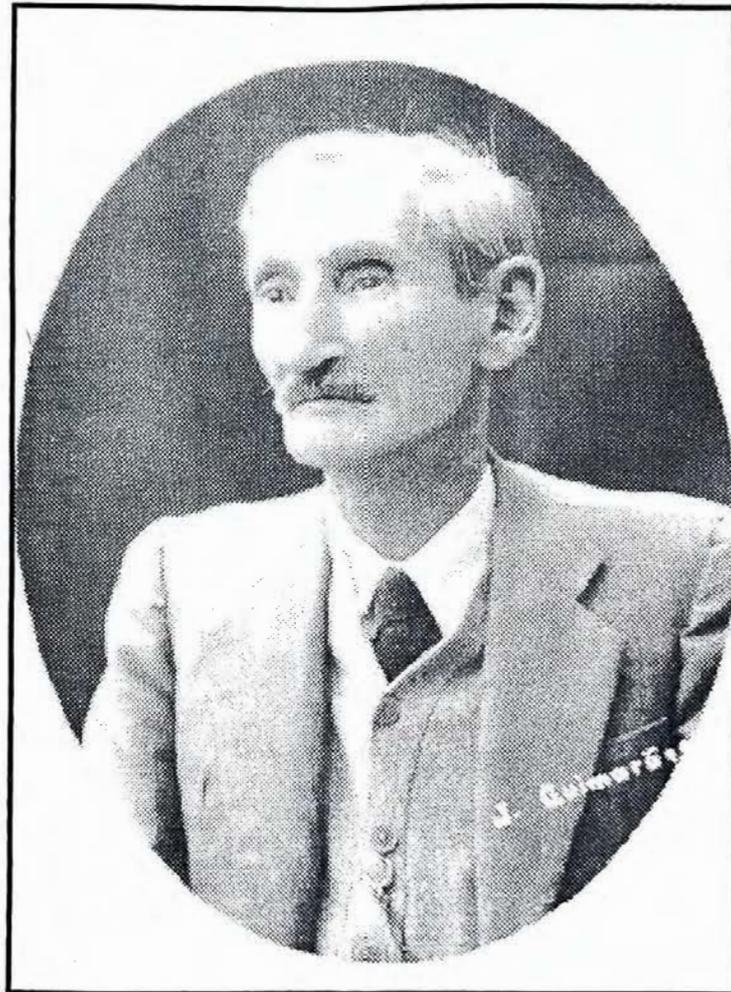
Rua Major Belo Lisboa, 361 - Fone: (0**35)622-0588 - Itajubá MG

16 – O Povo itajubense, desde antes da emancipação política do município, não tem descurado da instrução. Os professores particulares sempre foram bem recebidos pela população. Nas décadas de 1850 e 1860, existiram escolas públicas de alfabetização, cujos mestres eram pagos com recursos de cotização popular. O primeiro colégio fundado em Itajubá, de que se tem notícias, no qual se ensinavam até matérias do curso secundário, foi o Liceu Itajubense, criado pelo Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias, em 1871. Em seguida, foi fundado o Colégio Nossa Senhora da Conceição, dirigido por Francisca de Paula e Souza. Em 1880 o advogado Cristiano Pereira Brasil fundou a maior escola itajubense do século XIX, que foi o memorável Colégio São Paulo, com dedicados e competentes



Dr. Cristiano Pereira Brasil

professores, fiscalizado pelos advogados José Manuel Pereira Cabral e José Pereira dos Santos. Esse colégio teve uma filial em Piranguçu, dirigido pelo Padre Francisco Biondi. Ainda do século XIX foi o Externato São Luiz, inaugurado em 07-01-1884, tendo como diretores os irmãos João e Ayres Dalle Afflalo. E ainda do mesmo século o Externato Correia, de José Amaro Rangel Correia, inaugurado em 1885, e para o ensino primário completo notabilizou-se o Colégio Infantil, inaugurado em 1890, dirigido por Rodolfo Andrade. E também o Externato Progresso, fundado em 1891 por Jorge Tibiriçá de Boucherville. Todas essas escola tiveram curta duração, algumas não passando de dois ou três anos de existência. Um grande



Prof. Cornélio de Faria

e modelar estabelecimento de ensino médio, com rico aparelhamento didático, e que também teve curta duração de um lustro, foi a Escola Normal Municipal, criada pelo venerando Cel. Francisco Braz Pereira Gomes em 1894, quando nosso Agente Executivo Municipal (prefeito). No final do século XIX, porém, teve início o estabelecimento das escolas primárias mantidas pelo Governo Estadual, que deram origem aos Grupos Escolares, anos mais tarde denominados Escolas Estaduais ou Municipais, hoje existentes em todos os bairros urbanos e rurais.

Otaviano Flávio Cabral de Azevedo

GASTROENTEROLOGIA-ENDOSCOPIA DIGESTIVA

CONSULTÓRIO: CLINICENTER



Rua Rodrigues Seabra, 69 - Morro Chic - 37500-000-Itajubá-MG

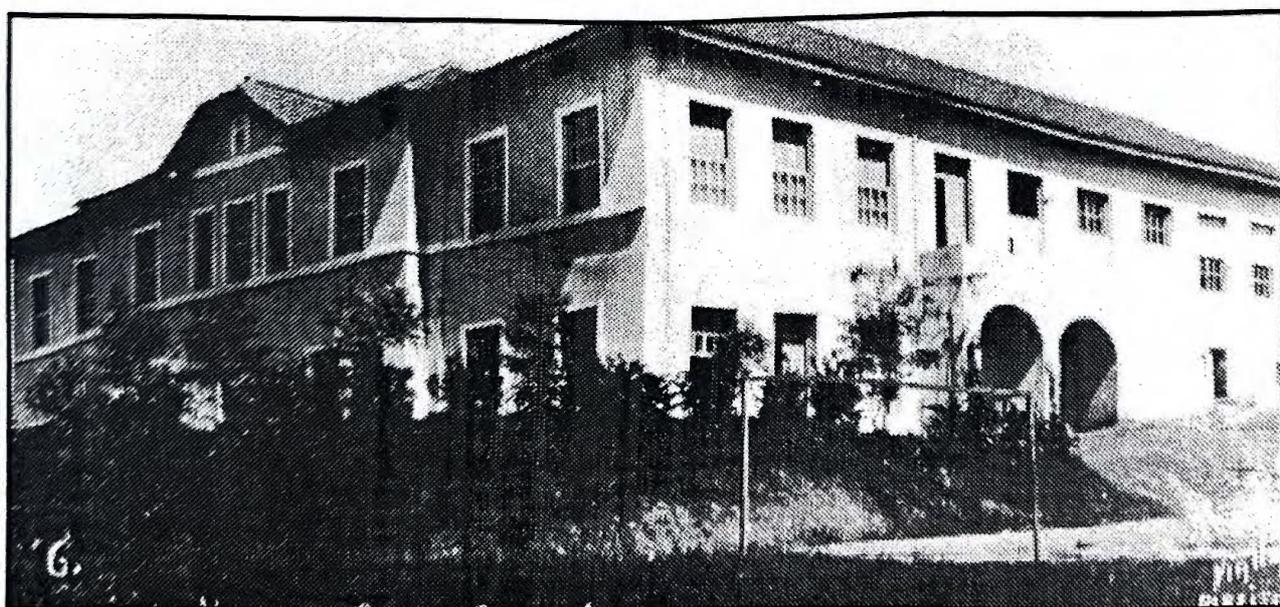
Tel:(0**35)623-5455 Fax(0**35)623-4481 Cel:986-1842

Res.(0**35)622-4950 E.mail: otaviano@sulminas.com.br

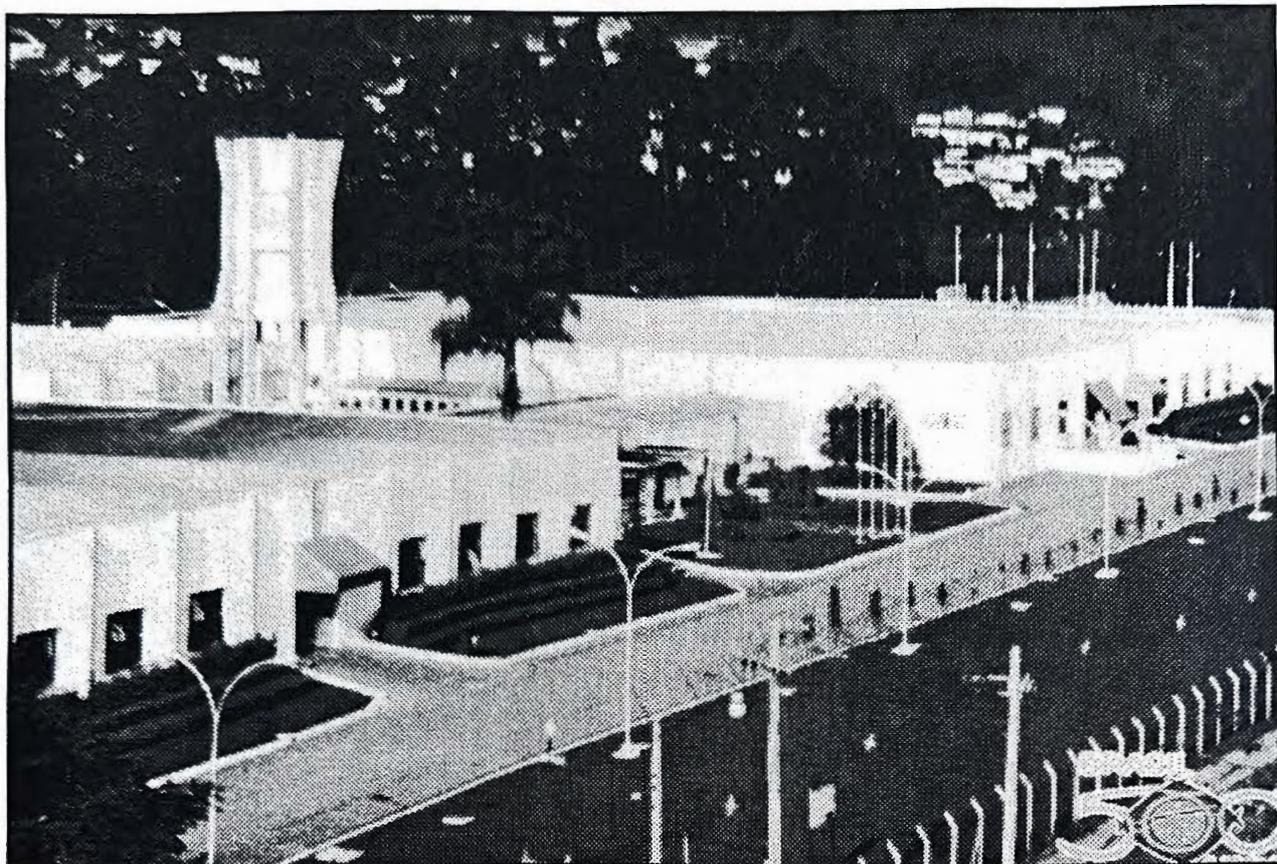
O século XX iniciou com outras realizações nos domínios da instrução, e de alguns bons “coleginhos”, como assim eram chamados. O primeiro foi o Externato Itajubense do normalista (depois advogado e Juiz de Direito) Antônio Salomon. Logo em seguida, também em 1901, foi fundado o Externato Mineiro, do Prof. Francisco Cardoso de Moura Brasil, instalado num amplo e velho prédio da Rua dos Remédios (ora Xavier Lisboa).



Ginásio de Itajubá



Colégio São Vicente de Paulo, fundado em 1925, por Geraldino Medeiros. (ora convento das Irmãs da Providência)



**A AFL SE ORGULHA DE CONTRIBUIR
DECISIVAMENTE NA VALORIZAÇÃO DO
TRABALHO NAS SEGUINTE ÁREAS:**



BRASIL

**QUALIDADE (ISO 9002, QS 9000QI)
MEIO AMBIENTE (ISO 14001)
RELAÇÕES COMUNITÁRIAS
SEGURANÇA E SAÚDE
(BS8800/OHSAS 18001)**



AFL DO BRASIL LTDA - UMA EMPRESA DO GRUPO ALCOA

No ano seguinte, 1902, foram as notáveis e cultas mestras irmãs Francisca e Joaquina Cabral que fundaram o Externato São José, na rua Cel. Rennó. Outras “escolinhas” foram surgindo, como a do Prof. Cornélio de Faria, a do mestre Carmo Cascardo, a da normalista Carlinda Salomon, a da memorável educadora D. Isaura Santos, e ainda a de D. Evangelina Dias de Oliveira, a do experiente educador Joaquim Severiano de Paiva Azevedo e a do Prof. Veggi. Em 1904 foi fundado o Ginásio de Itajubá, o maior colégio da época. Em 1907 coube às abnegadas Irmãs da Providência de Gap a fundação da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus e o colégio para moças. Outro grande estabelecimento foi o Colégio São Vicente de Paulo, fundado em 1925 por Geraldino Medeiros, instalado no

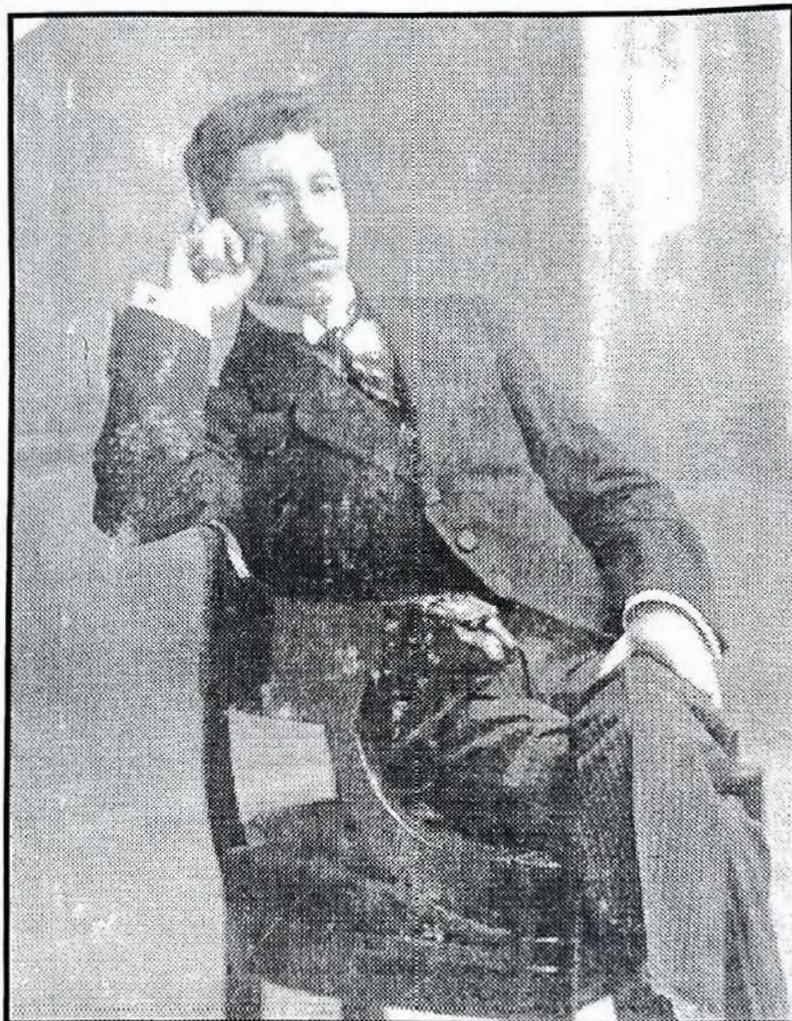


D. Isaura Santos

prédio ora transformado no Convento das Irmãs da Providência. Em 1932 passou a funcionar a Escola de Comércio sob direção do grande matemático Antônio Rodrigues de Oliveira, mantendo o curso anexo de preparatórios para o ingresso

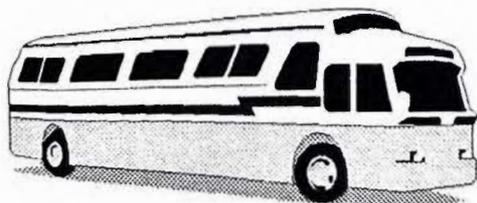


no então Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (ora Efei). Seguiu-se o Colégio de Itajubá, ainda existente. E também as escolas de ensino profissionalizantes foram também surgindo, como Instituto Dom Bosco (teve a existência de 30 anos), o SENAI, a Escola Industrial da Fábrica de Armas (Imbel),



Dr. Theodomiro Carneiro Santiago

a Granja Escola “Wenceslau Neto” e outras. E Itajubá pode orgulhar-se de ser a cidade desta região que maior impulso vem dando, desde o início do século XX, ao ensino superior, no que talvez foi a pioneira no sul de Minas. Em 1913 foi inaugurado o Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, que é a Efei hoje. Em 1925 foi fundada a Escola de Farmácia e Odontologia de Itajubá, mas esta existiu apenas cinco anos. Nossa cidade hoje faculta, com seus vários estabelecimentos de nível superior, cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Administração de Empresas, Engenharia Civil, Medicina, Enfermagem, Filosofia, Ciências Econômicas e cursos de pós-graduação.



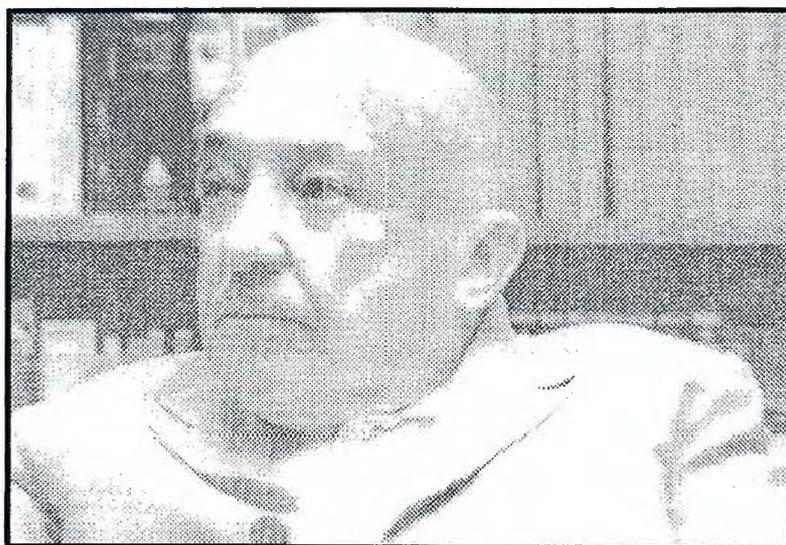
Viação Sartori LTDA

Rua Joaquim Dias, 201-B. Avenida-Itajubá MG

Fone (0**35) 623-2266

Fretamento e Turismo para todo Brasil

17 – Nos domínios da intelectualidade, Itajubá envaidecidamente conta com sua Academia Itajubense de História e a Academia Itajubense de Letras. O jornalismo teve início em 1872, por iniciativa de Aureliano Moreira Magalhães, advogado, que, para isso, adquiriu uma velha tipografia em Baependi, de Jesuíno Pereira Baião, transportada para nossa cidade em carro de bois, e montada em uma sala de residência de Manuel Félix de Alvarenga, na Rua Duque de Caxias (atual Cel. Francisco Braz), casa esta na qual anos depois residiu o dentista Dr. Balduíno Vieira Salgado, e que, já neste século passou a pertencer à Efei. Em seu lugar, hoje ali se encontra um prédio de vários andares. Pois foi ali que nasceu nosso

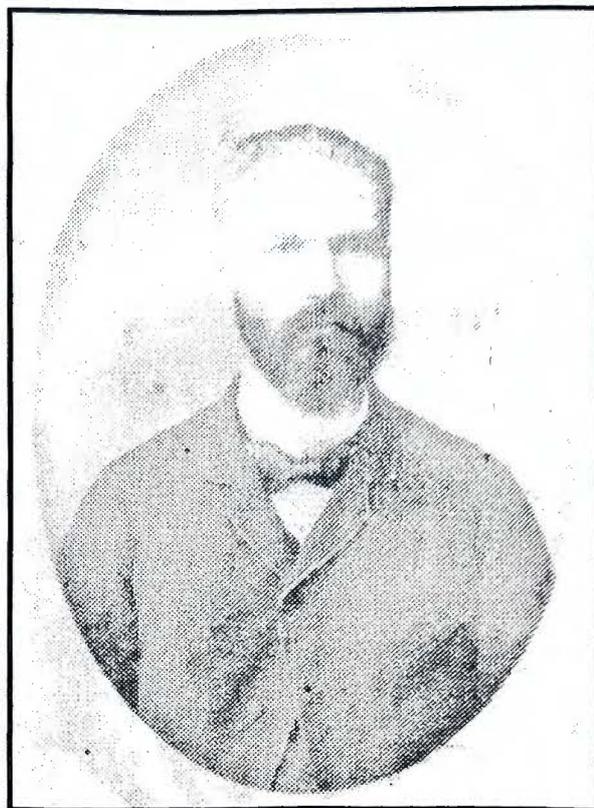


João Aldano da Silva

primeiro jornal, “O Itajubá”, cujo número um circulou em 12 de maio de 1872, e teve duração de mais de vinte anos, em mais de uma fase. O segundo jornal de Itajubá foi a “Gazeta Comercial”, dos advogados José Manuel Pereira Cabral e José Pereira dos Santos. Mais de cem outros jornais Itajubá já teve, e o recordista em duração está sendo “O Sul de Minas”, já como mais de meio século de existência, com a circulação ininterrupta e gráfica própria. Foi fundado por João Aldano da Silva. Neste final de século e de milênio, Itajubá possui um segundo jornal, também de circulação não interrompida, já existente há vários anos e com promessas de longevidade. Este periódico é o “Região Sul”, fundado e dirigido pelo jornalista Alair de Almeida. E também algumas revistas estão incluídas na história da imprensa itajubense. Tiveram circulação por algum tempo “A Mocidade”, a “Século XX” e a “F. I”, esta última, primorosamente impressa na oficina gráfica da Imbel, teve a duração de três anos.

18 – Outro grande evento de suma importância para Itajubá, acontecido no mesmo ano da fundação de nossa imprensa com o surgimento de “O Itajubá”, foi a criação de nossa Comarca, iniciativa de José Pereira dos Santos, advogado e parlamentar conterrâneo, que elaborou e defendeu na Assembléia Legislativa Provincial, em Ouro Preto (então capital da Província de Minas Gerais), o projeto dessa promoção de nossa terra, para o que teve de rechaçar valentemente, com brilhantismo e superioridade, os argumentos contrários do deputado Nominato José de Souza Lima, que desejou impugnar arrogantemente o projeto do altivo e enérgico itajubense.

Aprovado o projeto, tornou-se esta Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872, que criou a Comarca de Itajubá, que passou então a abranger a sede (Itajubá) e os Termos de Delfim Moreira, Santa Rita do Sapucaí, Piranguçu, Brasópolis, Paraisópolis, Capivari e Cachoeira de Minas (topônimos atuais). Para ação da justiça, antes da criação de nossa Comarca, Itajubá pertencia à Comarca de Jaguari (Camanducaia), conforme determinava a Lei mineira nº 1.740, de 08 - 1 - 1870. O primeiro Juiz de Direito da Comarca de Itajubá foi o honrado magistrado alfenense Adolfo Augusto Olinto.



Adolfo Augusto Olinto

*****ORION*****

ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Segurança e tranquilidade

José Walter Fonseca Coli

Rua Major Belo Lisboa, 22 - Cj 61 - Centro - Itajubá

Fones: 622-2958 / 622-2307



Joalheria a Moderna

Chapeados e Prata com garantia

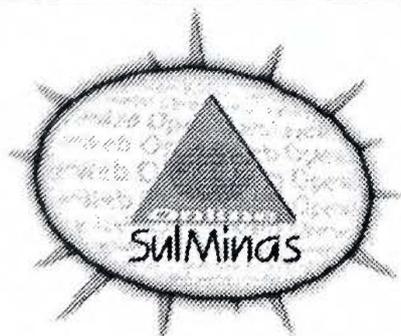
Av. Cel. Carneiro Júnior, 172 Tel.: 622-0137

19 – No ano seguinte, 1873, em 6 de janeiro, Itajubá foi enriquecida com uma Casa de cultura e de divertimentos, que foi o Teatro Santa Cecília, com seu prédio próprio na Rua Cel. Rennó, na esquina com a Rua Olavo Bilac. Foi iniciativa da União Auxiliadora do Teatro, instituição criada pelo advogado Aureliano Moreira Magalhães, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Dr. Domiciano da Costa Moreira e o Cel. José Manuel Pereira Cabral. Era uma época em que ainda não existiam rádios, cinema, televisão, fonógrafo, e nem se podia sonhar com essas maravilhas. O teatro é que divertia o povo, com suas boas horas de arte, com apresentações de comédias, dramas sentimentais, tragédias, como também concertos, recitais, declamação, prestidigitação, palestras literárias, conferências, etc. Até a apresentações de trechos de óperas e de canto lírico os itajubenses de então ali assistiram. O Santa Cecília teve uma existência de meio século. O cinema, em prédio próprio, só começaria no século seguinte, com o “Bijou Salon” do espanhol José Martin Garcia, inaugurado em 29-06-1911, na praça que hoje tem o nome de Theodomiro Santiago, seu prédio mais tarde seria transformado no Bar Acadêmico. Hoje, em seu lugar, existe um prédio de vários andares, entre o Clube Itajubense e a Caixa Econômica Federal. E no lugar em que existiu o Teatro Santa Cecília, hoje ali se encontra a residência do médico e ex- prefeito Dr. Vicente Vilela Vianna.



José Martim Garcia, o pioneiro do cinema em Itajubá

<http://www.sulminas.com.br>

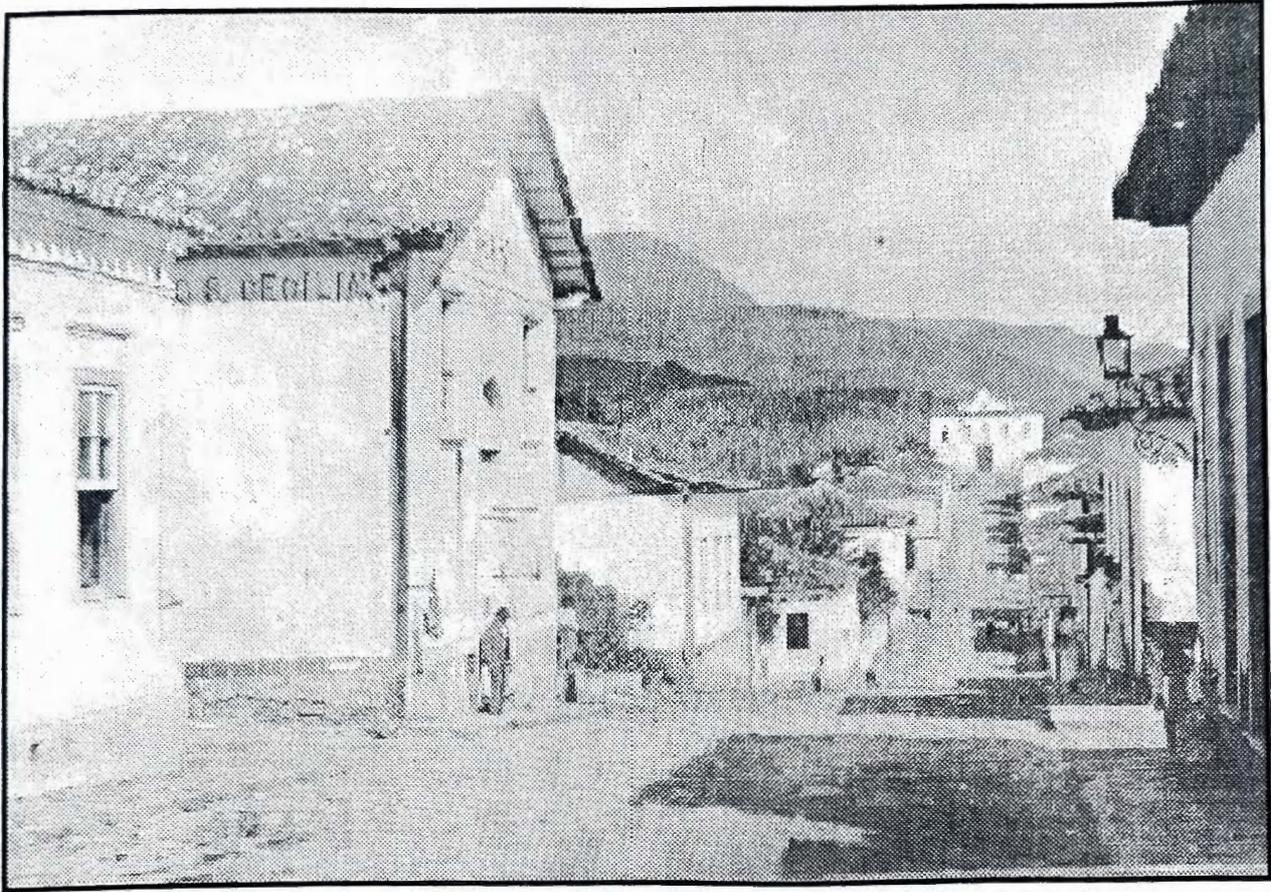


a internet da **OpenWeb**
621-2070

A COLEGIAL

CALÇADOS - ARTIGO ESPORTIVO
R. João de Azevedo, 531 Centro
Fone: 6221628

DESDE 1960 VENDENDO
QUALIDADE COM HONESTIDADE



Fotografia da Rua Cel. Rennó em 1897, vendo-se em 1º plano o Teatro Santa Cecília

20 – Dois grandes melhoramentos nossa cidade teve no ano de 1884. O primeiro foi a iluminação pública, feita com lampiões a querosene, suspensos em postes de madeira instalados nas ruas centrais e nas praças. Um empregado da Municipalidade ficou encarregado de acendê-los ao escurecer, e de apagá-los às 10 da noite. Aos domingos e dias santos havia tolerância até 11 horas e meia-noite. A inauguração ocorrera em 1º de janeiro, com muitas festividades, foguetes, banda de música, alegria e até alguns discursos. A iluminação elétrica foi inaugurada solenemente em 12 de janeiro de 1907, com a corrente gerada pela pequena usina construída em 1906 na Serra dos Toledos, por iniciativa do Agente Executivo Municipal (Prefeito, ora assim se diz) José Manso Pereira Cabral, que teve, para essa obra, a contribuição financeira de alguns capitalistas progressistas de nossa terra. Foram aproveitadas as águas do ribeirão José Pereira. Supomos ter sido Itajubá a primeira cidade sul-mineira a possuir iluminação elétrica. Dessa pequena usina pioneira hoje só restam escombros da barragem e da casa das máquinas.

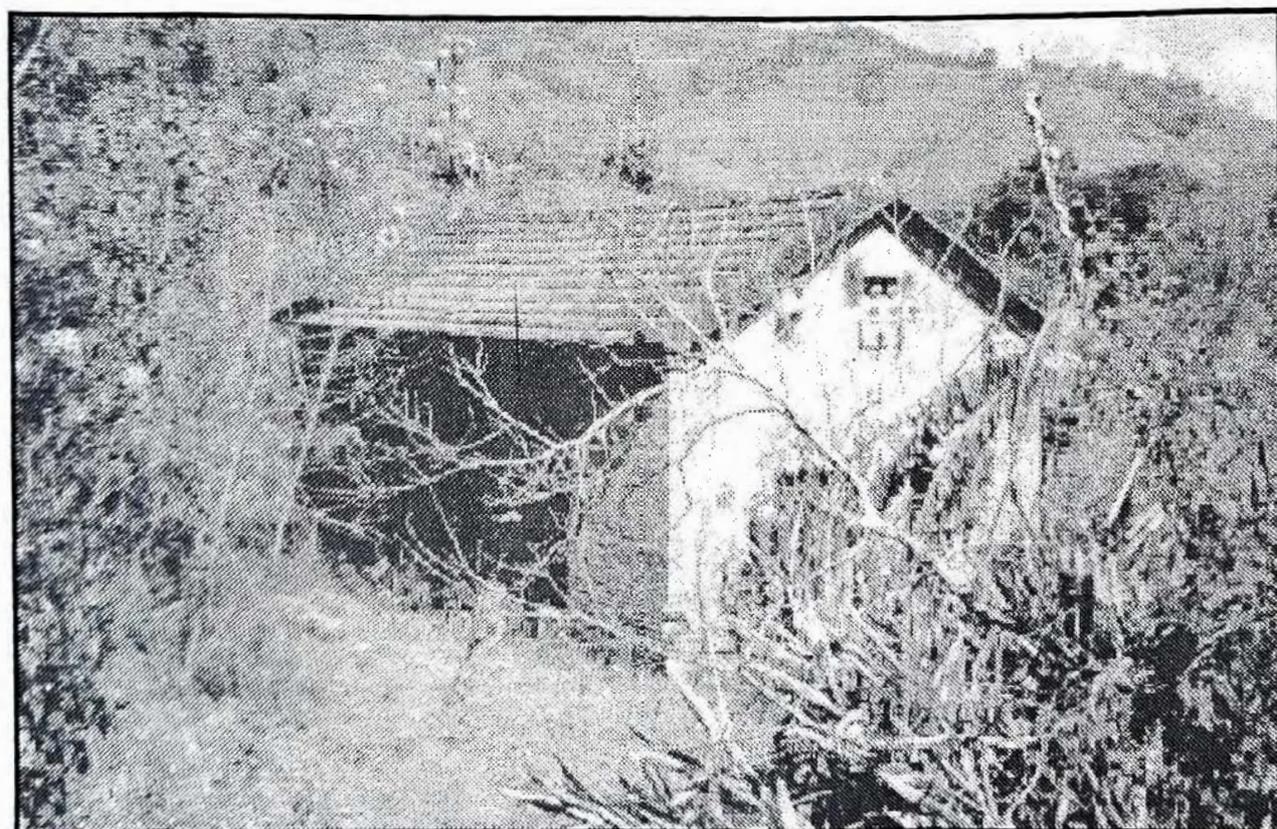


Foto dos escombros da usina pioneira

21 – O segundo grande melhoramento daquele ano de 1884 foi a construção do espaçoso Mercado Municipal, que existiu na Praça Adolfo Olinto, inaugurado em 7 de setembro daquele ano, com uma dezena de entusiásticos discursos, muita música, muitos foguetes e contentamento popular. Hoje, em seu lugar, encontra-se um jardim público. Foi o Prefeito Dr. Vicente Vilela Vianna que construiu o Mercado atual, na Vila Vicentina, desativando o da Praça Adolfo Olinto.



Fotografia do antigo Mercado Municipal

**D
F**
**DROGARIA
D'FAMÍLIA**

MATRIZ - Fone: 621-4044

Rua José Joaquim, 625-B. Varginha-Itajubá

FILIAL 1 - Fone: 621-3779

Av. P. Chiaradia, 472-B.S. Vicente-Itajubá

FILIAL 2 - Fone: 622-1917

R. Major Belo Lisboa, 159-Centro-Itajubá

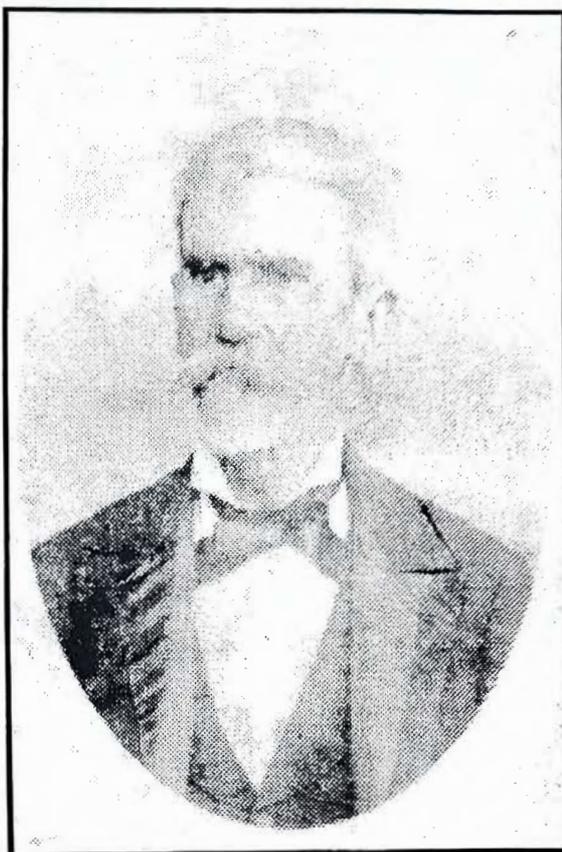


**Studio
400**

VIDEO LOCADORA

Fone: 622-0006

22 – Não há pessoa inteligente e estudiosa que ignore que até 1888 ainda existiam escravos em todo o Brasil. O que talvez nem todos sabem é que, no tocante a esse drama cruel do cativo, Itajubá brilhou, na harmonia do humanitarismo nobilitante, com uma memorabilíssima lição e ato de altruísmo, extinguindo, dentro de seus muros, o nefando e desumano regime antes da Lei Áurea da Princesa Isabel. Reuniram-se os fazendeiros e os “senhores” clementes do município e decidiram conceder gratuitamente cartas de alforria a todos os seus cativos, e, em 11 de março de 1888, dois meses antes da Lei de 13 de maio, em solenidade



Manumissora chefiada pelo Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, foi declarada a Abolição da Escravatura no município de Itajubá, após o que houve entusiástico desfile pelas ruas, com banda de música e foguetes festivos. Esse gesto de amor ao próximo e de solidariedade cristã teve repercussão nacional, levando o grande abolicionista José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, a classificar Itajubá de CIDADE LUZ. E uma coincidência notável com esse fato merece ser meditada: Em 14 de junho deste último ano do século e do milênio, morreu em nossa cidade a última escrava do Brasil, Maria do Carmo Jerônimo, com a idade de 129 anos. (A súmula biográfica dessa anciã histórica é encontrada no opúsculo “Vultos Inesquecíveis de Itajubá de Ontem”, 3ª série).



AUTO ESCOLA ITA
Centro de Formação
de Condutores ITA

Lés Maria Alves de Almeida
Secretária

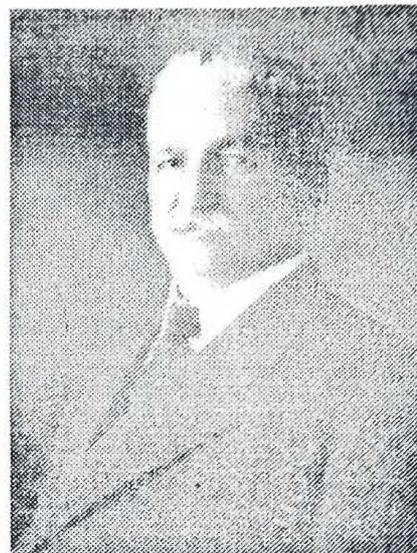
Matriz: Av. Damião Junqueira de Souza, 206 - Federal

Tel.: 331-2488 - São Lourenço - MG

Filial: R. Cel. Joaquim Francisco, 70 - Centro

Tel.: 622-4213 Itajubá - MG

23 – No ano seguinte, Itajubá viveu um dos mais palpitantes episódios de sua vida política, com a transição da Monarquia para a República. Terminou, então, o Império do Brasil em 15 de novembro de 1889. Perdendo o trono, D. Pedro II deixou o Brasil, e partiu para Portugal, berço de seus ancestrais. Desde então nossa Pátria passou a ser governada, não mais por um Imperador, mas por um Presidente da República. A Câmara Municipal de Itajubá, presidida naqueles dias, pelo Cel. Antônio José Rennó, foi provisoriamente dissolvida, e substituída, também provisoriamente, por um triunvirato, isto é, por um colegiado composto de três membros, e esses triúnviros foram o Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa (médico), Luiz Dias Pereira (industrial) e Julião Florêncio Meyer Júnior (farmacêutico). Esse governo trino permaneceu até 29 de novembro, quando, então, foi instituída a Intendência Municipal pelo Governo de Minas Gerais, substituída anualmente e chefiada por um Presidente. Em 1892, extintas as Intendências, restabeleceu-se a Câmara Municipal, tendo sido seu primeiro Presidente no novo regime (o republicano) o Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, pai de Wenceslau Bras Pereira Gomes. Criaram-se então, os Conselhos Distritais, que foram extintos pela Lei nº 371, de 17-09-1903, voltando a Câmara à sua antiga e total autonomia. E com o advento da República, desapareceram os partidos Liberal e Conservador, passando a dominar o Partido Republicano.

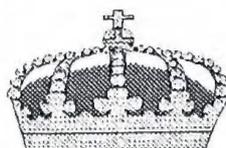


Dr. Xavier Lisboa

Macarrão Ferrini

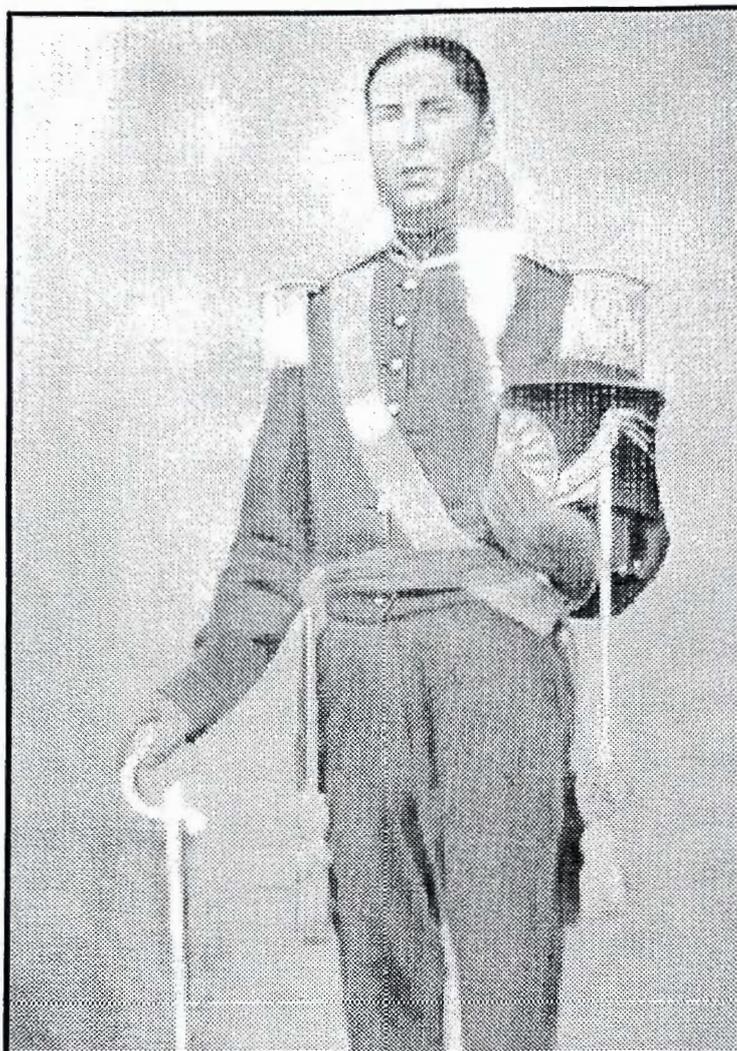
Uma parte da História em sua mesa

ARROZ REI OURO



R. Prof. Carmo Cascardo, 28

Tel.: (0**35)623-1715



Barão de Camanducaia

24 – Por coincidência, no mesmo ano em que foi extinto o Império Brasileiro, em 1889, ocorreu um outro fato memorável. Nesse ano foi inaugurado o cemitério atualmente existente, construído por iniciativa do missionário Padre Bartolomeu Taddei. Parece que, por capricho da História, o primeiro corpo nele sepultado foi o de um Titular do Império, como que memorizando o fim desse regime governamental do País. Esse Titular do Império foi o ilustre varão Joaquim da Motta Paes, Barão de Camanducaia. E com essa inauguração, desativado ficou o primitivo e pequeno campo-santo do Rosário.

TEJO

Comércio em Geral de Móveis e
Máquinas de Escritório

Fone: (o**35) 622-0512

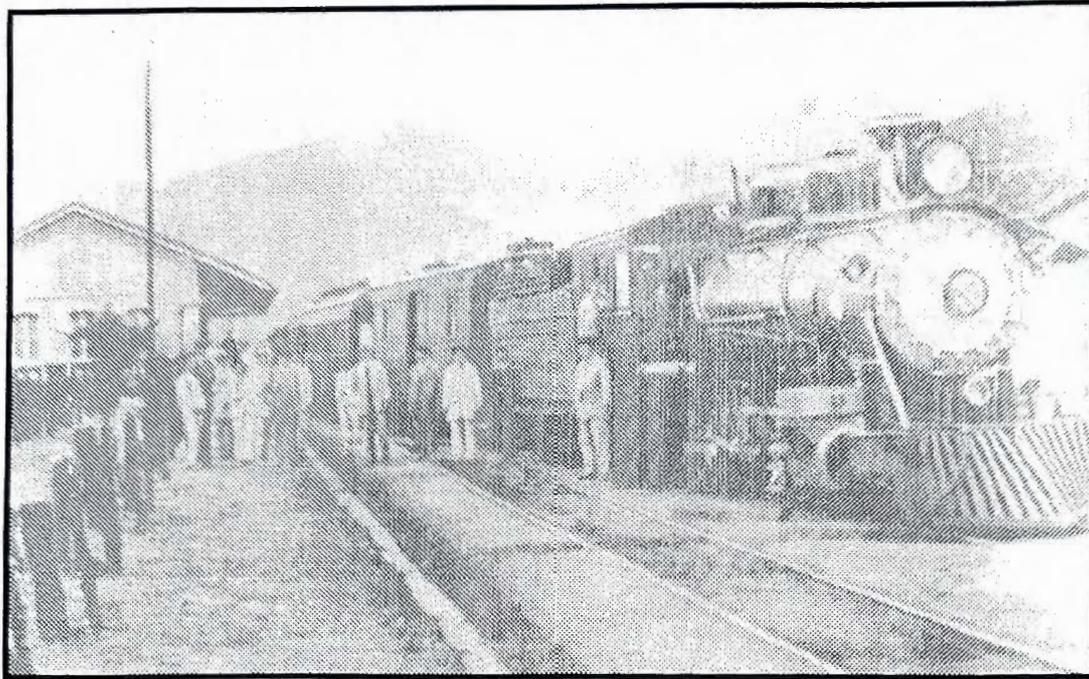
Dr. João Félix de Azevedo

PEDIATRA

Fone: 622 - 1910

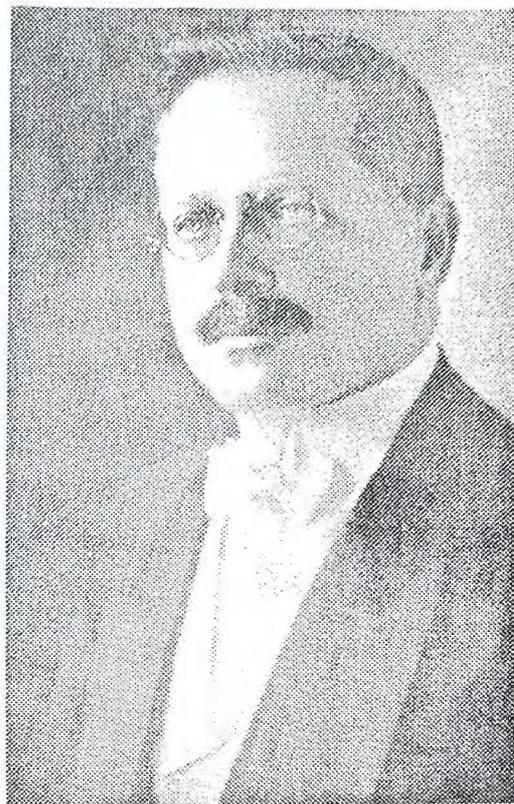
R. Francisco Masselli, 390

Itajubá - MG



25 – Em 25 de setembro de 1891, com apoteóticas solenidades, com a presença de grande número de gente ilustre e altas autoridades, inclusive José Cesário de Faria Alvim, Governador de Minas Gerais, e com a cidade toda engalanada, enfeitada com bandeirolas e escudos, e arcos de bambu enfeitados com flores, e três bandas de música e foguetes, foi inaugurada a Estrada de Ferro, primeiramente denominada “Sapucaí”, depois “Rede Sul-Mineira”, e mais tarde “Rede Mineira de Viação”. A Estrada de Ferro proporcionou grande conforto aos viajantes e considerável progresso à nossa terra, pois, além de muito favorecer o transporte rápido e seguro de cargas, até de boiadas e varas de porcos, atraía, com isso, investidores industriais e comerciais, que aqui se estabeleciam. E eram penosas as viagens feitas naquela época, realizada a cavalo, muitas vezes debaixo de temporais, ou padecendo o castigo de sol escaldante, quase sempre em péssimas estradas e caminhos. Um piano transportado em carro de bois (que, normalmente, em meio do caminho, precisava de consertos e troca de eixo), da Corte (Rio de Janeiro) a Itajubá, chegava, às vezes a demorar mais de dois meses na viagem. Pelas estradas de ferro vinha em um dia!... Muitos anos depois, já nos meados do século XX, houve grande progresso rodoviário, construíram-se estradas asfaltadas, e o motor de explosão suplantou o vapor e as ferrovias. Hoje Itajubá não mais possui estrada de ferro, à qual tanto ficamos devendo de nossa prosperidade. Ela, a “saudosa” ferrovia, nos deixou apenas a lembrança, que é o prédio de sua estação, ora transformado em Museu Municipal. O próprio prédio constitui, pois, uma peça desse Museu... E suas demais salas se tornam a sede da Academia Itajubense de História.

26 – Em quase todo o século XIX os itajubenses bebiam água do rio Sapucaí e do ribeirão José Pereira, não tão poluídos naqueles tempos, pois ainda não havia rede de esgoto na cidade. Ou então se serviam de águas de cisternas abertas em quintais, nem sempre higiênicas por causa da aproximação de fossas sépticas. O problema da água potável sempre preocupou nossos antigos conterrâneos. No último quartel do, século XIX só havia uma fonte de boa água, que passou a ser popularmente denominada por “Biquinha”, e era um chafariz de alvenaria que existiu no final da atual Rua Oliveira Marques, que o povo chamava de Rua da Biquinha, em alusão a esse chafariz. Já no final do século, o Cel. Francisco Braz Pereira Gomes, o Agente Executivo de então (prefeito) decidiu beneficiar uma nascente de ótima água, que existe nas lombadas da serra, a 1.200 metros de altitude, nas proximidades da fazenda do Morro Grande. Essa água, pura e saudável, passou a ser levada, em canalização de ferro, pelo princípio físico dos vasos comunicantes, para a caixa construída no alto do morro contíguo à chácara de Miguel Vianna (ainda existente, na Rua Antônio Cardoso). Desse reservatório partia a canalização para os chafarizes de ferro instalados em diversos pontos da cidade. Essas obras foram dirigidas pelo engenheiro Carlos Lindgren. A inauguração ocorreu festivamente em 06 de dezembro de 1896. No início do século seguinte, sob a direção de Thomaz James Wood, a canalização foi levada para o interior das residências e foi dado início à instalação da rede de esgoto, no que teve, mais tarde, também a direção de Fritz Hoffman. Mas, Itajubá passou a crescer muito, e a nascente do Morro Grande se tornou deficiente para o abastecimento da cidade. Tornou-se necessário que a Câmara Municipal (então também com poderes executivos) estendesse os adutores até à Serra dos Toledos, onde havia maior manancial. Hoje, com os serviços da COPASA, Itajubá voltou a utilizar a água do Sapucaí. A boa água potável agora só temos a que as empresas especializadas nos fornecem em bujões de plástico, colhida em mananciais perfeitamente higiênicos, límpida e saudável, com a qual abastecemos os bebedouros domésticos.



Dr. Fritz Hoffmann

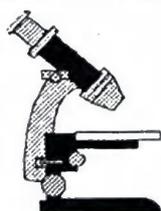
**Farmácia Boa Vista
de Itajubá Ltda**

Rua Maria Carneiro, 351
Tel. 623-5120 - Itajubá

27 – O último grande acontecimento em Itajubá, no século XIX, foi a criação da Santa Casa de Misericórdia. Compadecido dos indigentes necessitados de socorros médicos, Arlindo Vieira Goulart (senhor Rolindo, como assim era conhecido), cidadão humanitário mas de poucos recursos financeiros, alugou a sala de uma velha casa existente na esquina da Rua Cel. Rennó com a Travessa Municipal (ora Rua Comendador Schumann), que transformou em uma enfermaria, e ali recolheu alguns mendigos



padecentes de moléstias graves. Deu a essa tão modesta instituição de caridade o nome de “Sociedade Beneficente Itajubense”, que ele inaugurou, com a presença de algumas pessoas bondosas de nossa sociedade, em 02 de janeiro de 1897. E o senhor Rolindo passou a pedir esmolas e a angariar contribuições mais generosas de pessoas remediadas e ricas, com que pudesse manter seu “hospitalzinho”. Convencidos, finalmente, do altruístico e humanitário resultado dessa precária Casa de atendimento hospitalar, e compreendendo que Itajubá não poderia ficar sem um nosocômio amplo, bem aparelhado e organizado, três anos após a fundação da enfermaria de Arlindo Vieira Goulart, alguns cidadãos abastados e

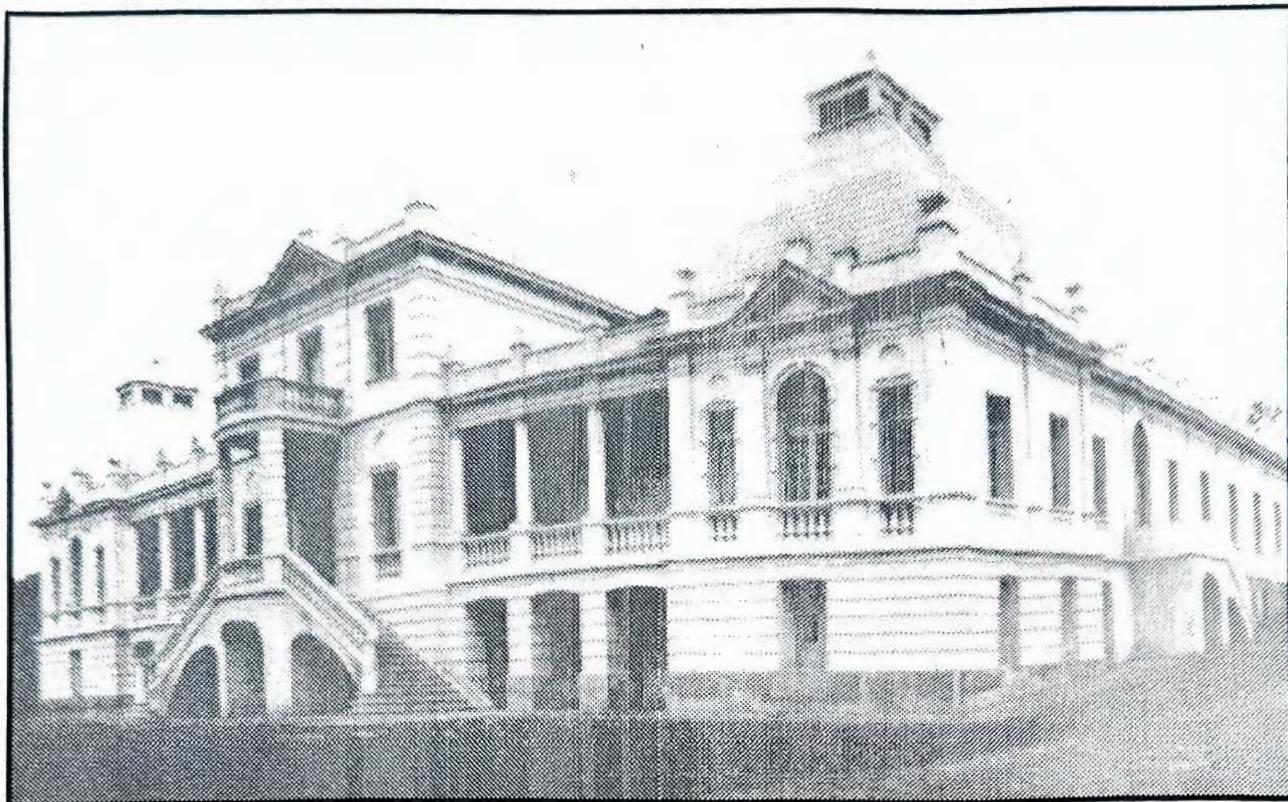


Laboratório Darto
A saúde vem sempre em 1º lugar
Rua Major Belo Lisboa, 286
Centro - Itajubá MG

beneméritos decidiram assumir a direção da “Sociedade Beneficente Itajubense”, dispostos a amparar essa instituição, dando-lhe prédio próprio, assistência médica permanente, aparelhamentos, móveis, medicamentos, etc. Em reunião realizada em casa do Cel. João Carneiro Santiago Júnior, com a presença do Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Dr. Américo de Oliveira, Antônio Cândido Rennó, o advogado Luiz Rennó, José Manso



Pereira Cabral e outros ilustres conterrâneos, não faltando o pioneiro Arlindo Vieira Goulart, ficou definitivamente decidida a transferência de posse da “Sociedade Beneficente Itajubense” para uma comissão então constituída, concordando o senhor Rolindo na mudança da designação de sua “Sociedade” para Santa Casa de Misericórdia de Itajubá. Essa reunião histórica ocorreu em 10 de outubro de 1900, que corretamente deverá ser considerada data da fundação da Santa Casa, e não em 3 de maio de 1904, data oficial da instalação (e não propriamente da fundação) da Santa Casa (já existente desde 10 de outubro de 1900) em seu prédio próprio na Praça D. Amélia Braga. O prédio atual foi inaugurado em 24 de outubro de 1925. Em 15 de novembro de 1964, com a presença de Juarez Távora, então Ministro da Viação, representante do Presidente da República Castelo Branco, foi lançada a pedra fundamental do Hospital da Santa Casa, prédio este de vários pavimentos. O 1º Provedor da Santa Casa, em 1900, foi o Cel. João Carneiro Santiago Júnior. Seu primeiro médico foi o benemérito Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa. Sua primeira enfermeira, isto é,



a primeira enfermeira de Itajubá, foi D. Maria Pinto Paulista (Sa Marica Luísa, como era chamada). Em 25 de dezembro de 1944, significativamente em dia de Natal, foi inaugurada a Maternidade Xavier Lisboa. Hoje Itajubá possui outros hospitais e postos de atendimento clínico, como também uma Faculdade de Medicina e uma Escola Superior de Enfermagem.

Márcia Elizabeth G. C. Nogueira

ADVOGADA

Escritório: **Jansen e Jansen Advocacia e Consultoria**

Rua Padre Marçal Ribeiro, 211 - Itajubá - MG

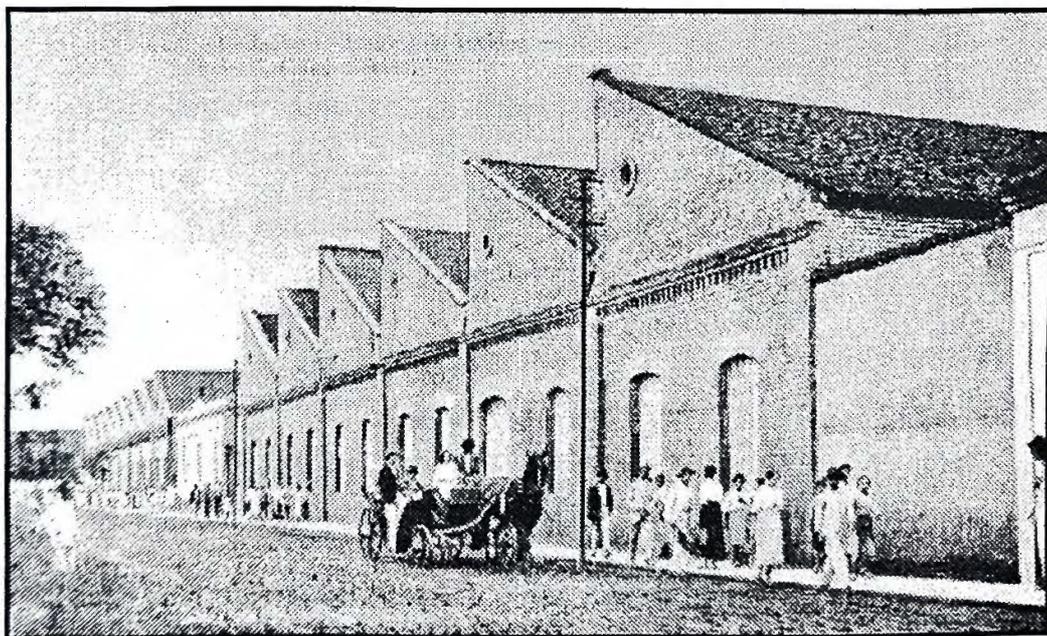
Telefax: 622-1818 Res. 622-0408

MEP *informática*

**COMPUTADORES
SUPRIMENTOS
ACESSÓRIOS
ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

RUA D. MARIA CARNEIRO, 403 Bairro Boa Vista
Tel. (0**35) 621-3000 E-mail: mep@sulminas.com.br
CEP 37.500-000 ITAJUBÁ - MG

28 – E Itajubá foi crescendo, cada vez mais tornando-se importante e enriquecida, cada vez mais uma cidade “fácil de ser amada”, como assim sentia o saudoso Capitão Luiz Carlos Tigre Maia, nosso ex – prefeito e poeta, neto do poeta Bastos Tigre. Multiplicaram-se as pequenas indústrias (lacticínios, álcool, aguardente, massas alimentícias, fumo em corda, banha, doces, sabão, bebidas, telhas, tijolos, ladrilhos, etc.), e em 1910 foi inaugurada a primeira grande fábrica, a de tecidos “Codorna”, dando início à indústria têxtil na cidade, no que teve continuadores. No passado tivemos outras notáveis fábricas, a de Chapéus de Feltro (época em que homem nenhum andava de cabeça descoberta), a de Fósforos, a de Doces Vera Cruz, a de Meias de Seda, a de Calçados, a de Relógios, a indústria de tecidos de seda City Halo de Anísio e Neif Haddad, algumas fábricas de Vassouras, etc. Atualmente, além das indústrias instaladas no Distrito Industrial, como a HÉLIBRAS, a MAHLE COFAP ANÉIS, a HIGIDENT DO BRASIL, a NEUROTEC, a BALTEAU, no outro extremo da cidade estão as grandes fábricas, a IMBEL (antiga F. I., indústria bélica, fundada em 1934, com 1.500 operários), a AFL (artefatos de alumínio, com 1.000 operários), a CABELTE, a CABELAUTO.



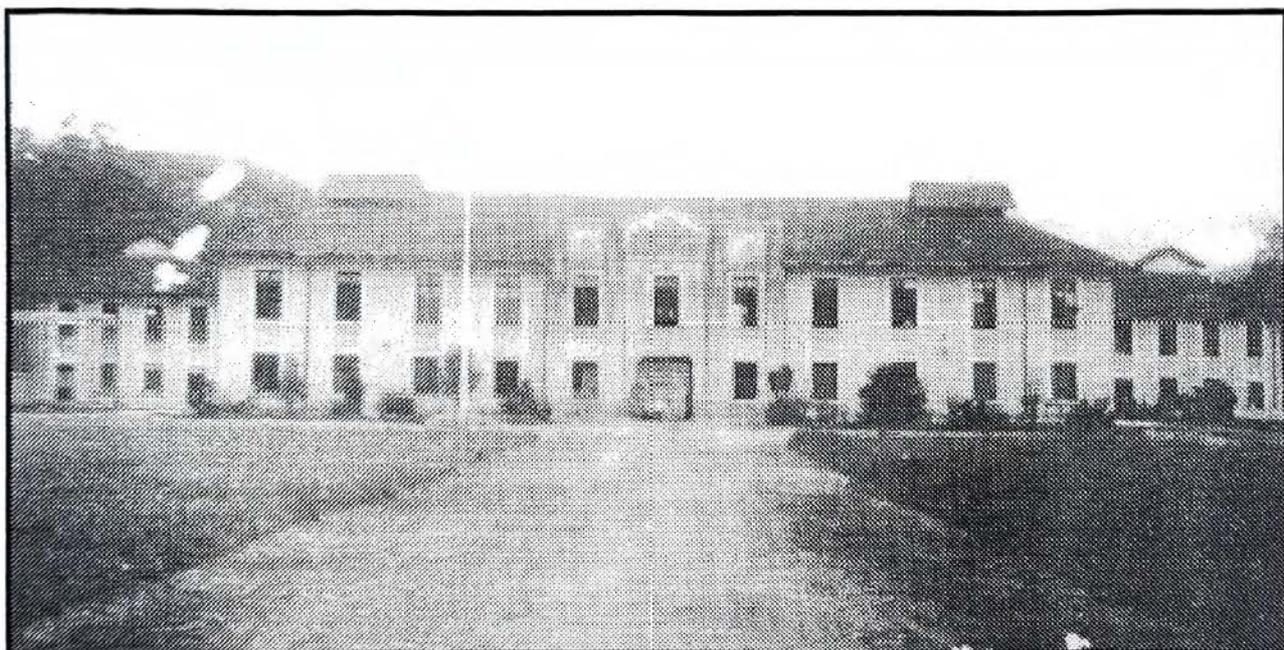
UOL

O melhor da internet

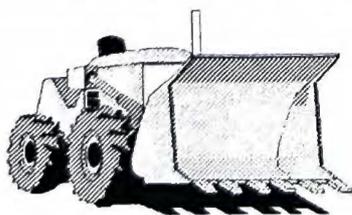
O MAIOR E MELHOR CONTEÚDO DA INTERNET. www.uol.com.br

**Assine UOL:
Fone: 0800 175757**

29 – Em 1921 Itajubá jubilosamente, com entusiasmo e orgulho, recebia o 4º Batalhão de Engenharia, que aqui chegava para ficar. Esteve provisoriamente alojado no velho sobrado da Praça Theodomiro Santiago, que havia sido o Ginásio de Itajubá (hoje, em seu lugar, se encontra o alto Edifício “Eulálio Gama Pinto”), e no Asilo dos Velhos, na Vila Lúcia, até que, em 1925, fossem construídos os pavilhões da sede própria. Em 14 – 03 1935 passou a denominar-se 1º Batalhão de Pontoneiros; em 10 – 06 – 1947 voltou à sua antiga denominação de 4º Batalhão de Engenharia; em 17 – 11 – 1954 foi-lhe acrescida a especialização “de Combate”, ficando com a designação atual de 4º Batalhão de Engenharia e Combate. É a gloriosa Unidade do Exército de Caxias, o Batalhão Pontoneiros da Mantiqueira, que sobremaneira vem prestigiando e enobrecendo as tradições de civismo e heroísmo patriótico de nossa terra.



4º Batalhão de Engenharia de Combate



DRAGA ITAJUBÁ

Av. Pe. Lourenço, 2211

Fone: 623-7171

LOJA DO ARI
CALÇADOS E CONFECÇÕES
“O MELHOR PREÇO DA CIDADE”

Rua Nova, 163 - Ao lado do Correio - Itajubá - MG



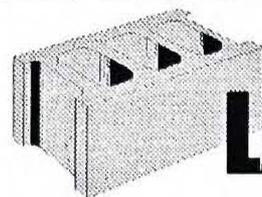
30 – Itajubá, desde os seus primórdios, tem sido o berço de varões valorosos, ou vem sendo torrão em que se radicaram homens de grande mérito, vindos de outras terras, entre os quais alguns imigrantes do Velho Mundo, que passaram a amar nossa cidade como seu próprio país. Não haveria espaço neste acanhado opúsculo para mencionar nomes desses maiores obreiros de ontem e de hoje que, com o seu talento, sua operosidade, sua dignidade, seus esforços e iniciativas construíram ou vêm construindo este nosso Itajubá, notabilizando-se na cultura, nas ciências, na magistratura, na política, no civismo, na tribuna evangélica, no empresariado, na tecnologia, no magistério, no comércio, na filantropia, nas mais diversas atividades profissionais, na intelectualidade, nas artes. Esses notáveis vultos, que não podem ficar esquecidos pela posterioridade, o autor deste opúsculo está rememorando, com uma súpula biográfica, no jornal “O Sul de Minas”, na coluna COLMEIA ITAJUBENSE, e na publicação de livros ilustrados.

31 – Como penúltimo capítulo deste epítome da História de Itajubá, aqui ficam algumas notas sobre o folclore de nossa terra. Esse estudo é muito atraente e curioso, e tem despertado o interesse de eruditos pesquisadores. Folclore é o conjunto das tradições populares de um lugar, que todos conhecem, mas que não se sabe como surgiram. É estudo bastante extenso pois abrange inúmeras manifestações populares, como certas danças (catira, quatragem etc.), versos que todos conhecem, provérbios, brinquedos infantis (como chicotinho queimado, esconde-esconde, cabra-cega, boca-de-forno, e outros), cantigas de roda, crença em mitos fantásticos (lobisomem, saci, mula-sem-cabeça, mãe-d’água), congado, capoeira, contos (O sapo que foi ao céu na viola do urubu, o trato da onça com o veado), certas comidas da culinária regional, etc. Algumas dessas tradições populares, que pertencem ao folclore, são do conhecimento de toda Minas Gerais; outras, de todo o Brasil; outras ainda, de vários países. Aqui, nesta síntese histórica, evidentemente só nos vai interessar o folclore genuinamente itajubense.



Pedrinho's Studio
Cabeleireiro

Rua Antonio Braga Filho, 111
621-1378



LAJE ITA

Av. Pe. Lourenço, 1279
Fone: (0**35)622-4675

O saudoso conterrâneo Antônio Pereira Rennó (Totó Rennó), pianista exímio e notável compositor, ofereceu-nos a composição que a seguir está reproduzida, informando-nos tratar-se de uma cantiga do autêntico folclore itajubense, muito conhecida na segunda metade do século XIX e no início do século seguinte:



*Sou bela e morena A.P. Rennó
24/Março de 1957.*

Sou bela e morena
E já sei amar,
Me acham bonita
O posso afirmar!

Mas, vivo solteira,
Que triste viver!
Meu Deus, que penar!
Mas, antes morrer...

Com minha boneca
Não quero brincar;
O meu canarinho
Já o vou soltar...

Só quero a casinha
Para eu governar,
E um bom maridinho
Que me saiba amar!...

Duas quadras do tempo da escravidão, aqui eram popularmente conhecidas:

“Nego que cuietê d’água
Bebe do Sapucaí,
Fica preso nesta terra,
Sempre fica por aqui.”

“Nhô Tônico foi pra guerra,
Deixou dor na Soledade;
Não há vez que ela não chore
Pra matar sua saudade.”

O terceiro verso desta Segunda quadra é também citado com esta variante:

“Sinhazinha agora chora”

O velho Agenor Goulart sabia de cor a interessante composição, de várias quadras, que dizia ser “A moda da Bicharada”, afirmando ser muito conhecida, “no tempo antigo”, em Itajubá. O jornal “F.I. (da Imbel), nº 139, de julho/agosto de 1966, publicou essa composição do folclore itajubense. Cada quadra é a “fala” de um bicho.

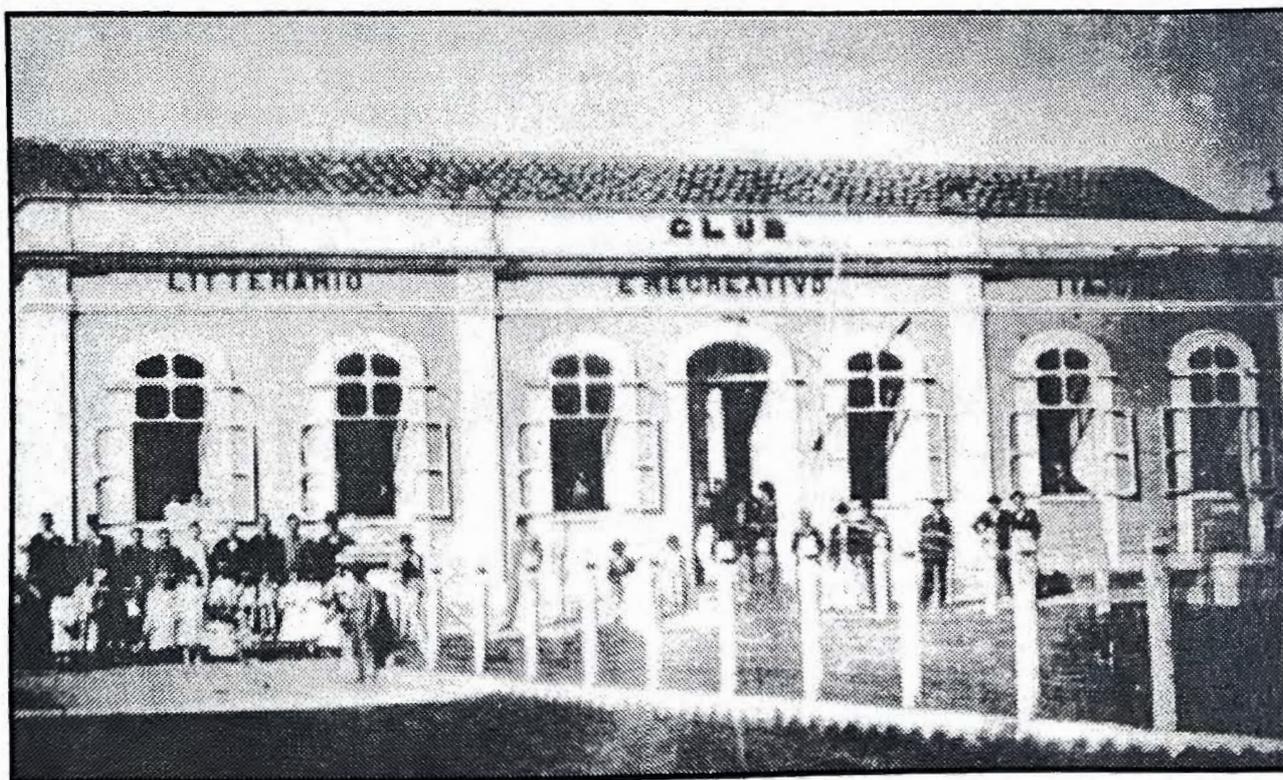
Afirma-se que o pastel da farinha de milho é uma “peça” do legítimo folclore itajubense. Foi Itajubá que ensinou outras cidades a também produzi-lo. Velhos e idôneos conterrâneos acreditam que a canjiquinha (nome que, no sul de Minas, se dá à quirera fina) com mocotó de porco, e pato com arroz-vermelho são pratos da culinária folclórica itajubense.

Em velhos idos, uma senhora encontrou no mato, nas imediações de Piranguinho, uma réplica de gesso, miniatura, da Pietá, de Miguel Ângelo. A piedosa senhora levou aquela imagem para casa, na encosta do morro, na margem do ribeirão Piranguçu. Uma capelinha foi erguida para a imagem, dando origem ao bairro suburbano da Piedade. Em 15 de agosto, todos os anos, há ali uma festa. De início, uma festa meramente religiosa. Hoje tem o caráter de folguedo folclórico, com animação de violeiros e sanfoneiros, foguetes, leilão com assados e bolos, brincadeiras e dança ao ar livre, comércio de salgadinhos e doces. É a festa da Piedade.

32 – Encerrando estas súmulas históricas, acrescentadas ficam umas ligeiras referências aos principais clubes de Itajubá: O Clube Itajubense e o Clube Nova Aurora.

Antes, em 19 de agosto de 1880, foi fundado o primeiro Clube Literário e Recreativo Itajubense, do qual fizeram parte, como mentores e integrantes da primeira Diretoria, o Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias (seu primeiro Presidente), Fructuoso Ramos de Lima, Marcolino Pereira Guimarães, Cel. Antônio José Rennó e outros distintos conterrâneos. Essa primeira tentativa teve a curta existência de pouco mais de um ano. Somente 17 anos mais tarde, em 17 de maio de 1897, foi que um novo grupo de realizadores entusiastas, tendo à frente o magistrado Luiz Rennó (seu primeiro Presidente), fundou o atual e já centenário Clube Literário e Recreativo Itajubense. Sua sede atual foi inaugurada em 15 – 11 – 1927.

O Clube Nova Aurora foi fundado em 29 de janeiro de 1950, por iniciativa de Mário Garcia (seu primeiro Presidente), Oscar de Souza, Agrimensor Amaro (Mangueira), Eliseu Pereira e outros conterrâneos.



Mundo das Meias



Lanches Vila Rica

Família Rodrigues

PARTICIPANDO DO PROGRESSO DE ITAJUBÁ E REGIÃO



FUNDAÇÃO THEODOMIRO SANTIAGO

FTS

Entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, fundada em 23.11.1960 por iniciativa de ex-alunos do Instituto Eletrotécnico de Itajubá - IEI, atual Escola Federal de Engenharia de Itajubá - Efei.

OBJETIVOS

- * Cultuar a memória de Theodomiro Carneiro Santiago, fundador do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá - IEMI (23.11.1913), atual EFEI, assim como de outras pessoas que tenham prestado relevantes serviços à entidade.
- * Estreitar as relações entre Diplomados da EFEI e a própria Escola.
- * Apoiar a EFEI e as entidades a ela vinculadas no desenvolvimento de suas atividades.
- * Apoiar e desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e esporte da EFEI, de Itajubá e de outras regiões de interesse da EFEI.
- * Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a capacitação de recursos humanos, em consonância com a EFEI.
- * Prestar serviços de quaisquer natureza, em área de sua atuação.

CABELAUTO



**ADENDAS A ESTE SUMÁRIO DE
HISTÓRIA DE ITAJUBÁ**

Como primeira ADENDA, vamos conhecer alguma coisa da vida, ou seja, da biografia do Padre LOURENÇO DA COSTA MOREIRA, o fundador da cidade de Itajubá.

Os Costa Moreira eram uma laboriosa e tradicional família minhota de lavradores e de pastores dos vales do rio Este e do Cavado, agricultores e ovelheiros do norte de Portugal. O bisavô e avô paternos do Padre Lourenço tinham o mesmo nome. Seus bisavós foram Antônio da Costa Moreira e D. Maria de Araújo, nascida em Montalvão. Residiam no Lugar do Sarnado, povoado de São Tiago de Mouquim, distrito da Vila Nova de Famalicão, do Arcebispado de Braga, Portugal. Eram lavradores em Mouquim. Foram os pais de Antônio da Costa Moreira (avô, portanto, do Padre Lourenço), casado com D. Joana Rodrigues, filha de Domingos da Costa e de D. Maria Rodrigues, da Casa do Roqueixo. Antônio e D. Joana, avós paternos do Padre Lourenço, foram os pais de Francisco da Costa Moreira, também sacerdote.

O Padre Francisco da Costa Moreira nasceu em 22 de fevereiro de 1764, no Lugar do Sarnado, Portugal, e faleceu no Brasil, em janeiro de 1819 (ano da fundação de Itajubá) em Guaratinguetá. Requereu sua habilitação para as ordens menores em 25 de fevereiro de 1778, e nessa época morava em Jesufrei, nas vizinhanças de São Tiago de Mouquim. Vindo para o Brasil, foi vigário colado da Paróquia de Guaratinguetá, de 16 de setembro de 1801 até 18 de dezembro de 1817, e Comissário do Santo Ofício, com Provisão datada de 30 de novembro de 1808. Conquanto também sacerdote, foi o pai do Padre Lourenço...

Da valiosa documentação que, em 1981, o Revmo. Monsenhor Oswaldo de Barros Bindão, então Pároco da Matriz de Santo Antônio de Guaratinguetá, SP, atenciosamente enviou ao autor deste opúsculo, passo a transcrever o seguinte:

“O Vigário (Francisco) Moreira, ao vir de Portugal, trouxe em sua companhia um primo-segundo, o futuro Capitão Malta, João de Araújo Lima, e foi recenseado pela primeira vez em Guaratinguetá, em novembro de 1798, na Freguesia da Vila, tendo feito as seguintes declarações:

“Tem uma morada de casas. Vive na Paróquia em que ganha, por ano, 1:000\$000 (um conto de réis). Compra açúcar, que manda para Lisboa, pelo porto da Vila de Parati, em que ganhou 300 mil réis e três escravos.”

“Pouco tempo depois chegavam de Portugal seus sobrinhos Manuel da Costa Pinto (mais tarde vigário da Vara de Guaratinguetá, de 18 de Janeiro de 1818 a 1847, nascido e batizado na Freguesia da Santa Maria de Nine, distrito da Vila Nova de Famalicão, e condecorado com o Hábito de Cristo no grau de cavaleiro); Anacleto Teresa de Jesus, natural de Lisboa, governante de sua casa; os dois filhos naturais, Lourenço (Padre Lourenço) e Madalena Teresa, havidos em Portugal.”

“Causou grande impressão na vila de Guaratinguetá a chegada desta família, desembarcada em Parati. Uma escrava, testemunha do acontecimento, não se cansava de relatar a sensação provocada pelos luxuosos trajes das jovens, trazendo na barra das saias bordados de rendas de mais de dois palmos de altura e ataviadas com custosas correntes de ouro, em uma demonstração de opulência e requinte (depoimento de D. Hercília Rangel de Camargo, que o recolheu de uma escrava idosa da família).” Foi, pois, assim que o Padre Francisco chegou ao Brasil.

“O vigário Francisco Moreira (pai do Padre Lourenço) levantou engenho no distrito da vila de Guaratinguetá, e foi um dos mais abastados ‘engenheiros’, com escravaria de 43 almas (1816). Era provavelmente próximo parente de Antônio da Costa Pinto, natural da Vila Nova do Famalicão, emigrado para a Bahia, onde casou e teve os filhos Antônio da Costa Pinto, Conde com grandeza de Sergi-Mirim (este, pai do Visconde de Oliveira e avô da baronesa de Geremoabo) e Manuel Lopes da Costa Pinto, Visconde de Aramaré.”

“No processo para Comissário do Santo Ofício a testemunha Teodósio Lopes declarou que a habilitando (Padre Francisco da Costa Moreira) fora infamado de tratar ilicitamente com Maria, solteira, filha legítima de Bento José da Silva, já falecido, alfaiate, e de sua mulher Rosa da Costa, de Ansariz, e aquele (Bento) da Gandra, e dela tivera um filho e uma menina, Lourenço e Madalena, que são vivos, e o menino há poucos anos o fez reconduzir para o Rio de Janeiro e a menina a levou consigo para Lisboa...” (“FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO, março 13, diligência 1257, Torre do Tombo”).

ÁREAS VERDES



®

Flora São Francisco

Av. Tancredo Neves, 736

Fone: 623-1440

Portanto o Padre Lourenço da Costa Moreira era filho de Francisco da Costa Moreira (também Padre) e de Maria, mãe solteira, filha do alfaiate Bento José da Silva, nascido em Gandra (ou Gândara), e de D. Rosa da Costa, natural de Ansariz. Conforme já vimos, tinha o Padre Lourenço uma irmã, a Madalena (Madalena Teresa de Jesus), natural de São Tiago de Mouquim, onde nasceu em 1781. O pai deixou-a em Lisboa, mas, depois, ela também veio para o Brasil, aqui falecendo em 22 de fevereiro de 1843, no município de Guaratinguetá, em sua fazenda do Bom Jardim.

O Padre Lourenço da Costa Moreira nasceu em 15 de maio de 1778, em São Tiago do Mouquim, povoado do município da Vila Nova do Famalicão, do Arcebispado de Braga. Foi batizado no dia seguinte em Mouquim, norte de Portugal. Fez o curso eclesiástico em São Paulo, onde se ordenou em 12 de maio de 1811. Foi mandado para Guaratinguetá, em cuja Paróquia, aos 33 anos de idade, se tornou coadjutor do vigário Padre Francisco da Costa Moreira, seu pai. O Padre Francisco figura em vários documentos históricos do sul de Minas Gerais, por onde andou a serviço da Vara Eclesiástica de Guaratinguetá, Vara esta então existente. Foi o pároco de Guará de 1801 a 1817. Faleceu em 1819, ano em que seu filho, também padre, fundaria a nova Itajubá.

O Padre Lourenço não teve um comportamento exemplar como sacerdote, e transgredia os deveres da castidade, a exemplo de seu pai. Embora "*Presbítero do Hábito de São Pedro, Promotor do Resíduo no Juízo Eclesiástico da Comarca de Guaratinguetá e coadjutor da Vila*", conforme está documentado, teve os seus delitos carnis com mais de uma mulher. E foi pai de cinco filhos:

- 1 - Felizarda Tomásia do Amaral
- 2 - Manuel Moreira da Costa
- 3 - Domiciano da Costa Moreira
- 4 - Delminda Moreira da Costa
- 5 - Marcolino Moreira da Costa



Computadores novos e usados Assistência Técnica
Instalação de redes Automação Comercial

Flávio Bueno Barbosa

Diretor Comercial

Planner Informática e Manutenção Ltda.

Rua Prefeito Tigre Maia, 669 - BPS - Itajubá - MG

Fone: (0**35) 622-6543 - e-mail: planner@diskmicro.com.br

Home Page: www.diskmicro.com.br

Felizarda Tomásia do Amaral, que figura irregularmente em algum registro ou publicação com falsa filiação, era, na realidade, filha do Padre Lourenço com uma senhora de Parati. Casou-se em Soledade de Itajubá (atual Delfim Moreira), em 1837, com o farmacêutico português Policarpo Teixeira de Almeida Queiroz.

Manuel Moreira da Costa foi casado com D. Rita Carolina.

Domiciano da Costa Moreira, filho do Padre Lourenço com D. Inês de Castro Silva, foi o único de seus filhos que permaneceu em Itajubá, aqui se casando e constituindo ilustre família de todos nós conhecida. Nasceu em 31 de dezembro de 1814, em Guaratinguetá. Fez os preparatórios colegiais em Congonhas do Campo, MG, e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1839. Foi o 2º médico a clinicar em Itajubá (o 1º foi o Dr. João Rennó). Casou-se com D. Maria Domiciana de Magalhães, nascida em 19-03-1819, por coincidência no mesmo dia em que seu sogro fundou a nova Itajubá. Foram cinco os filhos do Dr. Domiciano da Costa Moreira:

1 - Amélia Moreira Magalhães, casada com o Cel. Evaristo da Silva Campista.

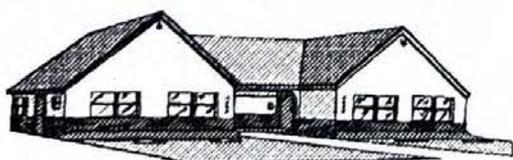
2 - Aureliano Moreira Magalhães, advogado, o fundador do jornalismo em Itajubá, casado com Maria Inácia de Macedo.

3 - Dr. Domiciano da Costa Moreira Filho, médico, falecido solteiro. Conhecido por Dr. Domicianinho.

4 - Maria Moreira de Magalhães, casada com João Guilherme Ferreira de Castro.

5 - Olímpio Augusto de Magalhães, casado, em primeiras núpcias, com Albertina Cesarina Ferreira Lopes, e, em segundo matrimônio, com sua cunhada Teresa Ferreira Lopes.

O Dr. Domiciano da Costa Moreira faleceu em Itajubá em 15 de novembro de 1881.



IRMÃOS VILAS BÔAS
MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA

ESTE NOME É FORTE

Wilder Vilas Boas

(Proprietário)

Av. Capitão Gomes, 150 - Bairro Boa Vista

Telefax: (35) 623-5330/622-7557/Cel.: 9986-1767

D. Delminda Moreira da Costa, filha do Padre Lourenço e também de Inês de Castro Silva, nasceu em Guaratinguetá em 1817 e falecida em 6 de setembro de 1869 em Silveiras, foi senhora de elevada cultura e educação, notabilizando-se como exímia professora. Casou-se em Itajubá, em 1837, com Juvêncio Alves de Senne. Foram os pais de Inês de Castro Senne (ou Sene), nascida em 13-11-1849, em Silveiras, e falecida em 08-06-1936 em S. Paulo. Casou-se em 07-08-1874 com Francisco Carlos da Silveira, que foram os pais do dr. Carlos da Silveira, que se tornou notável historiador, pesquisador e genealogista, grande conhecedor da história do Vale do Paraíba, autor de centenas de artigos publicados na imprensa de São Paulo.

O último filho do Padre Lourenço aqui citado, o fazendeiro Marcolino Moreira da Costa, também nasceu em Guaratinguetá. Em seu assentamento de batismo consta ser filho de pais incógnitos, e que foi exposto em casa de Mariana de Oliveira. O jornal "O Itajubá", na edição de 24-05-1874, assim anunciava: "*SÍTIO À VENDA - Oferecem-se à venda as boas e conhecidas fazendas de São Bernardo e Catanduba, distrito de Piranguçu, do município de Itajubá, terras que foram do Rvmo. Padre Lourenço da Costa Moreira, e que por sua morte tocaram às suas herdeiras órfãs Emerenciana e Virgínia, filhas do finado Marcolino Moreira da Costa.*" Dizia mais o jornal: "*Quem pretender comprar essas terras de ótima qualidade*", que procurasse o advogado Aureliano Moreira Magalhães ou o Dr. Domiciano da Costa Moreira.

A menção completa dos filhos do sacerdote fundador de nossa cidade, que ora apresentamos, nos foi possível com a valiosa cooperação de Carlos Alberto da Silveira Isoldi, residente em São Paulo, descendente do Padre Lourenço da Costa Moreira. Pesquisador competente, Isoldi, da linhagem de D. Delminda Moreira da Costa, atenciosamente nos orientou, com exatidão, sobre o que há de informações documentadas e seguras sobre a família deixada por seu memorável ancestral, vulto máximo da História de Itajubá.

	Fábrica de Terços e Artigos Religiosos
	Tel: (0**35) 623-7477 Fax: (0xx35) 621-8088 E.mail: remy@sulminas.com.br Av. Pe. Lourenço , 2860 - Bairro N. S. de Fátima Itajubá / MG - CEP: 37.500-000

Falecimento do Padre Lourenço:

No Livro de Óbitos do arquivo da Paróquia de Nossa da Soledade encontra-se este registro:

“Rdo. Lourenço da Costa Moreira:

Aos quatorze de junho de mil oitocentos e cinqüenta e cinco faleceu sem sacramentos o Rdo. Lourenço da Costa Moreira e jaz em uma carneira de pedra dentro do cemitério desta vila. -

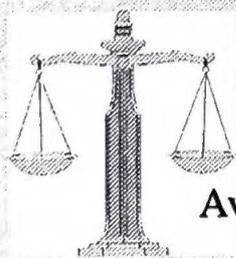
- O Vigário Pedro Celestino de Alcântara Pacheco”.

Faleceu, pois, o Padre Lourenço em 14 de junho de 1855, e foi sepultado em um jazido de pedras, no Cemitério do Rosário. Esta antiga necrópole foi arrasada em 1905. Os ossos nela existentes foram exumados e levados para um ossário aberto ao lado da capela-jazido da família Rennó, no novo cemitério.

Dois anos depois era D. Inês de Castro e Silva que também partia. Residia com seu filho médico. No Livro de Óbitos assim ficou registrado:

“Aos vinte e três de maio de mil oitocentos e cinqüenta e sete, munida com os Sacramentos da Penitência e Extrema-Unção, faleceu Inês, viúva, mãe do Dr. Domiciano. Seu corpo jaz no cemitério desta vila”.

Com a morte do Padre Joaquim José Ferreira, ocorrida em princípios de 1817, o arraial de Nossa Senhora da Soledade do Itajubá (ora Delfim Moreira) ficou sem o seu estimado vigário, que lá estava havia 7 anos, desde 1810. Para substituí-lo, foi nomeado o Padre Lourenço da Costa Moreira. Vivia-se na época em que o catolicismo era considerado a religião oficial de todo o reino de Portugal, e assim também foi durante todo o Império Brasileiro. Com o advento da República, houve, então a separação de Igreja e Estado. Desta forma, a nomeação de um pároco, durante o domínio do trono lusitano, partia da decisão do rei. Dom João VI, que, escorraçado por Napoleão Bonaparte, ainda estava no Brasil, assim textualmente nomeou o seu compatriota Padre Lourenço da Costa Moreira como o novo vigário de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira):



Rodolfo Ferreira

ADVOGADO - OAB/MG 21.827

Advocacia Empresarial - Cível - Trabalhista - Família

Av. Cel. Carneiro Júnior, 57 - 4º andar - sala 404 - Centro

CEP 37500-000 - Telefax (035) 622-1165

ITAJUBÁ - MINAS GERAIS

“DOM JOÃO, por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, de aquém e de além mar, em África Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. etc., etc., etc. Como Governador e Perpétuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de nosso Senhor Jesus Cristo, faço saber a vós Reverendo Bispo de São Paulo do meu Conselho, que, atendendo ao que me representastes sobre as boas qualidades que possui Lourenço da Costa Moreira, Presbítero secular; Hei por bem nomeá-lo Vigário da Igreja de Itajubá, desse Bispado, que se acha vaga por morte do Padre Joaquim José Ferreira, como com efeito o apresento e Hei por apresentado com a pensão anual de vinte mil réis, para a Fábrica de minha Real Capela de Nossa Senhora do Monte Carmo, com cláusula de que se poderá dividir esta igreja, quando se julgar necessário que ele provido o possa impedir na forma determinada na Resolução de dez de agosto de mil setecentos e cinqüenta e quatro, e servirá como convém ao serviço de Deus, e bem das almas de seus fregueses, e vos encomendo que nela a conformeis, obrigando-se primeiro por termo a pagar anualmente a dita pensão, e lhe passareis vossas letras de Confirmação na forma costumada, em que se fará expressa menção de como nela o confirmastes por esta minha Apresentação, para guarda e conservação do direito da dita Ordem, e com a mesma igreja haverá o mantimento, e mais emolumentos, próis e percalços que diretamente lhe pertencem. Esta se cumprirá, sendo passada pela Chancelaria da Ordem. - Rio de Janeiro, vinte e quatro de outubro de mil oitocentos e dezessete. - El Rei J.”

A palavra “Fábrica”, a que se refere esta longa nomeação do Padre Lourenço, na terminologia eclesiástica corresponde a Tesouraria, a administração dos bens da igreja, daí, “Fabriqueiro”, a designação de tesoureiro ou administrador dos bens paroquiais, cargo muitas vezes exercido por um leigo.

Como se viu, a nomeação do Padre Lourenço da Costa Moreira para vigário da Paróquia da Soledade de Itajubá (hoje a aprazível cidade de Delfim Moreira), lavrada por Dom João VI, rei de Portugal, foi feita

	<p>Maternal - Jardim - Pré - Inglês e Natação Computação para Crianças e Adultos Rua Silvério Chiaradia, 41-B. São Vicente (Próximo a academia Pé de Pato) Fone: 622-2212</p>
---	--

com uma enormidade de texto, excessivamente prolixo, conforme o uso da época. E com a mesma complicação e profusão de palavras, os demais atos também assim foram documentados até à posse de nosso sacerdote fundador. Simplificando as notícias desses outros atos, os demais acontecimentos dessa posse podem ser assim resumidos:

Estando no Rio de Janeiro, então a Capital do Brasil, o Padre Lourenço passou uma Carta de Procuração ao Padre João José Vieira Ramalho, que se encontrava em São Paulo, para, em seu nome, assistisse “*ao ato de Colação da Igreja de Nossa Senhora da Soledade, do Bispado de São Paulo, de que El-Rei Nosso Senhor*”lhe “*fez Mercê*”. Essa Colação Canônica ao Padre Lourenço foi concedida em 15 de setembro de 1818, pelo Bispo Diocesano D.Mateus de Abreu Pereira. A posse do Padre Lourenço, representado pelo Padre João José Vieira Ramalho, foi feita quatro dias depois, em 19 de setembro.

Itajubá pertencia à Diocese de São Paulo, e assim seria até 1900, quando, então, foi criada a Diocese de Pouso Alegre, ora Arquidiocese, à qual grande parte do sul de Minas passou a pertencer, inclusive Itajubá.

Já ficou contado que o Padre Lourenço não gostou de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), e tomou a decisão de fundar a nova Itajubá, às margens do Sapucaí, o que aconteceu em 19 de março de 1819. Durante cerca de dez anos, o Padre fundador, uma vez ou outra, comparecia à velha capela serrana para celebrar algum casamento ou realizar alguma festa. Depois, abandonou completamente a antiga sede paroquiana, fato que sobremaneira revoltou os delfinenses, que constituíram um seu representante, que foi o Capitão Custódio Manuel Rodrigues, para mover um processo contra o pároco desertor. Vejamos, na íntegra, como ficou documentada a “*Súplica*”encaminhada pelo Capitão Custódio ao Juiz de Paz:

“Ilustríssimo Senhor Juiz de Paz Suplente. Diz o Capitão Custódio Manuel Rodrigues, morador nesta Freguesia, que ele Suplicante precisa que o Reverendo Vigário dela Lourenço da Costa Moreira venha perante Vossa Senhoria falar a uma reconciliação para nela responder as causas, motivos por que se ausentou desta sua Matriz há perto de dois anos, tendo sido colado nela, para o arraial da Boa



Fábio Pereira

Escritório

Rua Major Belo Lisboa, 22 - conj.11

Tel./Fax: (035) 622-3415 - 622-5140

ADVOGADO

OAB/MG 32.987-B

Residência:

Fone: (035) 622-0960

CEP 37.500-000 - ITAJUBÁ - MINAS GERAIS

Vista (atual cidade de Itajubá) na distância de cinco léguas, e responder se volta para ela, ou não, e quando assim aconteça fazer desistência para o Suplicante procurar o seu direito e recurso pela Autoridade competente, e de tudo se lavrar termo para com ele poder o Suplicante realizar este fato com a certidão da mesma. Pede a Vossa Senhoria seja servido mandar passar mandado para o Escrivão notificar ao Reverendo Suplicado, para todo o requerido em dia, e hora certa. Espera Receber Mercê”.

O Juiz de Paz marcou a solicitada audiência para o dia 5 de setembro de 1831.

E o “Suplicado” Padre Lourenço da Costa Moreira não recusou comparecer à presença da autoridade, nem se humilhou diante do presunçoso “Suplicante”. O que o Padre Lourenço declarou, e foi escrito, constitui um documento de alta relevância histórica, e vale a pena ser transcrito inteiramente, conforme o original reproduzido no Livro de Tombo (no mesmo volume de Batizados de Escravos) do arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, páginas 166/168, e no 3º Livro de Tombo da Paróquia de Delfim Moreira, páginas 12/13:

“Termo de Reconciliação entre paroquianos de Soledade de Itajubá e seu respectivo pároco colado, Revmo. Padre Lourenço da Costa Moreira. - Pública forma com o teor de um Termo de Reconciliação entre partes, como autor o Capitão Custódio Manuel Rodrigues, e réu o Reverendo Vigário Lourenço da Costa Moreira - Aos cinco dias do mês de setembro de mil oitocentos e trinta e um anos, décimo da Independência e do Império do Brasil, nesta Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, Termo da Vila da Campanha da Princesa, Minas Gerais, Comarca do Rio das Mortes, na paragem denominada Boa Vista do Sapucaí, em casa da residência do Juiz de Paz Suplente, Manuel José Pereira, junto comigo Escrivão do seu cargo ao diante nomeado, e sendo ai presente o Capitão Custódio Manuel Rodrigues como autor, o qual trazia o réu avisado, o Vigário Lourenço da Costa Moreira, a fim de se reconciliarem nesta mesma audiência, e dar aquele Vigário as causas por que se retirou da Matriz de Itajubá (Delfim Moreira), e sendo este requerimento lido ao dito Vigário,

Panificadora do Totó



- A maior qualidade -

Av. Padre Lourenço, 1358

Itajubá - 621-1221

este requereu que se copiasse o dito requerimento, o que assim foi determinado pelo Juiz: (segue-se a cópia do requerimento do Capitão Custódio Manuel Rodrigues, já transcrita neste capítulo). Depois de escrito este requerimento, passou o réu a dar sua resposta, que também requereu que se escrevesse, o que assim foi ordenado pelo Juiz. Disse (o Padre) que é falso o requerimento que apresenta o dito Capitão Custódio em dizer que me ausentei fora da Freguesia, talvez por ignorar quais sejam as obrigações do pároco, pois, se tivesse lido, ou tomado conselho, que o pároco tem duas obrigações, a saber: - material e formal. A material é que resida nos limites de sua freguesia para bem cumprir com a sua obrigação; a formal é dar pasto espiritual aos seus fregueses sempre que lhes for necessário e racionalmente lhe pedirem. E nisto mesmo bem claro está Culiniati, tomo 2º, página cento e quatro, parágrafo sexto, capítulo segundo, linha vinte e seis, e em outros autores. É público, não só da Freguesia toda, como de outras, eu existir, não nos limites da Freguesia, mas sim no centro da mesma para bem servir a todos na administração dos sacramentos, o que tenho feito sem coadjuvação alguma por não achar quem queira. É verdade que passei para este lugar da Igreja Nova que fica no centro da Freguesia, por cômodo aos povos e a mim, e deixei Clérigo suficiente na Igreja Velha, administrando todos os sacramentos, e cedi todos os emolumentos paroquiais que me pertenciam, o que é bem público. Quem obra dessa maneira quer a comodidade dos povos e não que pereça, isto vai indo para dois anos mais ou menos. É verdade que não posso voltar para o antigo lugar da Igreja Velha, primeiro por ser frigidíssimo e a minha saúde padecer dano grave, e este na Igreja Nova ser cálido, e eu passar bem sem incômodo que me vexasse o viver e, como todo indivíduo tem direito forçoso à sua existência, claro fica não poder eu residir em semelhante lugar, mas sim neste onde me acho; segundo, o mencionado lugar é tão atroz, e falto de comércio que se não me acautelasse de longe com víveres para minha sustentação, quando lá estava, certamente pereceria, pois não se acha para comprar dentro da povoação víveres para honesta sustentação de uma família, o que é público e muito público. Esta Igreja Velha de Itajubá (Delfim Moreira) foi situada pelos antigos no lugar onde se acha, no meio

SERRALHERIA E METALURGICA

RABONI

Projeto e Fabricação

Serralheria Industrial e Artística

Montagens Industriais

Estruturas Metálicas

Móveis Artísticos

Av. Silvestre A. J. Ferraz, 37-Boa Vista - Telefax: (0**35)623-4238-Cel: 9986-2116

de morros por causa da conviniência de lavras de ouro pelos cónregos que os mesmos naquele se ocupavam, o que hoje está extinta toda a laboração desse gênero, e os sertões que então eram despovoados como este onde está situada a nova, se acham hoje muito freqüentados com fábrica de tabaco (fumo em corda), e mais gêneros de interesse. É tão útil esta Igreja Nova para o público, que em poucos se tem feito as maiores festividades do ano com devoção e religião, que até de fora da freguesia (chegam fiéis, o que) lhes parece impossível, o que na Velha nunca puderam fazer pelo lugar o não permitir e os povos daquela parte não terem as forças necessárias, e aqui claro está o aumento de edifícios feitos ou fazendo-se, que em breve tempo será uma das vilas de nome, o que tudo se pode atestar quando duvide. O Padre que deixei não pôde continuar talvez por não ter as comodidades necessárias para a sua existência como a mim sucedeu, o que acima fica relatado e isto mesmo tenho informado por várias vezes a Sua Majestade Imperial e a Sua Excia. Revma. quando era requisitado para dar alguma informação a esse respeito, e não podendo obrigar (um outro padre a ir para a Capela Velha) e tendo dado alguns passos de longe a ver se acho quem queira, não me tem sido possível consegui-lo e nem para me ajudar tenho achado coadjutor, e assim o autor da petição o Capitão Custódio Manuel Rodrigues, se tem ou sabe de algum sacerdote aprovado neste Bispado, chame-o que eu cedo de todos os emolumentos parochiais que me possam pertencer, de todos que ficaram para a parte da divisa, que se acabou de fazer há sete dias para a jurisdição de Juiz de Paz que me parece ser a mesma que eu já tinha feito para o padre que ficou; mas duvido que ache quem queira vir morar em semelhante sepultura dos vivos, de onde quase diariamente está saindo gente, tudo pela miséria que há e que sofrem, e só poderá existir nesse lugar o Rvmo. Padre José Geraldo de Souza e Silva por estar estabelecido no mesmo; apesar dos réditos serem nada depois da reforma das conhecenças virem para oitenta réis, e estas mal pagas e os povos entenderam que nada devem dar, e que os padres sejam obrigados a tudo fazer de graça, acrescentando a isto a grande falta de moradores na povoação, e por esta causa ver um clérigo que existe em semelhante lugar com uma estrada pública para a Corte do Império, obrigado a ser hospitaleiro, e a gastar o que não tem ou ficar desacreditado, pois é sabido que na época em que estamos as casas dos vigários e clérigos são umas estalagens públicas para os viajantes com especialidade, não tendo estes o caráter de faltar com a caridade hospitaleira aos seus semelhantes, como alguns praticam. É quanto posso responder à Reconciliação a que fui chamado pelo dito Capitão, cujo termo, sen-

do por mim lido, mando o dito Juiz de Paz concluí-lo e assinou com as partes sendo testemunhas presentes Inácio Teodoro de Araújo e José Ribeiro de Carvalho, pessoas de mim Escrivão reconhecidas. E eu Vicente José Ferreira, Escrivão que o escrevi e o assinei - Pereira - Custódio Manuel Rodrigues - Lourenço da Costa Moreira - Inácio Teodoro de Araújo - José Ribeiro de Carvalho - O Escrivão Vicente José Ferreira - É o que consta deste Termo de Reconciliação que bem fielmente aqui transcrevi 'de verbo ad verbum' no Livro primeiro de Conciliação a folhas setenta e nove, verso e folhas oitenta e duas, e esta na verdade sem causa que dúvida faça por ler, correr e conferir com o próprio original”.

Nesse longo Termo de Reconciliação” o Padre Lourenço da Costa Moreira declara os motivos que o levaram a abandonar o antigo povoado serrano da Soledade de Itajubá (hoje a alegre e acolhedora cidade de Delfim Moreira) e a vir fundar, às margens do Sapucaí, a sede definitiva da Paróquia, a nova Itajubá. E as principais razões foram: - 1ª, a velha sede estava num lugar “frigidíssimo”, prejudicial à sua saúde; 2ª, Soledade não possuía comércio, e ali não havia gêneros alimentícios para se comprar; 3ª, o antigo povoado estava em decadência, sem prosperidade do qual, os poucos moradores iam abandonando, enquanto que o novo Itajubá estava surpreendendo com o rápido crescimento, que muito logo seria “uma vila de nome”; 4ª, o crepúsculo que se acentuava sobre o velho povoado fazia lembrar uma “sepultura de vivos”...

Padre Lourenço, com seu prestígio, arrojo e cultura tudo conseguia. A “Freguesia” do velho Itajubá foi suprimida por Decreto de 08-11-1831. Pelo Conselho Geral da Província de Minas Gerais, de 07-03-1832 ficou resolvida a transferência da sede da extinta paróquia para a povoação da Boa Vista (atual Itajubá), conforme determinava o Decreto Imperial de 14-07-1832, que era a promulgação do projeto elaborado por Diogo Antônio Feijó, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

Em represália ao Padre Lourenço, em 23 de junho de 1834 moradores da antiga paróquia (Delfim Moreira) levaram protestos à Justiça, declarando não prestarem obediência ao Itajubá novo da Boa Vista, “porque o arraial da Boa Vista é um lugar de muitas desordens, mortes e ferimentos, bebedices e furtos, e este de Itajubá (Delfim Moreira) quieto, pacífico e sossegado...”. Trata-se de um longo texto, transcrito no Livro de Tombo da Paróquia de N. S. da Soledade, págs. 168/170.

OS CHEFES DO GOVERNO MUNICIPAL DE ITAJUBÁ

O governo municipal de Itajubá foi exercido sob cinco situações ou eventualidades políticas:

1ª - Como Agente Executivo Municipal, que era o cargo acumulado do Presidente da Câmara. Ainda não havia a separação de Legislativo e Executivo. Era, pois, atribuição da Câmara Municipal o exercício dos dois poderes. Ainda não existia, portanto, Prefeitura Municipal. Assim foi até 1930.

2ª - Como triúnviro de um governo colegiado provisório, de apenas duas semanas, com a dissolução da Câmara Municipal, em decorrência da Proclamação da República.

3ª - Como Presidente da Intendência Municipal, criada, com a dissolução da Câmara Municipal, em 1º de março de 1890, por Cesário Alvim, Presidente do Estado de Minas Gerais (hoje se diz Governador).

4ª - Como Prefeito nomeado pelo Interventor Estadual, que substituíra o Governador Estadual, cargo extinto durante a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1947), período em que a Câmara Municipal permaneceu dissolvida. O interventor era nomeado diretamente pelo Presidente da República, como cargo de confiança que era. O único Governador que permaneceu do cargo foi Olegário Maciel, porque Minas Gerais, na revolução de 1930, combateu solidária a Getúlio Vargas. Olegário faleceu em 05-09-1933. Foram Interventores de Minas Gerais, Gustavo Capanema (de 05-09-1933 a 05-12-1933; Benedito Valadares Ribeiro, de 15-12-1933 a 05-11-1945; Nísio Baptista de Oliveira, de 05-11-1945 a 1946; Alcides Lins, de 1946 a 19-13-1947).



Dr. Sharley Chiaradia de Oliveira

CRM-MG 19637

Clínica Médica, Cirurgia Geral e Videocirurgia

R. Major Belo Lisboa, 88- 2º Andar - Fone: (0**35) 621-2000

CEP 37500-000 - ITAJUBÁ - MINAS GERAIS

5ª - Como Prefeito eleito democraticamente pelo povo, quando então separaram-se os dois poderes, o Legislativo (Câmara Municipal) e o Executivo (Prefeitura Municipal). E instituiu-se, desde então, o cargo de Vice-Prefeito, também eleito pelo povo. Com a democracia restabelecida, desapareceram-se os Interventores, e o Governador Estadual então eleito pelo povo, com a participação dos eleitores de Itajubá, foi Milton Soares Campos.

Os chefes do Governo Municipal de Itajubá, cujas posses foram devidamente documentadas desde a emancipação política de nosso município, foram os seguintes:

NA MONARQUIA

No quadriênio 1849-1852:

- 1º - Comendador João Carneiro Santiago
- 2º - José Manuel dos Santos Pereira
- 3º - Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz
- 4º - Caetano Ferreira da Costa e Silva
- 5º - Alferes Antônio Dias Pereira

No quadriênio 1853-1856:

- 6º - Ten. -Cel. Manuel José Pereira Júnior
- 7º - Manuel José Pereira Gomes

No quadriênio 1857-1860:

- 8º - Guilherme Luiz de Sá
- 9º - Francisco José Pereira
- 10º - José Vieira Carneiro e Silva
- 11º - José Caetnao Grillo

ROTARY CLUB DE ITAJUBÁ

REUNIÃO AS TERÇAS-FEIRAS
NO RESTAURANTE XODÓ

No quadriênio 1861-1864:

- 12° - Padre Antônio Caetano Ribeiro
- 13° - Antônio Luiz Alves de Noronha
- 14° - Manuel José Pereira Gomes (2ª vez)
- 15° - Honório José de Oliveira
- 16° - Caetano Ferreira da Costa e Silva (2ª vez)
- 17° - Bel. Cândido Rebelo da Araújo Palhares

No quadriênio 1865-1868:

- 18° - Dr. Domiciano da Costa Moreira
- 16° - Antônio Luiz Pinto
- 20° - Padre Antônio Caetano Ribeiro (2ª vez)

No quadriênio 1869-1872:

- 21° - Tem. – Cel. Manuel José Pereira Júnior (2ª vez)
- 22° - Dr. Américo da Silva e Oliveira
- 23° - Bernardo de Araújo Guimarães

No quadriênio 1873-1876:

- 24° - Cel. Antônio José Rennó
- 25° - João Carneiro Santiago Sobrinho
- 26° - José Antônio de Souza Pinto

No quadriênio 1877-1880:

- 27° - Bel. José Manuel Pereira Cabral
- 28° - Bel. José Pereira dos Santos

CASA SULINA LTDA

Vidros planos em geral

Rua Dr. João de Azevedo, 243

Tel. 622-2008/622-1947

No biênio 1881-1882:

29º - Dr. Américo da Silva e Oliveira (2ª vez)

30º - Pedro Gomes

31º - Luiz Achilles Salomon Júnior

32º - Bel. José Manuel Pereira Cabral (2ª vez)

33º - João Carneiro Santiago Sobrinho (2ª vez)

No quadriênio 1883-1886:

34º - Bel. José Pereira dos Santos (2ª vez)

35º - Dr. Américo da Silva e Oliveira (3ª vez)

No triênio 1887-1889:

36º - Alexandre Mendes de Brito

37º - Cel. Antônio José Rennó (2ª vez)

NA REPÚBLICA

Governo trino provisório – 1889:

38º - Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa (Presidente);

Luiz Dias Pereira

Julião Florêncio Meyer Júnior

Durante a Intendência Municipal:

39º - Benedito Antônio da Rocha – 1890

40º - Cel. João Carneiro Santiago Júnior – 1891



CEAMEV

Clínica Veterinária

Aluisei César da Silva



Rua Dr. Luiz Rennó, 95 - B. Avenida - Itajubá/MG

CEP: 37500-000 - Tel.: (0**35)622-4390/Cel.: 99861713

No triênio 1892-1894:

41° - Cel. Francisco Braz Pereira Gomes

42° - Cap. João José Rennó

43° - Manuel Correa de Miranda

No triênio de 1895-1897:

44° - Cel. Francisco Braz Pereira Gomes – (2ª vez)

45° - Frctuoso Ramos de Lima

No triênio 1898-1900:

46° - Bel. José Carneiro de Resende

47° - Bel. Luiz Rennó

48° - João Gomes de Lima

No triênio 1901-1903:

49° - Cel. João Carneiro Santiago Júnior – (2ª vez)

No quadriênio 1904-1907:

50° - José Manso Pereira Cabral

No quadriênio 1908-1911:

51° - José Manso Pereira Cabral - (2ª vez)

52° - Jorge de Oliveira Braga

No quadriênio 1912-1915:

53° - Jorge de Oliveira Braga – (2ª vez)

No triênio 1916-1918:

54° - Francisco José Pereira

55° - Jorge de Oliveira Braga (3ª vez)

No quadriênio 1919 - 1922

56° - Jorge de Oliveira Braga (4ª vez)

No quadriênio 1923-1926:

57° - Jorge de Oliveira Braga (5ª vez)

58° - Severiano Ribeiro Cardoso

No quadriênio 1927-1930:

59° - Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo

60° - Dr. José Braz Pereira Gomes

61° - Severiano Ribeiro Cardoso (2ª vez)

PREFEITOS NOMEADOS PELO INTERVENTOR:

62° - José de Oliveira Marques – 1930/1932

63° - Eng. José Rodrigues Seabra – 1932/1934

64° - Jorge de Oliveira Braga – (6ª vez)

65° - Dr. Luiz Pereira de Toledo - 1936

66° - Alcides Faria – 1937/1945

67° - Eng. Carlos Ribeiro Filho - 1945

68° - Carlos Alberto de Campos Mota - 1945

69° - Eng. Luiz de Lima Vianna - 1946

70° - Eng. Carlos Ribeiro Filho – (2ª vez) - 1946

71° - Eng. André Martins de Andrade Filho - 1947

72° - Jayme Wood – 1947

PREFEITOS ELEITOS COM A VOLTA DA DEMOCRACIA:

73 – Dr. Sebastião Pereira Rennó – 1947/1950

Vice-Prefeito: Eng. Luiz Goulart de Azevedo

74° - Dr. Vicente Vilela Vianna – 1951/1954

Vice-Prefeito: Álvares Chaves Salomon

75° - Eng. Luiz Goulart de Azevedo – 1955/1956

Vice-Prefeito: Dr. Gaspar Lisboa

76° - Antônio Rennó Pereira – (Tota) – 1956/1957

O mandato do Eng. Luiz Goulart de Azevedo terminaria em 1958, mas com as licenças de afastamento que lhe foram concedidas pela Câmara Municipal, e que também, ao mesmo tempo, foram concedidas ao Vice-Prefeito Dr. Gaspar Lisboa, conforme aprovação da Câmara na sessão de 05-04-1956, assumiu o cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal Antônio Rennó Pereira. Com a prorrogação das aludidas licenças concedidas ao Eng. Luiz Goulart e ao Dr. Gaspar, e logo em seguida, com a renúncia de ambos, das quais a Câmara tomou conhecimento na reunião de 16-04-1958, assumiu as funções de Prefeito o Bel. Vicente de Sales Dias Filho, que então, estava no exercício de Presidente da Câmara Municipal.

77° - Bel. Vicente de Sales Dias Filho (V. acima) – 1958

78° - Dr. Vicente Vilela Vianna – (2ª vez) – 1959/1962

79° - José Maria de Silveira Campos – 1963/1966

Vice-Prefeito: Nagib Mohallem Filho

80° - Cap. Luiz Carlos Tigre Maia – 1967/1970

Vice-Prefeito: Agrôn. Luiz Rennó Chaves

81° - Agrôn. Luiz Rennó Chaves – 1970

Morto o Cap. Tigre Maia em desastre de automóvel ocorrido em 05-02-1970 na Via Dutra, Luiz Chaves, então o Vice_Prefeito, assumiu o governo do município, completando o quadriênio.

82° - Paulo Paulistano de Faria – 1971/1972

Vice-Prefeito: Dr. Erasmo Cardoso

83° - Dr. Roseburgo Romano – 1973/1976

Vice-Prefeito: José Alves de Sene

84° - Eng. Pedro Mendes dos Santos – 1977/1982

Vice-Prefeito: Agrôn. Luiz Rennó Chaves

CLINIMEPI LTDA
EXAMES MÉDICOS E
PSICOTÉCNICOS
PARA MOTORISTAS
Rua Antonio Simão Mauad
Fone: (0**35) 622-3387

622 - 0152

Boutique Minhoca

Rua Silvestre Ferraz, 102 - Centro
Itajubá - MG

85° - Ambrósio Pinto – 1983/1988

Vice-Prefeito: Dr. Ítalo Mandolesi Filho

86° - Dr. Rosemburgo Romano – (2ª vez) – 1989/1992

Vice-Prefeito: Eng. Edson Mauad

87° - Eng. Edson Mauad, de 05-02-90 a 12-02-90, durante o impedimento do Dr. Rosemburgo Romano

88° - Saulo Germiniani – 1993/1996

Vice-Prefeito: Ari Batista Montalvão

89° - José Francisco Marques Ribeiro – 1997/2000

Vice-Prefeito: Bel. Gilberto Müller Botelho



Junto a esta síntese de História de Itajubá ficam os jubilosos aplausos à atual administração de nosso município, exercida dignamente pelo Engenheiro Dr. José Francisco Marques Ribeiro, Prefeito, e o Advogado Dr. Gilberto Müller Botelho, Vice-Prefeito. A técnica aliada ao Direito e à Justiça. Essa dupla de administradores, tendo em vista o progresso da cidade e o combate ao desemprego, atirou-se, com entusiasmo e ardor, à luta pela industrialização de Itajubá. Como fruto de seus esforços, instalaram-se em nossa terra seis notáveis indústrias, a CABELAUTO DO BRASIL, a CABELTE DO BRASIL, a GIMA MÁQUINAS, a ITAJUBÁ BORRACHAS, a EMDEP DO BRASIL e a TELESOL. A vinda das duas primeiras fábricas citadas exigiu do “Chico” - apelido dado ao Prefeito na intimidade de seus incontáveis admiradores - duas viagens a Portugal. E a estas duas fábricas quando já instaladas, e a mais quatro outras também já instaladas, a ALSTOM T & D DO BRASIL, a MAHLE, a HIGIDENT DO BRASIL e a BDK- Ferramentas, a atual administração Municipal concedeu-lhes necessárias ampliações. E a vinda de outras grandes fábricas está no plano de trabalho deste

nosso Governo municipal. A instrução em Itajubá foi outra meta inadiável da atual gestão executiva. Construiu três Escolas, estão em fase de construção mais quatro, e reformou e ampliou a sede de quatro outras. E a Administração Chico-Gilberto pavimentou mais de 14 quilômetros de vias urbanas e asfaltou quase 28 mil metros quadrados de ruas. Modernizou as diversas Secretarias da Municipalidade com a aquisição de mais de 80 (oitenta) computadores. Esforçou-se essa dupla de ação por conseguir livrar Itajubá das periódicas inundações. Se os municípes quiserem, todos esses esforços poderão ter continuidade, inclusive os necessários à obtenção de recursos para que a concretização de obras que evitarão enchentes se torne realidade.

O JUDICIÁRIO

Foi em 6 de abril de 1714 que o Governador de Minas Gerais, Capitão-General Dom Braz Baltazar da Silveira, dividiu, pela primeira vez, nosso Estado (então Capitania) em Comarcas, determinando-lhes as demarcações. Minas ficou, então, dividida em três regiões judiciárias: - Comarca dos Rio das Velhas, com sede na Vila Real do Sabará; Comarca de Vila Rica, com sede na vila de mesmo nome (atual Ouro Preto); e Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João del-Rei, à qual o sul de Minas passou a pertencer. Abrangia esta última as vilas de São João del-Rei e São José del-Rei (hoje Tiradentes), e os Julgados da Campanha do Rio Verde, Aiuruoca, Sapucaí, Jacuí, e Soledade de Itajubá (atual Delfim Moreira), cujo povoado fora fundado em 1703 por Miguel Garcia Velho.

Foi José Pereira dos Santos, bacharel e deputado provincial (ora se diz estadual) quem se bateu destemidamente na Assembléia Legislativa, em Ouro Preto (então a capital de Minas Gerais), pela criação da Comarca de Itajubá, necessitando para isso, de rechaçar os argumentos e justificativas contrárias do deputado Nominato José de Souza Lima, que tentou impugnar o projeto dessa promoção de nossa cidade. Finalmente, em 15 de julho de 1872, o Art. 1º da Lei nº 1.867 criou a Comarca de Itajubá, que passou a abranger os Termos de Itajubá (sede) e São José do Paraíso, compreendendo o primeiro os distritos de Itajubá, Soledade de Itajubá (ora Delfim Moreira), Santa Rita do Sapucaí, Piranguçu e São Caetano de Vargem Grande (ora Brasópolis), e o último São José do Paraíso (ora Paraisópolis), Capivari e São João Batista das Cachoeiras. Com a criação de novas comarcas, houve posteriormente várias modificações.

Foram os seguintes juizes de Direito efetivos da Comarca de Itajubá:

- 01 - Adolfo Augusto Olinto (1872 a 1890)
- 02 - José Machado Pinheiro Lima (1890)
- 03 - José Mauel Pereira Cabral (1891 a 1903)
- 04 - Luiz Rennó (1903 a 1916)
- 05 - José Pereira dos Santos (1917 a 1920)
- 06 - Antônio Salomon (1920 a 1940)
- 07 - Dráuzio Vilhena de Alcântara (1940 a 1941).
- 08 - Paulo de Moraes Jardim (1941 a 1946).
- 09 - Merolino Raimundo de Lima Correa (1946).
- 10 - Francisco Pereira Rosa (1946 a 1953).
- 11 - Pio Pontes (1953 a 1955).
- 12 - Walter Cabral (1955 a 1965).
- 13 - Luiz Renault Apocalypse (1965 a 1967).
- 14 - Mário Carneiro Villela (1968 a 1971).
- 15 - Branca Maria Margarida Rennó (1971 e 1972)
- 16 - José Brandão Resende Filho (1872 a 1978).
- 17 - Aloysio Pereira Nogueira (1978 a 1984) - 2ª Vara.
- 18 - Fábio José Seixas de Siqueira (1980 a 1982) - 1ª Vara.
- 19 - Alcides Fernandes Gorgulho (assumiu em 30-12-1982).- 1ª Vara Cível. Promovido em 13-06-1987 (Belo Horizonte).
- 20 - Teodoro Ferreira Neto (assumiu em 24-04-1984 - 2ª Vara Cível. Promovido em 18-12-1988 (Belo Horizonte).
- 21 - Bráulio Stivanin (assumiu em 01-09-1987). 1ª Vara Cível. Promovido em 1992 (Belo Horizonte).
- 22 - João Paulo Seixas de Siqueira (assumiu em 03-03-1989).2ª Vara Cível. Aposentou-se na mesma data.
- 23 - José Francisco Gomes (assumiu em 24-08-1989). 2ª Vara Cível. Promovido em 15-06-1994 (Belo Horizonte).
- 24 - Paulo Venícius Nascimento (assumiu em 29-12-1989). Vara Criminal. Permaneceu até 21-03-1997.
- 25 - Benedito Bebiano Ribeiro (assumiu em 01-08-1992). 1ª Vara Cível. Aposentou-se em 05-08-1993
- 26 - Salústio Campista (assumiu em 21-09-1993). 1ª Vara Cível. Em 12-08-1994 assumiu a 2ª Vara Cível.
- 27 - José Irineu da Silveira (assumiu em 15-08-1994). 1ª Vara Cível Aposentou-se em 15-08-1996.
- 28 - Otávio Augusto de Nigris Bocalini, que, em 16-05-1997, assumiu a Vara Criminal.

Neste ano 2000 (do lançamento deste opúsculo) estão em exercício de Juiz de Direito Salústio Campista, José Sérgio Palmieri e Otávio Augusto de Nigris Boccaline.

Nem seria preciso lembrar que todos os nomes, nesta relação citados, foram ou são Bacharéis, doutorados em Ciências Jurídicas. Nos velhos tempos, contudo, em sessões de júri, atuavam promotores interinos, alguns não diplomados mas “licenciados”. Não possuímos uma relação completa dos promotores da Comarca de Itajubá. Dentre os Bacharéis mais antigos, ocorre-nos citar os seguintes:

Aureliano Moreira de Magalhães (1872), o primeiro a desempenhar esse cargo em Itajubá; Joaquim Carlos de Campos (1873), Antônio Ferreira de Castilho (1874 a 1878), Antônio Silvestre de Pinho (1884 a 1886), José Pereira dos Santos (1886 a 1888), Miguel Arcanjo de Souza Vianna (1889 a 1891), Benjamim Soares de Azevedo (1892), José Bessom de Oliveira Andrade (1893), José Carneiro de Resende (1894 a 1896), Augusto Cabral de Vasconcelos (1907), Antônio Salomon (1914), Adolfo Gonçalves do Nascimento (1931), José Pinto Rennó (1935 a 1945), Evaristo Cabral Rennó, Luiz Vilela Vianna, Pedro Monti Neto, José Renato Moura Resende, Luiz Irineu Bittencourt.

Alguns nomes de promotores interinos, não bacharéis:

Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Frederico Schumann, João Dias Pereira, Francisco Araújo, Frederico Teixeira de Magalhães Leite (dentista), Antônio Luiz Pinto de Noronha, Liduário Rodrigues de Souza, Antônio Luiz Pinto de Noronha Sobrinho, Balduino Vieira Salgado (dentista), Honório de Oliveira, Sebastião Sátiro Pereira Cabral, Cap. Antônio Gonçalves da Costa, Dr. Américo da Silva e Oliveira (médico), Antônio José Leite, Manuel Ribeiro da Silva, José Antônio Pereira Júnior, Fructuoso Ramos de Lima e outros.

	<p><i>Água Mineral Mantiqueira</i> DISK - ÁGUA 622-0180</p>
---	---

<p><u>Dr. CARLOS ALBERTO BENFATTI</u> PEDIATRA - CRM 33.642 Rua Santos Pereira, 148 - ITAJUBÁ - MG Fone Consultório (0**35) 622-4949 Fone Residência (0**35) 621 4459</p>
--

Nos velhos idos, existiu o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos. O ilustre Conselheiro do Império Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, que foi Ministro de quatro Pastas (Marinha, Exército, Justiça e Fazenda), e Governador de Minas Gerais, cristinense da velha fibra, quando recém-formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas de São Paulo, veio cumprir seu quadriênio de Juiz Municipal e de Órfãos em Itajubá, e, conforme já vimos, foi ele quem tomou a iniciativa de elaborar o projeto da emancipação política de nossa terra. Posteriormente, também exerceram esse cargo muitos cidadãos que nem bacharéis eram, como Antônio Dias Pereira (1854), Antônio Ribeiro Cardoso (1860), Dr. Domiciano da Costa Moreira (1862), Dr. Américo de Oliveira, médicos; Antônio Luiz Alves de Noronha, e muitos outros.

*****BPS*****

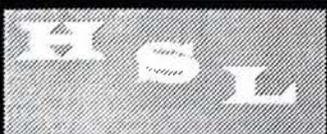
Benedito Pereira dos Santos, nosso progressista BPS, é integrante de uma das mais tradicionais e distintas famílias de Itajubá, de nobres homens que, no dia-a-dia do passado e do presente, vêm construindo nossa terra com elevada probidade, e perseverança dos realizadores, e a dignidade de propósitos construtivos que distinguem as pessoas bem intencionadas. Deve-se-lhe a expansão da nossa área urbanizada com a criação de novas vilas residenciais e construção de casas populares e edificações outras que enriquecem nossa cidade. Dotou Itajubá com um modelar estabelecimento de hospedagem, o Hotel Coroados, que construiu em lugar aprazível e elevado, o atrante belvedere de onde se descortina, aos olhos dos contempladores, o bairro urbano do Pinheirinho, já conhecido por BPS. Cooperando com a divulgação da História de Itajubá, aqui se faz presente com esta página. Já foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, e na sua gestão o nosocômio não passou falta. Com a mesma eficiência, foi Presidente do Sindicato Rural e do Clube Itajubense. Sendo um cidadão afeito ao trabalho, e possuindo o firme propósito de colaborar para o engrandecimento de sua terra, não o movendo o fascínio por ganhos financeiros, pois é independente e possuidor de sólido patrimônio, oferece a sua experiência e o seu dom de administrador para conduzir a cidade como Prefeito, contando, para tanto, com o apoio e a confiança dos seus conterrâneos.

UMA COTIZAÇÃO (“VAQUINHA”) HISTÓRICA DE 1848

Conforme já vimos, a emancipação política de Itajubá ocorreu em 27 de setembro de 1848 (e não em 4 de outubro de 1862, conforme erradamente já se tem divulgado). Naqueles tempos, quando um município se tornava politicamente independente, a sede de seu governo recebia a designação provisória de Vila, conforme ocorreu com todas as cidades brasileiras, até 1938. A classificação de cidade era apenas uma promoção urbanística, dada anos depois à sede do município já emancipado, o que ocorreu em Itajubá em 04-10-1962, quando nossa Câmara já estava instalada, fazia então já 13 anos. De 1938 para cá é que um município, ao emancipar-se, tem sua sede governamental elevada diretamente à cidade, conforme ocorreu com Piranguçu, Wenceslau Braz e Marmelópolis, ficando a designação de Vila, atualmente, aplicada à sede de um distrito ainda dependente, como, em Itajubá, é o caso do Rio Manso.

Já vimos também que o Art. 2º da Lei nº 355, que nos emancipou, exigia que “os habitantes do novo Município”- assim dizia - eram obrigados a construir, à sua custa, as Casas para sessão da Câmara Municipal, e do Conselho de Jurados, e uma cadeia segura”. Sem essas Casas não seria possível instalar-se a Vila e a Câmara Municipal. O Art. 3º, contudo, concedia que, se o povo do “novo Município” não pudesse construir, dentro de 3 anos, as referidas Casas, poderia utilizar-se casas velhas, desde que fossem reformadas e adaptadas para as instalações a que se destinavam.

E foi nessa emergência que, então, se tornou necessária a “Vaquinha histórica” para a compra das Casas exigidas pela Lei de 27-09-1848, e para os reparos e acréscimos de que necessitavam. A cotização então conseguida acha-se documentada no “Livro Nº 1 do arquivo da antiga Câmara Municipal. Os contribuintes foram os seguintes conterrâneos (entre parênteses, a importância dada em mil réis):

	 (0**35) 621-3267
Hotel Senzala Preços Especiais para Mensalistas R. José Verano da Silva, 235 Itajubá - MG (Em frente a Efei)	

<i>Pedro Mendes Pedreira</i>
DENTISTA
Rua Nova, 78 - Centro
Tel.: (0**35) 623-5483
ITAJUBÁ - MG

Dr. Domiciano da Costa Moreira (100), Inácio Teodoro da Araújo (100), Francisco Pereira de Magalhães (100), Francisco José Gomes (100), João Henriques Garnel (100), Francisco Gonçalves Vallin (100), Custódio José de Toledo (100), José Manuel dos Santos Pereira (100), Manuel José Pereira Gomes (100), Manuel José Pereira Júnior (100), Francisco José Pereira (100), Antônio Joaquim Nogueira (100), José Joaquim da Cunha Figueiredo (100), Francisco José Tavares (100), Joaquim Francisco Pereira (100), José Joaquim de Toledo (100), Manuel Duarte Monteiro (100), José Maria de Macedo (100), Antônio Caetano Pereira da Costa e Silva (100), Antônio Dias Pereira (100), José Pereira da Rosa (100), Caetano Ferreira da Costa e Silva (100), Antônio Marques da Silva (100), Francisco Manuel dos Santos Pereira (100), João Martins Tosta (100), Antônio Baptista Pitta (50), Joaquim Pinto da Fonseca (50), Beraldo José da Toledo (50), Antônio José Dias Pereira (50), Antônio Gonçalves da Silva Tavares (50), Félix Ribeiro da Silva (50), Antônio Manuel da Palma (50), João Carneiro Santiago (50), José Ribeiro Tavares (50), Joaquim Pinto da Noronha (50), Domiciano Domingues Pereira (50), José Caetano Grillo (50), Valério Fernandes (40), Francisco Ferreira da Almeida (30), José Gabriel da Costa (20), Antônio Pereira de Souza (20), João Martins Tosta Sobrinho (20), Francisco Dias Braz (20), José Martins Ribeiro (20), Domingos José Riboca da Palma (20), José Bernardino de Noronha (20), Domingues Gonçalves Mendes (20), Manuel Pereira de Vilaça (20), Cândido Rebelo de Araújo Palhares (20), Joaquim José da Silva Maia (10), Domiciano José Pereira (10), José Vieira Pacheco (10), Francisco José do Amaral (10), Hipólito Francisco de Moraes (10), Joaquim Antônio de Jesus (10), Gregório Gonçalves da Silva (10), Francisco Manuel da Palma (10), João Bezerra de Mendonça (10), Bernardo José da Cruz Almada (10) e Antônio José Rennó (10).

Atuou como tesoureiro o agropecuarista José Manuel dos Santos Pereira, avô do grande cientista e benemérito Dr. Vital Brasil. Com a importância obtida dessa subscrição popular, a Comissão encarregada desses trabalhos adquiriu duas casas da “Rua de Vicente José Pereira” (depois denominada Rua Tenente Viotti; é hoje a Rua Dr. Américo de Oliveira),

Erominas

INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

José Tarcísio Antunes

INSCRIÇÃO ESTADUAL 324.003863.00.77 - CNPJ 02.936.239/0001-01

Rua Lúcio Gomes, 272

Bairro Nossa Senhora de Fátima

Tel.: (35) 623-7227 - Fax.: (35) 623-7573 - CEP 37502-522-ITAJUBÁ-MG

erominas@uol.com.br

sendo uma, conforme o citado “Livro Nº 1”, “fazendo fundos para o Largo das Carvalhadas (depois denominado Largo dos Curros, Largo dos Andradas, Praça Wenceslau Braz e hoje Praça Getúlio Vargas. O nome Wenceslau Braz passou, então, para a Praça Capitão Gomes, na qual está a residência do eminente Estadista), cuja divisão por um lado na Travessa que vem do Largo, e por outro lado com as casas de Inácio Teodoro de Araújo”. Assim ficou escrito. Nessas casas foram provisoriamente instaladas a Câmara Municipal, a cadeia e o Conselho de Jurados. Esses imóveis foram comprados de Antônio Alves dos Reis e de sua esposa Dona Inácia Maria do Espírito Santo, em 4 de fevereiro de 1849, por um conto e 350 mil réis. Seus primeiros proprietários haviam sido Francisco Ribeiro Tavares e sua esposa. A transferência dos referidos imóveis à Municipalidade foi testemunhada por Domiciano Domingues Pereira, Francisco Ribeiro e Domingos Rodrigues Carneiro. Feitas as reformas necessárias e as pinturas, e procedidas as eleições dos primeiros vereadores (então em número de 7), em 21 de junho de 1849 foi, finalmente, instalada a Vila de Itajubá e sua Câmara Municipal. O primeiro Juiz de Paz de Itajubá foi o Alferes Antônio Dias Pereira, bisavô de Wenceslau Braz Pereira Gomes, e que com seu genro, Capitão Manuel José Pereira Gomes, o Capitão Gomes, orientados pelo Bacharel Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, conseguiram a instalação do Termo Judiciário de Itajubá, da Comarca do Sapucaí, cuja sede estava em Pouso Alegre.

Poucos anos depois, a Municipalidade construiu o prédio próprio para o funcionamento da Câmara (no pavimento superior, onde também foi instalada a Sala do Judiciário) e, no térreo, a Cadeia Pública. Esse prédio existiu na esquina das Ruas Duque de Caxias (atual Cel. Francisco Braz) e Tenente Viotti (hoje Dr. Américo de Oliveira), no local onde, pelos meados do século XX, existiu a loja denominada Casa Esperança, do saudoso comerciante Humberto Werdine, tratado na intimidade de seus amigos por Filhinho Werdine. Um dos mais “ilustres” presos que, na memorável cadeia, que nesse lugar existiu, cumpriu parte de sua longa pena, foi o perigoso pistoleiro Dionísio Tavares da Silva, um dos assassinos do imenso



Tigre Materiais de Construção Ltda
A FERA DOS PREÇOS BAIXOS

Telefone: (0**35) 622-1599 Fax: (0**35) 622-1671
Av Dr. Vicente Sanches, 190 - Bairro Varginha
CEP 37500-000 - ITAJUBÁ - Minas Gerais

vulto da História do Brasil, que foi o sacerdote, jornalista de pulso e Senador do Império José Bento Leite Ferreira, o primeiro brasileiro que imprimiu e editou uma Carta Magna do País, que ficou conhecida por “Constituição Pouso Alegre”, pois foi impressa em Pouso Alegre. E foi nas proximidades de Pouso Alegre que ocorreu o bárbaro crime. O encarceramento de Dionísio em Itajubá está mencionado em registros da antiga Câmara Municipal e noticiado no jornal itajubense “A Verdade”, na edição de 09-02-1888. O facínora foi depois levado para a cadeia se Pouso Alegre.

GRUPO BALA

BALA CONSTRUTORA

Rua José Dias Coelho, 230
Vila Rubens - Itajubá
Tel.: (0**35) 623-8605

REVELAÇÃO TURISMO

Rua José Dias Coelho, 230
Vila Rubens - Itajubá
Tel.: (0**35) 623-8605

ANGEL'S PRESENTES

Av. Cel. Carneiro Jr., 161 - Itajubá
Tel.: (0**35) 622-2784
Artigos R\$ 1,99

ANJOS PRESENTES

Av. S. Vicente de Paulo, 59 - Itajubá
Tel.: (0**35) 621-3857
Artigos R\$ 1,99



CENTRAL DAS CONSTRUÇÕES

Praça Adolfo Olinto, 112 - Centro - ITAJUBÁ
Fones: 622-0101 / 622-0770



FUNERÁRIA ALIANÇA

Translado para qualquer parte do País
Atendimento Dia e Noite
Gilson ou Cleiton
Fone: 623-4734 / 9986-5554
Em frente ao Hospital Escola



Delícias da Cozinha **Fátima Lima**



SOBREMESAS E SALGADOS IMPERDÍVEIS
Entregamos a domicílio. Encomendas Fone: 623-7149

O QUILOMBO DA BERTA

O regime da escravidão assinalou um período sobremaneira reprovável, desumano e nefando da História do Brasil. Os comerciantes de homens de cor, desde 1549, iam com seus navios à África, e lá, em Loanda, Guiné, Congo, Angola, Moçambique, Senegâmbia, Benguela e em outras regiões africanas, capturavam homens e mulheres, iludindo-os com promessas de um viver venturoso no Brasil, e aqui, ao invés, eram vendidos a fazendeiros, a industriais e empresários, que os obrigavam a trabalhar sem nenhuma remuneração, e eram tratados como animais. Como se sabe, o escravo sofria castigos atrozes, tinham de sujeitar-se a perversidades inomináveis, e, além de impiedosamente torturados, eram mal alimentados e vestidos. Os que conseguiam fugir de seus “senhores” andavam como feras pelos matos, e iam homiziar-se nos quilombos. Quilombo era, pois, um lugar de difícil acesso, no meio de florestas cerradas ou no alto de penhas, onde os negros fugidos se escondiam.

No município de Itajubá, antes da chegada do Padre Lourenço, houve um quilombo que ficou famoso em todo o sul de Minas. Era o temido Quilombo da Berta, existente nos séculos XVII e XVIII, e talvez, no início do XIX. Era o Palmares dos sopés da Mantiqueira. Escravos fugidos das senzalas e lavouras da Campnha, de Baependi, da Soledade de Itagybá (hoje Delfim Moreira), do Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina), de Jaguary (Camanducaia), da Aiuruca, de São Gonçalo, do Bom Jesus do Mandu (Pouso Alegre), de São José do Picu (Itamonte), de Conceição do Pouso Alto, do norte da Província de São Paulo e até de localidades mais distantes, vinham unir-se aos companheiros da infurtúnio homiziados na Berta, livrando-se, desse modo, dos rigores da chibata, do tronco e do trabalho forçado. A Berta tornou-se um reduto respeitado, junto à serra do Pouso Frio (1.387m de altitude, nos limites com Piranguçu), nos sopés da Pedra Vermelha, a “pedra grande”, ou Piranga-uçu, na língua dos índios, que deu origem ao topônimo. Em suas imediações nasce o ribeirão das Anhumas, um dos tributários do Sapucaí. Era o que saciava a sede dos numerosos quilombolas.



AUTO MECÂNICA HEITOR

Mecânica Especializada em Carros

WOLKSWAGEN

Rua Salvador Cirilo de Sales, 62 - Tel.: 9986-1271

ITAJUBÁ - MG

Organizados em bandos, percorriam os filhos da África as picadas e estradas da Mantiqueira, atocaiando-se traiçoeiramente em capões de mato e de árvores quando sabiam da aproximação de tropas de burros carqueiros e de caravanas, aos quais, sempre bem armados com varapaus, foices, facas e espingardas, surpreendiam com hábeis assaltos, tomando-lhes toda a carga e, não raro, assassinando os que tentavam reagir. Muito estimavam o sal, armas, munições, ferramentas, cutelarias, fazendas, fumo, bebidas, açúcar, cereais, carnes e outros alimentos, que pilhavam e levavam para a Berta, onde tudo isso era repartido fraternalmente. Perigosos e numerosos, a fama desses quilombolas amedrontava todo o sul de Minas, por suas barbaridades e rapacidade, obrigando os viajadores que transpunham a Mantiqueira a só andarem em grupos, fortemente escoltados por contingentes armados, os quais nem sempre eram suficientes para resistir à sanha dos pretos do famigerado valhacouto. Até aos destacamentos policiais faltava a coragem para se aproximar da Berta. Os capitães-do-mato (capitão-do-mato era a designação que se dava ao negro forro, isto é, que conseguia comprar a liberdade, e que se prestava, mediante uma gratificação, a procurar escravo fugido), por dinheiro nenhum, se incumbiria de ir buscar um fujão na Berta!...

O Capitão Inácio Xavier Eloy Pontes, em carta de 13 de junho de 1786, enviada a Luis da Cunha Meneses, Conde de Linhares, Governador da Capitania de Minas Gerais, falava dos perigosos escravos acoitados na Berta, “ameaça aos povos das minas do Itajubá”(hoje Delfim Moreira), e da necessidade de se organizar “um corpo de tropa” capaz de desbaratá-los e reconduzi-los ao cativo. Antônio Gomes Nogueira, de Baependi, por volta de 1800, oferecia 200 mil réis e mais um cavalo a quem conseguisse retirar dessa cidadela odiosa, que era a Berta, “o crioulo Adão”. Uma peste grassante, no início do século XIX, pôs fim ao quilombo da Berta. Não se ficou sabendo quantos pretos lá estavam.



AUTO MECÂNICA DO LUIZ

Fone: 623-2511 / 623-3266 - Cel.: 9104-0067

Funilaria e Pintura - Especializada em FIAT

Av. Pres. Tancredo de Almeida Neves, 530 - ITAJUBÁ - MG

Shallon
Floricultura

Fone: 622 -3839

R. Cel. Joaquim Francisco, 400 - B. Varginha - Itajubá - MG

Fazemos: Buquet, Decorações de Igreja,
Arranjos para Noivas

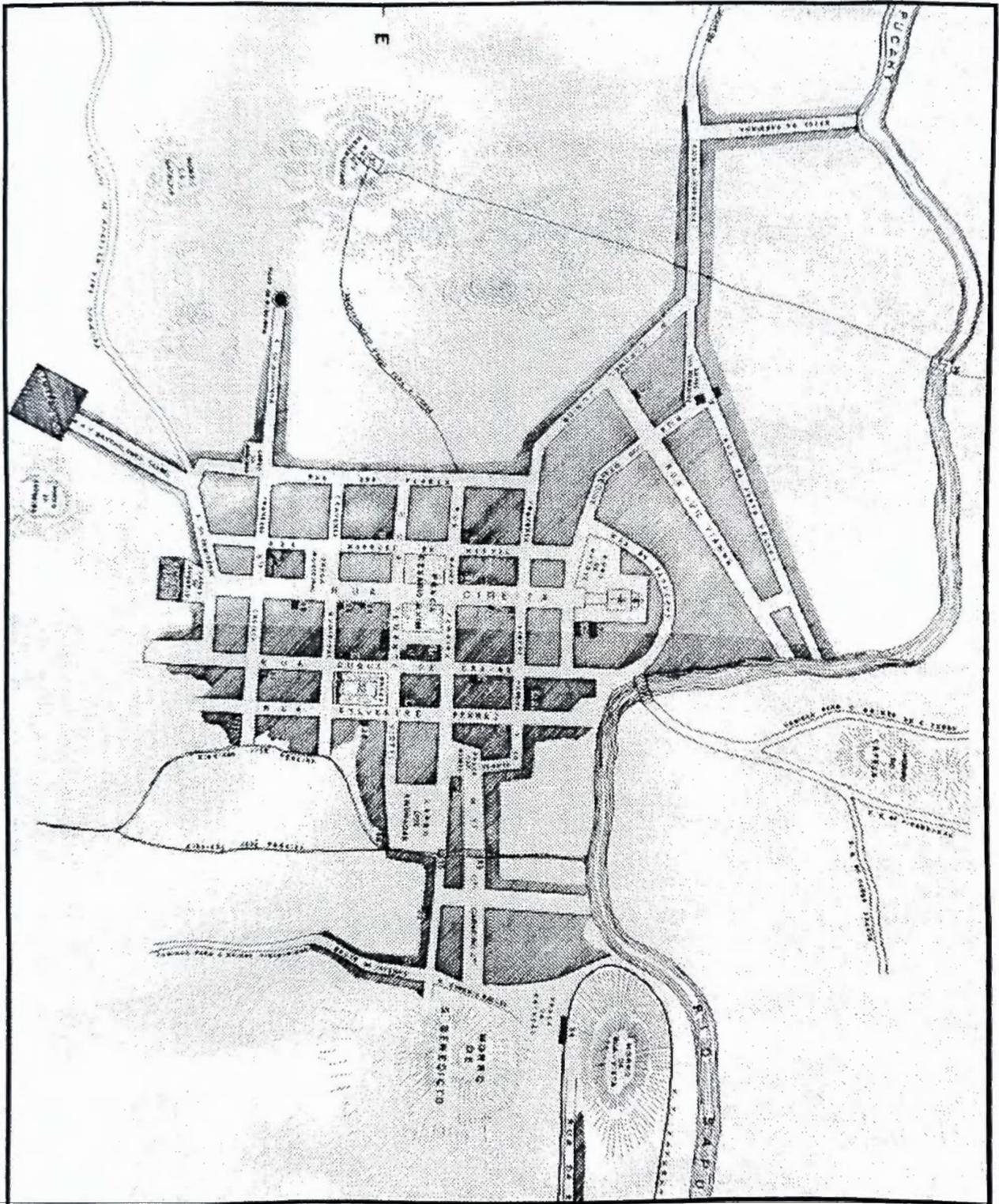
Coroas Fúnebres 24:00hs

COMANDANTES DO 4º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE

Nosso Glorioso 4º BEComb. foi criado em 1910 na cidade de Rio Pardo, RS. Desativado em 1915 em General Câmara, foi reorganizado em 1918, em Lorena, SP. Veio para nossa cidade em 1921. Durante os onze anos pregressos, teve seis Comandantes. Apartir de seu aquartelamento em Itajubá, foram os seguintes os seus Comandantes:

- 01- Cel. Raymundo Arthur de Vasconcelos, de 06-10-1920 a 08-11-1921
- 02- Cel. João Baptista da Conceição Monte, de 22-11-1921 a 06-05-1922.
- 03- Cel. Theotônio Toscano de Brito, de 03-01-1923 a 20-02-1923.
- 04- Cel. Gustavo Lebon Regis, de 01-06-1923 a 07-11-1924.
- 05- Cel. Felício Paes Ribeiro, 16-01-1925 a 26-04-1926.
- 06- Ten.-Cel. Manuel Araripe de Faria, de 07-05-1926 a 16-06-1927.
- 07- Cel. Oscar Saturnino da Paiva, de 16-07-1927 a 16-04-1929.
- 08- Ten.-Cel. Raul Correa Bandeira de Mello, de 19-04-1929 a 26-10-1930.
- 09- Ten.-Cel. José Vicente de Araújo e Silva, de 05-02-1931 a 11-08-1932.
- 10- Ten.-Cel. Arnaldo da Silveira Hautz, de 07-04-1933 a 21-04-1933. (Durante um curto período de 14 dias).
- 11- Ten.-Cel. Pedro Paulo Ferreira de Menezes, de 21-11-1933 a 18-03-1935.
- 12- Cel. Eduardo Ulhoa Cavalcanti de Albuquerque, de 18-05-1935 a 11-05-1936.
- 13- Cel. Manuel Araripe de Faria (2 vez), de 18-06-1936 a 20-10-1937.
- 14- Ten.-Cel. Luiz Sylvestre Gomes Coelho, de 10-01-1938 a 07-02-1939.
- 15- Ten.-Cel. João Valdetaro de Amorim Melo, de 01-04-1939 a 15-04-1940.
- 16- Ten.-Cel. Octacílio Terra Ururahy, de 16-04-1940 a 09-09-1941
- 17- Ten.-Cel. José Machado Lopes, de 23-03-1942 a 16-06-1943.
- 18- Ten.-Cel. Olímpio Ferraz de Carvalho, de 16-06-1943 a 17-08-1943. (Durante o período de dois meses).

- 19 - Ten.-Cel. Herculano Antônio Pereira da Cunha, de 12-10-1943 a 11-11-1944.
- 20 - Cel. Eduardo Gomes Kuhner, de 14-02-1945 a 21-02-1947.
- 21 - Cel. Haroldo do Paço Matoso Maia, de 29-05-1947 a 11-05-1949.
- 22 - Ten.-Cel. Ladislau Netto de Azevedo, de 10-06-1949 a 03-06-1950.
- 23 - Cel. Zenito Schueler Reis, de 01-08-1950 a 11-09-1951.
- 24 - Ten.-Cel. Clóvis Rosas Pinto Pessoa, de 11-09-1951 a 25-03-1952.
- 25 - Ten.-Cel. Affonso Canettieri Filho, de 22-01-1953 a 22-04-1954.
- 26 - Ten.-Cel. Arilo Osório de Souza, de 02-04-1954 a 02-04-1956.
- 27 - Cel. Rubens Noronha de Miranda, de 25-04-1956 a 21-03-1957.
- 28 - Ten.-Cel. Eduardo Congro, de 21-03-1957 a 02-04-1959.
- 29 - Ten.-Cel. José Sotero de Menezes, de 11-05-1959 a 26-06-1962.
- 30 - Ten.-Cel. Joffre Sampaio, de 20-01-1964 a 25-03-1966.
- 31 - Ten.-Cel. Márcio Vieira Marques, de 26-04-1966 a 19-07-1968.
- 32 - Ten.-Cel. Dálnio Teixeira Starling, de 10-03-1969 a 18-03-1971.
- 33 - Ten.-Cel. Edwald Antônio Moura da Trindade, de 19-03-1971 a 17-12-1973.
- 34 - Ten.-Cel. Paulo Filgueiras Tavares, de 01-04-1974 a 06-07-1976.
- 35 - Ten.-Cel. Paulo Sérgio Rutowisch Horta Rodrigues, de 06-07-1976 a 16-01-1979.
- 36 - Cel. Ney Correa da Silva, de 16-01-1979 a 28-01-1981.
- 37 - Cel. Cláudio Moreira Bento, de 28-01-1981 a 25-01-1983.
- 38 - Ten.-Cel. Antônio Paulo de Almeida, de 25-01-1983 a 25-01-1985.
- 39 - Cel. João Otero Diniz, de 25-01-1985 a 29-01-1988.
- 40 - Cel. Carlos Alberto da Fontoura Santos, de 29-01-1988 a 25-01-1991.
- 41 - Cel. Fernando Antônio Neves da Rocha, de 25-01-1991 a 26-01-1993.
- 42 - Ten.-Cel. Nelson Gomes, de 26-01-1993 a 27-01-1995.
- 43 - Cel. Jorge Armando de Almeida Ribeiro, de 27-01-1995 a 28-01-1997.
- 44 - Cel. Carlos Noberto Lanzellotte, de 28-01-1997 a 23-01-1999.
- 45 - Cel. Ivair Frederico, desde 23-01-1999.



Mapa de 1897 abrangendo a cidade de Itajubá do final do século XIX.

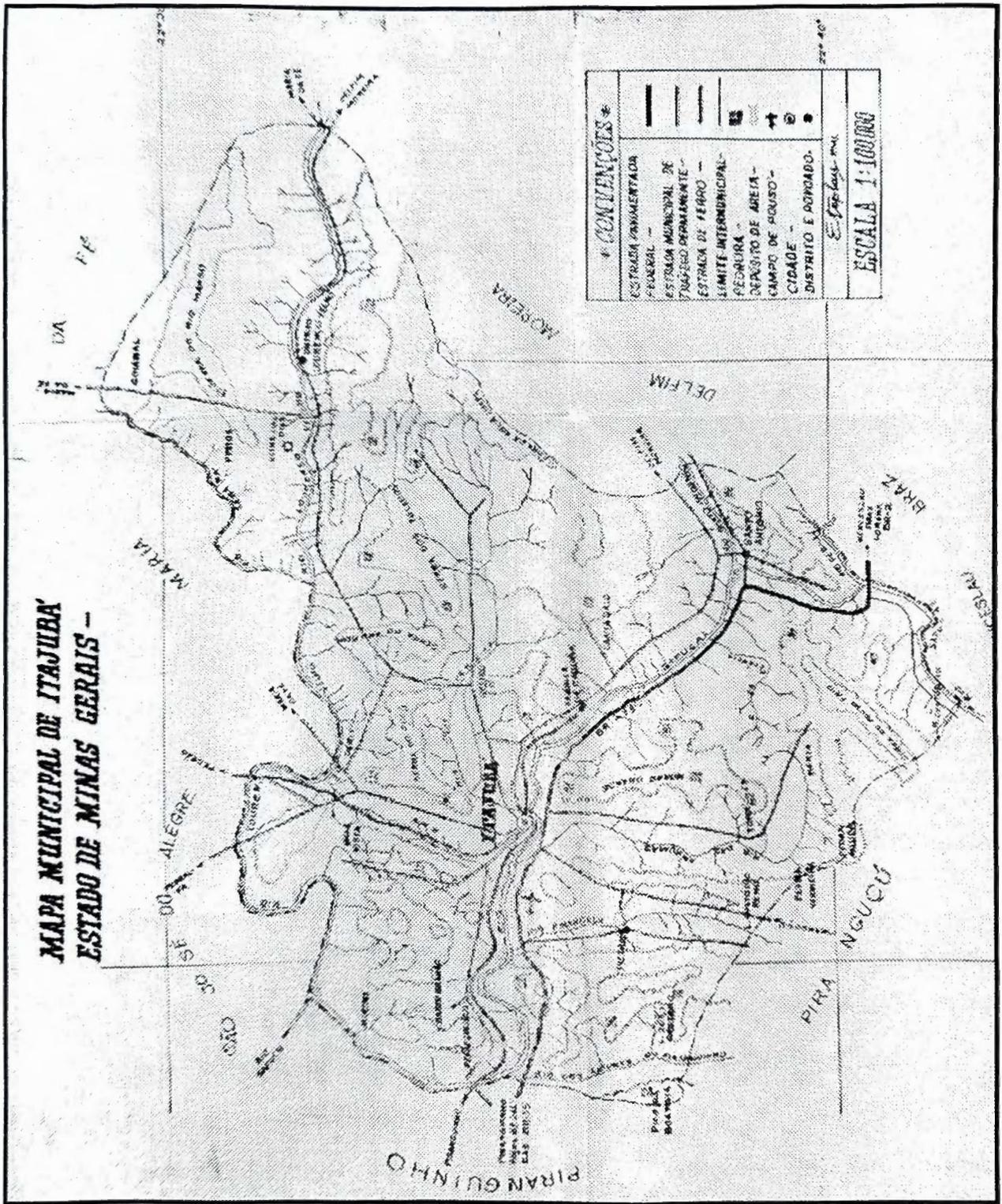


Inglês e Espanhol

Rua Antônio Simão Mauad, 866

BPS - ITAJUBÁ - MG

TEL.: 622 - 2442



Mapa do município de Itajubá com seus municípios limítrofes

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

1- Antes do homem civilizado.....	5
2- A fauna.....	5
3- A flora.....	7
4- Classificação geológica do solo itajubense - A idade geológica de Itajubá.....	7
5- O homem em Itajubá. Vestígios de civilizações remotas. Os índios. O primeiro homem civilizado.....	7
6- Os primeiros posseiros das terras itajubenses. As sesmarias. O Fraca-Roupa.....	14
7- Etimologia de ITAJUBÁ.....	15
8- O Padre Lourenço e a fundação de Itajubá.....	17
9- O arraial que surge.....	20
10- O “Encontro”.....	23
11- A emancipação política.....	29
12- A agropecuária.....	36
13- A velha política do banguê-banguê.....	39
14- Os defensores da Pátria, no Paraguai e na Segunda Conflagração Mundial.....	42
15- A visita da Princesa Isabel e de seu marido Conde d’Eu.....	44
16- A instrução. Os antigos colégios. Os cursos superiores.....	45
17- A imprensa. “O Itajubá”, o 1º jornal.....	51
18- Criação da Comarca.....	52
19- Fundação do Teatro Santa Cecília.....	53
20- A iluminação pública da cidade.....	54
21- O primeiro Mercado Municipal.....	56
22- Abolição da escravatura.....	57
23- A transição de Império para República.....	58
24- O atual cemitério e o Barão de Camanducaia.....	59
25- A estrada de Ferro.....	60
26- O abastecimento de água potável.....	61
27- A criação da Santa Casa de Misericórdia.....	62
28- As indústrias em Itajubá.....	65
29- O glorioso 4º Batalhão de Engenharia de Combate.....	66
30- Os vultos ilustres e construtores de Itajubá.....	67
31- O folclore itajubense.....	67
32- Clubes recreativos.....	70

Biografia de Padre Lourenço da Costa Moreira.....	75
Os Chefes do Governo Municipal de Itajubá.....	87
O Judiciário.....	95
Uma cotização (“Vaquinha”) Histórica de 1848.....	99
O Quilombo da Berta.....	103
Comandantes do 4º Batalhão de Engenharia de Combate.....	105
Mapa da cidade do final do século XIX.....	107
Mapa do Município de Itajubá.....	108



Sede Administrativa



Pronto Atendimento 24 horas - Unimed



**Cooperativa de Trabalho Médico
Assistência Médico-Hospitalar
de qualidade impar**

Unimed Itajubá Cooperativa de Trabalho Médico

Av. Cesário Alvim, - Centro - Itajubá - MG

Fone: Administração - 621-2166 Vendas - 621-2040 Unimed 24 horas - 621-1744